



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Willian Alves de Laethe

**A RESERVA DE VAGAS NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL –
INCLUSÃO/UFRRJ: UMA ESTRATÉGIA PARA PERMANÊNCIA DE
ESTUDANTES COTISTAS**

Rio de Janeiro, RJ

2024

Willian Alves de Laethe

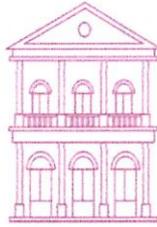
**A RESERVA DE VAGAS NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL –
INCLUSÃO/UFRRJ: UMA ESTRATÉGIA PARA PERMANÊNCIA DE
ESTUDANTES COTISTAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Rosana Rodrigues Heringer

Rio de Janeiro, RJ

2024



PPGE/UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Aos 04 dias do mês de setembro de 2024, às 09h, na sala 246, no prédio da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, reuniu-se em sessão pública a Banca Examinadora da Dissertação intitulada **“A reserva de vagas no Programa de Educação Tutorial - Inclusão/UFRJ: Uma estratégia para permanência de estudantes cotistas.”** de autoria do Mestrando **Willian Alves de Laethe**, candidato ao título de Mestre em Educação, turma 2022 do Programa de Pós-Graduação em Educação. A Banca Examinadora, foi presidida pela orientadora Prof^a. Dr.^a Rosana Rodrigues Heringer e composta pelo Prof. Dr. Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (UFRJ), e pela Profa. Dra. Hustana Maria Vargas (UFF), considerou o trabalho:

Aprovado(a) Aprovado(a) com recomendações de reformulação
 Reprovado(a)

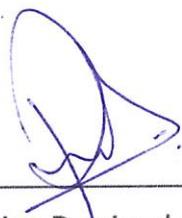
Eu, Rosana Rodrigues Heringer, presidente da banca, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada, pelos demais membros da Banca Examinadora e pelo candidato, no verso.

A banca considerou a dissertação aprovada, destaca a relevância do tema e recomenda atenção às observações de banca para aprimoramento de trabalhos futuros.

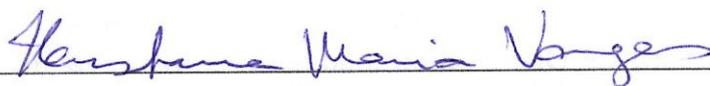
Cont. Ata de Defesa de Dissertação do mestrando Willian Alves de Laethe-
04/09/2024.



Willian Alves de Laethe – candidato



Prof. Dr. Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (UFRJ)



Prof.ª Dr.ª Hustana Maria Vargas (UFF)



Prof.ª Dra. Rosana Rodrigues Heringer (UFRJ) - Presidente

Dedico este trabalho para o ser que, ao nascer, me fez renascer.

Ao meu filho, Kael Boffy Laethe

AGRADECIMENTOS

À minha família, meu pai Iderval e minha mãe Marinalva, pessoas simples, do interior, que por vezes não entendiam a magnitude desse processo formativo, mas que sempre me encorajaram a buscar o caminho justo e honesto.

Vocês são meus exemplos e minha fonte de inspiração.

Aos meus amigos de Campo Grande/ZO, obrigado pelos salves, pelos risos e também pelos ensinamentos. Em especial, Thamy, Andrei, Edilaine e Julia.

Aos colegas do mestrado, ao grupo de pesquisa LEPES e à UFRJ, pela rica troca de saberes e pelo diálogo constante que enriqueceram minha trajetória.

A todos professores do PPGE/UFRJ.

Muito obrigado por todo conhecimento transmitido.

Ao PET – Inclusão.

Obrigado pelas experiências, pelas narrativas e pelas contribuições nesse estudo.

A minha querida orientadora, Prof.^a Dra. Rosana Heringer.

Obrigado pelo apoio, paciência e incentivo em todos os momentos, em especial na orientação deste trabalho.

Finalmente, a todos que direta e indiretamente participaram da realização deste grande sonho.

Recebam todos o meu carinho e gratidão!

RESUMO

Esta dissertação investiga a contribuição da reserva de vagas no Programa de Educação Tutorial – Inclusão e Oportunidades Acadêmicas na Vida de Alunos de Origem Popular (PET-Inclusão) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) sobre a permanência e o desenvolvimento acadêmico de estudantes cotistas. A pesquisa, com abordagem qualitativa e metodologia de pesquisa participante, utilizou técnicas de coleta de dados como observação participante e entrevistas. O foco foi compreender as experiências dos integrantes do grupo, incluindo estudantes e professores do programa, destacando a importância de captar as atividades desenvolvidas, bem como suas perspectivas e vivências específicas. O estudo tem como objetivo geral identificar como a reserva de vagas no PET-Inclusão contribui para o desenvolvimento acadêmico e a permanência dos estudantes cotistas. Entre os objetivos específicos, buscou-se contextualizar a ampliação e democratização do ensino superior, descrever ações de assistência estudantil na UFRRJ e analisar as percepções dos estudantes cotistas no programa. Os resultados demonstram que a reserva de vagas no PET-Inclusão representa uma política eficaz de ação afirmativa interna na UFRRJ, ao aliar apoio financeiro ao desenvolvimento acadêmico, fortalecendo a trajetória dos estudantes de origem popular. A dissertação confirma a hipótese inicial e conclui que a reserva de vagas contribui significativamente para a permanência e o sucesso dos estudantes cotistas. Ainda sugere que a pesquisa participante utilizada oferece uma base sólida para estudos futuros. Entretanto, aponta limitações encontradas, como a falta de dados quantitativos e uma análise incompleta dos programas de assistência estudantil da Universidade, devido a restrições de tempo. Finaliza demonstrando interesse em expandir a investigação em uma próxima fase, para aprofundar a análise e explorar outros aspectos relacionados à permanência acadêmica.

Palavras-chave: Reserva de vagas. PET-Inclusão. Permanência estudantil. Ação afirmativa. UFRRJ.

ABSTRACT

This dissertation investigates the contribution of reserved spots in the Tutorial Education Program – Inclusion and Academic Opportunities in the Lives of Students from Popular Backgrounds (PET-Inclusão) at the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ) on the retention and academic development of quota students. The research, adopting a qualitative approach and participatory research methodology, utilized data collection techniques such as participant observation and interviews. The focus was on understanding the experiences of group members, including students and professors in the program, emphasizing the importance of capturing the activities developed, as well as their specific perspectives and experiences. The general objective of the study was to identify how reserved spots in PET-Inclusão contribute to the academic development and retention of quota students. Among the specific objectives, the study sought to contextualize the expansion and democratization of higher education, describe student assistance actions at UFRRJ, and analyze the perceptions of quota students in the program. The results demonstrate that reserved spots in PET-Inclusão represent an effective internal affirmative action policy at UFRRJ, as it combines financial support with academic development, strengthening the academic journey of students from popular backgrounds. The dissertation confirms the initial hypothesis and concludes that reserved spots significantly contribute to the retention and success of quota students. It also suggests that the participatory research utilized provides a solid foundation for future studies. However, it points out limitations encountered, such as the lack of quantitative data and an incomplete analysis of the University's student assistance programs due to time constraints. It concludes by expressing interest in expanding the investigation in a subsequent phase, to deepen the analysis and explore other aspects related to academic retention.

Keywords: Reserved spots. PET-Inclusão. Student retention. Affirmative action. UFRRJ.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Manchete do jornal O GLOBO.....	40
Figura 2 – Palácio da Princesa Leopoldina de Bragança.....	44
Figura 3 – Visita do Presidente Getúlio Vargas às obras de construção do campus da UFRRJ em Seropédica.....	45
Figura 4 – Visão aérea da construção do campus da UFRRJ em Seropédica.....	46
Figura 5 – Campus da UFRRJ em Seropédica	47
Figura 6 – Trajetória da UFRRJ	48
Figura 7 – V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos IFES/UFRRJ.....	49
Figura 8 – Mapa dos municípios onde estão localizados os campi da UFRRJ	50
Figura 9 – V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos IFES/UFRRJ.....	53
Figura 10 – V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos IFES/UFRRJ.....	53
Figura 11 – Fazendinha Agroecológica	56
Figura 12 – Número de Estudantes Alojados	57
Figura 13 – Fluxograma de Bolsas e Auxílios aos Estudantes	57
Figura 14 – Fotos da ação de dia das crianças realizadas pelo PET-Inclusão	81
Figura 15 – Atual logotipo PET-Inclusão	125
Figura 16 – Propostas para o novo logotipo PET-Inclusão	125
Figura 17 – Logotipo escolhida em votação pelo grupo PET-Inclusão	126
Figura 18 – Logotipo escolhida em votação pelo grupo PET-Inclusão	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem de matrículas por reserva de vagas e ampla concorrência, universidades federais – Brasil, 2010-2019	29
Gráfico 2 - Número de Matrículas no Ensino Médio (em milhões)	30
Gráfico 3 - Evolução do Número de Matrículas no Ensino Superior Brasileiro (em milhões) – 1980-2022	31
Gráfico 4 – Oferta de Vagas FIES (em milhares) – 2010-2024	32
Gráfico 5 – Oferta de Vagas ProUni (em milhares) – 2005-2024.....	33
Gráfico 6 - Taxa de Conclusão dos Alunos do Ensino Médio – 2017-2022	33
Gráfico 7 – Índices de Inscritos no Enem (em milhões)	35
Gráfico 8 – Percentual de inscritos no Enem 2023 cursando a última série do Ensino Médio .	37
Gráfico 9 – Distribuição de Matrículas por Cor/Raça no Ensino Superior 2022	38

LISTA DE GRÁFICOS

Tabela 1 – Inscritos no Enem.....	35
Tabela 2 - Condições de estudo dos inscritos no Enem	36
Tabela 3 – Horário de funcionamento do Restaurante Universitário de Seropédica	55
Tabela 4 – Bolsas e Auxílios aos Estudantes	58
Tabela 5 – Alguns dos projetos realizados pelo PET-Inclusão nos últimos dez anos	86

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABIO – Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCS – Coordenadoria de Comunicação Social

CENSUP – Censo da Educação Superior

CEP – Comits de tica em Pesquisa

CFE – Conselho Federal de Educação

CNEPA – Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronmicas

CNS – Conselho Nacional de Saúde

Conep – Comissão Nacional de tica em Pesquisa

DEPEM – Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior

DIRE – Divisão de Residência Estudantil

ENA – Escola Nacional de Agronomia

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ENQ – Escola Nacional de Química

ENV – Escola Nacional de Veterinária

ESAMV – Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária

F-4 – Alojamento Feminino 4

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fonaprace/Andifes – Fórum Nacional dos Pr-Reitores de Assuntos Estudantis da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

GEA – Grupo de Estudos da Amazônia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LEC – Licenciatura em Educação do Campo

LEPES-UFRJ – Laboratório de Estudos e Pesquisa em Educação Superior

MEC – Ministério da Educação

PCD – Pessoa com Deficiência

PDDE/FEFS – Programa Dinheiro Direto na Escola para o Funcionamento das Escolas nos Finais de Semana

PET – Programa de Educação Tutorial

PET- Inclusão – Programa de Educação Tutorial e Inclusão na Vida Acadêmica de Alunos de Origem Popular

Petiano – Alunos participantes do Programa de Educação Tutorial

PIBIC – O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PROAS – Pró-reitoria de Assuntos Estudantis

ProUni – Programa Universidade para Todos

PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

RU – Restaurante Universitário

Ruep – Rede de Universitários de Espaços Populares

Ruralinos – Alunos da UFRRJ

SciELO – Scientific Electronic Library Online

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Semesp – Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA – Universidade Federal Pará

UFPE – Universidade Federal Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNB – Universidade de Brasília

UNEB – Universidade Estadual da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – O Fundo das Nações Unidas para a Infância

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O ACESSO A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	19
2.1. BREVE HITÓRICO: AMPLIANDO E DEMOCRATIZANDO O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	20
2.2. BALANÇO DO AVANÇO DO ENSINO SUPERIOR: CONTEXTO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS	27
2. UFRRJ: A EVOLUÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO AGRÁRIA	43
3.1 DE ESCOLA SUPERIOR A UNIVERSIDADE FEDERAL	44
3.2 POLÍTICAS DE ASSISTENCIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL	51
3.3 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL (PET).....	60
3.4 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL – INCLUSÃO E OPORTUNIDADES NA VIDA ACADÊMICA DE ALUNOS DE ORIGEM POPULAR (PET-INCLUSÃO).....	63
3. METODOLOGIA	66
3.1. TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS: OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E ENTREVISTA	70
4. RESULTADOS DA PESQUISA PARTICIPANTE: UM OLHAR SOBRE O PET-INCLUSÃO NA UFRRJ	73
4.2 UMA DÉCADA DE ACOLHIMENTO: O LEGADO DO PET-INCLUSÃO NA UFRRJ.....	82
4.3 PET-INCLUSÃO SOB NOVA TUTORIA: AVALIAÇÕES E PLANEJAMENTOS	88
4.4 ELITISMO INSTITUCIONAL E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: OS DESAFIOS EM PERMANECER NO PET-INCLUSÃO.....	95
4.5 GERANDO NOVAS PERSPECTIVAS: ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DO SEMINÁRIO	113
4.6 REPENSAR E REAJUSTAR: MOMENTO DE ACOLHIMENTO	118
4.7 AUTORREGULAÇÃO E A BUSCA POR UMA NOVA IDENTIDADE	122
4.8 SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS EM MEIO A GREVE	127
4.9 RESERVA DE VAGAS: UMA ESTRATÉGIA PARA GARANTIR A PERMANÊNCIA DE ALUNOS COTISTAS.....	131
4.10 FESTINHA DE DESPEDIDA: UMA ANÁLISE GERAL	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	146
ANEXOS	155

INTRODUÇÃO

A história do ensino superior brasileiro constituiu-se de modo tardio. Os portugueses colonizadores mostravam-se contrários à criação de escolas superiores e de universidades em sua colônia brasileira. Assim, “as primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil foram criadas somente no início do século XIX, com a transferência da corte portuguesa, em 1808, para a colônia” (NEVES, MARTINS, 2016, p. 96). Hoje, temos construídas uma série de políticas e ações que buscam a expansão da democratização do acesso ao ensino superior público, como exemplo: a Lei de Cotas (Lei 14.723/2023), responsável por reservar vagas tanto para o ensino superior público quanto para o privado. Nas instituições privadas, essa expansão veio através do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) com o financiamento da graduação de estudantes que não tem condições de pagar as mensalidades das faculdades privadas, e pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) com a reserva de vagas para estudantes carentes e de escola pública. Ainda tivemos o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Apesar dos programas desenvolvidos com intuito de democratizar o ensino superior, “a taxa de matrícula neste nível de ensino no Brasil é uma das mais baixas entre países de nível de desenvolvimento semelhante, e o desempenho geral do sistema tem sido bastante questionável” (NEVES, MARTINS, 2016, p. 96). Essas políticas e ações são condições estruturais importantíssimas para um desenvolvimento econômico e social duradouro. Isto é, continuar avançando e contribuindo com a expansão e a qualificação do ensino superior, trazendo maior mobilidade territorial, justiça social, étnico-racial, socioeconômica e, principalmente, ampliando a participação de jovens de baixa renda nas universidades do país, é fundamental para democratizar o ensino superior brasileiro.

Sobre esta temática, Rosana Heringer (2022a, p. 126) destaca que o papel das universidades federais deve seguir para além dos aspectos que envolvem ações de inclusão dos diferentes tipos de estudantes, mas que se desenvolvam também como “universidades aprendizes”, entendendo e atendendo as diferentes demandas e reivindicações dos estudantes conforme as necessidades. Com esse pensamento, apresentaremos a seguir os objetivos, nossa hipótese, justificativa, motivações da pesquisa e o que este trabalho pretende discutir em termos metodológicos, teóricos.

Como objetivo geral, tratamos de identificar como a reserva de vagas no Programa de Educação Tutorial – Inclusão e Oportunidades Acadêmicas na Vida de Alunos de Origem Popular (PET-Inclusão), contribuiu para o desenvolvimento acadêmico e a permanência dos estudantes cotistas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Em nossos objetivos específicos tratamos de:

- Contextualizar a ampliação e democratização do ensino superior no país, os debates em torno do acesso ao ensino superior, ações afirmativas e Lei de Cotas;
- Descrever as ações de assistência e permanência estudantil na UFRRJ;
- Identificar e analisar narrativas e percepções de estudantes cotistas no programa PET-Inclusão;

Como hipótese, acreditamos que, ao utilizar a reserva de vagas nos programas de ensino, pesquisa e extensão, as instituições de ensino superior pública do país estariam aliando desenvolvimento acadêmico com apoio financeiro, o que poderia ser uma política de ação afirmativa interna, que contribuiria com a permanência estudantil e a diminuição das taxas de evasão de alunos cotistas. Logo, a nossa intenção foi utilizar o grupo PET-Inclusão, como estudo de caso.

Esta pesquisa se justifica porque buscou encarar uma problemática presente dentro das universidades brasileiras através de uma pesquisa participante na UFRRJ. Acredita-se que, ao colocar em evidência as vozes desses estudantes cotistas que participaram e que participam desses programas de ensino, pesquisa e extensão, contribuimos para o entendimento das peculiaridades presentes no dia a dia acadêmico e dimensionar propostas que aumentem as probabilidades de permanência, diplomação e o sucesso após a graduação.

Dentre as nossas motivações, podemos iniciar considerando as desigualdades existentes na educação básica brasileira, não apenas pela extrema diferença da qualidade do ensino entre uma escola pública e privada, mas pelo fato de termos, ainda hoje, crianças que dependem da merenda das escolas públicas para se alimentar. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) estimou que no Brasil, “ao menos 32 milhões de meninas e meninos (63% do total) vivem na pobreza, em suas múltiplas dimensões: renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação” (UNICEF, 2023). Talvez lhe surja a seguinte dúvida: o que a

temática desta pesquisa intitulada “A reserva de vagas no Programa de Educação Tutorial – Inclusão/UFRRJ: uma estratégia para permanência de estudantes cotistas”, tem em consonância com essa informação acima? Partimos de uma visão que atribui às instituições acadêmicas um papel central na construção de uma nova sociedade. Isto é, uma motivação que surge da indignação de olhar para um sistema que prega o acesso à educação gratuita, como justa, moderna e democrática, mas desconsidera as diferenças entre os indivíduos advindos do público e do privado, em seus processos internos de seleção – programas de ensino, pesquisa e extensão. Como se ambos tivessem plenas condições de competirem entre si, no qual “aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social” (NOGUEIRA E NOGUEIRA, 2002, p.16).

Talvez lhe surja outra dúvida: o sistema de cotas já não é uma forma de diminuir essas desigualdades na educação? Sim, essa política de ação afirmativa visa garantir o acesso à educação superior para determinados grupos socialmente desfavorecidos, seja por indivíduos de baixa renda e que tenham estudado em escolas públicas, associadas a questões raciais, beneficiando indivíduos historicamente discriminados como pretos, pardos e indígenas ou para garantir a inclusão de pessoas com deficiência. Mas a preocupação aqui é: essas pessoas que ingressam na universidade pelo sistema de cotas possuem as mesmas oportunidades acadêmicas ao longo da sua graduação? Acreditamos que não. Desse modo, a motivação desta pesquisa surgiu ao observarmos a continuidade da desigualdade mesmo após a aplicação da ação afirmativa Lei de Cotas. Observamos as desigualdades no acesso a programas de ensino, pesquisa e extensão dentro das universidades públicas. Esses programas são importantes porque tendem a encaminhar o graduando a um avanço acadêmico e, posteriormente, mais próximo do mercado de trabalho ou da continuidade dos estudos, seja pela especialização, mestrado e doutorado.

Dentre tantas motivações, a última a ser pontuada neste trabalho é relativa à assistência e permanência estudantil. Pensando exclusivamente nos alunos cotistas, os nossos resultados se relacionam à teoria de Bourdieu (1977, 1983, 1996, 2023) nas concepções de desigualdade dentro dos campos sociais e como são moldadas pelas relações de poder existentes e pelas lutas para preservar ou transformar essas relações. O autor menciona que não deixou de se surpreender com:

[...] o fato de que a ordem do mundo, tal como está, com seus sentidos únicos e seus sentidos proibidos, em sentido próprio ou figurado, suas obrigações e suas

sanções seja grosso modo respeitada, que não haja um maior número de transgressões ou subversões, delitos e ‘loucuras’. [...] que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. (BOURDIEU, 2003, p. 10).

As decisões das instituições em relação às estruturas que defendem, as alianças que estabelecem e até mesmo às ideologias que fundam, são guiadas pelos interesses específicos que surgem dessa dinâmica de forças. Em essência, as ações dos atores são influenciadas por sua posição na estrutura social e pelos objetivos que desejam alcançar em termos de manutenção ou mudança da realidade cultural e social em que estão inseridos. Isto é, buscou-se responder o porquê de, passados dez anos da implementação da Lei de Cotas, a grande maioria das instituições de ensino superior público ainda não aderiram as reservas de vagas para alunos cotistas nos programas de ensino, pesquisa e extensão. Essa última motivação surge da inquietação de observar cotistas que necessitam de um apoio financeiro para suprir necessidades básicas, seja ela de moradia, higiene pessoal ou alimentação, que permitam o mínimo de dignidade para permanecer na universidade estudando.

Buscamos refletir sobre ações destinadas a ampliar o acesso e permanência dos estudantes cotistas, sobre os aspectos que tendem a conservar e manter a desigualdade, discriminação e exclusão de estudantes cotistas dentro das universidades públicas e, também, sobre as relações de poder e dominância ainda institucionalizadas nestes ambientes. De modo mais específico, acompanhamos e analisamos estudantes cotistas que participam do Programa de Educação Tutorial - Inclusão e Oportunidades na Vida Acadêmica de Alunos de Origem Popular (PET-Inclusão) na UFRRJ. Buscou-se identificar as principais dificuldades desses estudantes em relação à permanência estudantil, o ponto de vista e o posicionamento desses estudantes com as nuances estruturais nos discursos de dominação e, por fim, as respostas dos setores superiores que coordenam essas estruturas.

Esse trabalho não surge ao acaso, é importante informar os leitores que a ideia sobre a temática é fruto dos saberes internalizados ao longo da vida deste pesquisador. Sim, nos colocamos como parte dessa pesquisa, não de maneira direta, mas entendendo que todo processo que será investigado já foi experienciado, de modo semelhante, em tempos passados. Ao estudar na UFRRJ, popularmente conhecida por Rural, iniciamos uma trajetória que inclui não apenas a

participação no PET-Inclusão, mas também a experiência com o programa Residência Pedagógica, que compartilha semelhanças nos aspectos de desenvolvimento acadêmico e na assistência para a permanência estudantil. Além de participar do Residência Pedagógica, apoiamos-nos no programa para o cumprimento das exigências de conclusão de curso, utilizando-o na construção da monografia intitulada “*Programa Residência Pedagógica e os desafios da educação em tempos de pandemia: um estudo sobre os saberes-fazeres dos residentes em Letras Português-Literaturas na UFRRJ/Seropédica*”. Acreditando na importância dos programas de ensino, pesquisa e extensão, retornamos a Rural, com intuito de avançar nas pesquisas e de propor mudanças que auxiliem na permanência de estudantes cotistas na Universidade.

No primeiro capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, focada na pesquisa participante, e faz uso de técnicas de coleta de dados como a observação participante e entrevista. Desse modo, utilizou-se a pesquisa participante para observar e analisar o grupo, essa metodologia ajudou a coletar dados sobre as atividades do grupo, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos no próprio contexto da pesquisa. Utilizamos duas técnicas de coleta de dados, uma mais concentrada na opinião dos alunos cotistas, pela técnica da entrevista; e outra procurando conhecer um pouco mais da dinâmica do funcionamento do grupo e interação entre os pesquisados, com a técnica da observação participante. Foram selecionadas plataformas acadêmicas como BDTD, CAPES, SciELO e Google Acadêmico para a busca e seleção de uma bibliografia de embasamento e análise. A pesquisa destaca, ainda, a relevância de submeter o estudo ao comitê de ética, assegurando que os direitos e o bem-estar dos participantes fossem devidamente respeitados.

No segundo capítulo, a dissertação desenvolve seu referencial teórico, abordando o acesso ao ensino superior no Brasil, analisando o processo de expansão e democratização desse setor no país. Além de explorar a dinâmica histórica e social que levou à ampliação das oportunidades educacionais, a discussão também se aprofunda nos avanços do ensino superior, considerando o contexto atual, os desafios enfrentados e as perspectivas para o futuro.

Direcionando para o campo de pesquisa, terceiro capítulo, retornamos no tempo para compreender, com mais detalhes, a história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Explorou-se a evolução geográfica e institucional da Rural desde sua origem como Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) até os dias atuais. Abordamos as políticas de assistência e permanência estudantil, com destaque para as mudanças ocorridas

após a implementação da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), que diversificou o perfil dos estudantes na Universidade. Além disso, tratamos da criação e do desenvolvimento do Programa de Educação Tutorial (PET) e do grupo PET-Inclusão, ressaltando sua importância para a promoção da permanência e do desenvolvimento acadêmico de estudantes de origem popular.

Para o quarto capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa de campo realizada com o grupo PET-Inclusão entre outubro de 2023 e julho de 2024. As análises são baseadas tanto na observação participante quanto nas entrevistas, oferecendo uma visão abrangente sobre as dinâmicas do programa. A pesquisa revelou informações significativas sobre a experiência dos participantes, destacando as práticas de apoio acadêmico e os desafios enfrentados. A observação participante permitiu uma compreensão aprofundada das interações e atividades do grupo, enquanto as entrevistas forneceram perspectivas detalhadas sobre as percepções e vivências individuais dos integrantes.

Ao final são apresentadas as considerações finais articulando as reflexões teóricas com os resultados obtidos. A pesquisa confirmou a eficácia da reserva de vagas no PET-Inclusão, destacando a importância do programa na permanência e no desenvolvimento acadêmico dos estudantes cotistas. Embora o objetivo principal tenha sido alcançado, a necessidade de dados quantitativos adicionais sobre desempenho e evasão foi evidenciada. Apesar das limitações encontradas na obtenção de respostas institucionais, os resultados reafirmam que a política de reserva de vagas se mostra uma estratégia eficaz para promover a inclusão e a continuidade acadêmica, corroborando a importância de políticas afirmativas na educação superior.

1. O ACESSO A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Neste capítulo, trazemos a trajetória do acesso à educação superior no Brasil, mostrando como, historicamente, esse privilégio foi reservado às elites devido à herança da escravidão e ao desenvolvimento tardio de universidades (RODRIGUES; SANTOS; CRUZ, 2022). Revisitamos o surgimento das primeiras instituições de ensino superior no início do século XX, as importantes políticas de democratização e ações afirmativas introduzidas a partir dos anos 1990 e 2000 (LIMONGI, 2001; FERES JÚNIOR, et al., 2018). Apesar dos avanços significativos no acesso à universidade, a análise ressalta os desafios contínuos na redução das desigualdades educacionais.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que de 41% dos filhos com pais analfabetos recebiam até um salário-mínimo ou menos no mercado de trabalho, enquanto os filhos dos pais que finalizaram algum curso superior a porcentagem eram apenas de 4%. Os filhos de pais analfabetos que ganhavam mais do que cinco salários-mínimos consistiam em 3%, enquanto os filhos de pais que finalizaram algum curso superior alcançavam a marca de 46% (IBGE, 2016). A pesquisa veiculada no início da consolidação do sistema de cotas no Brasil, chamava a atenção para a direta ligação da renda dos filhos depender da educação dos pais.

Mais de uma década depois, observamos o avanço da Lei nº 12.711/12 e a inegável contribuição proporcionada na vida de muitos filhos de pais pobres que conseguiram adentrar na universidade. Entendemos, de modo bem consciente e realista, que a Lei de Cotas não é capaz, por si só, de transformar toda nossa sociedade e torná-la mais justa e menos desigual. Este capítulo traz uma série de pesquisas desenvolvidas no âmbito do aperfeiçoamento e fortalecimento da Lei nº 12.711/12. Essas pesquisas, realizadas por pessoas que acreditam e lutam pela equidade na educação superior, trouxeram para o debate nacional, discussões importantes que geraram significativas mudanças, e contribuíram para a nova Lei de Cotas (Lei 14.723/2023).

2.1. BREVE HISTÓRICO: AMPLIANDO E DEMOCRATIZANDO O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Ao analisarmos o acesso à educação superior no Brasil, podemos perceber que, historicamente, as oportunidades acadêmicas foram um privilégio das elites, sido amplamente discutidas em análises teóricas sobre a formação educacional no país (HERINGER, 2014; FERES et al., 2018; GOMES; SILVA; BRITO, 2021; HERINGER; CARREIRA, 2022). Esse cenário tem raízes tanto na herança escravocrata que influenciou a formação das instituições no país, quanto na implantação tardia de cursos superiores, que atendiam majoritariamente às necessidades das famílias de maior poder aquisitivo (RODRIGUES; SANTOS; CRUZ, 2022).

Na virada do século XIX, a elite brasileira era composta por famílias patriarcais brancas, proprietárias de grandes latifúndios, resultado de séculos de escravidão que marcaram a história social do país. Nesse contexto, a formação superior dos filhos dessas famílias era fortemente voltada para os homens, preparando-os para aprimorar seus estudos na Europa. De acordo com Freyre (2004), essa orientação estava fortemente ligada à relação da família patriarcal com a igreja católica. Além disso, Cunha (1980) destaca que a nacionalização do ensino superior no Brasil aconteceu posteriormente à maioria dos países latino-americanos. Rodrigues, Santos e Cruz (2022) ressaltam que “enquanto as primeiras universidades da América remontam ao século XVI, a primeira universidade fundada no Brasil data do século XX e seus cursos se restringiam às áreas de Direito, Engenharia e Medicina”.

Em 1889, final do Império brasileiro, o país contava com apenas seis escolas superiores, voltadas para a formação de juristas, médicos e engenheiros. Neves e Martins (2016) explicam que em 1900, ao adentrarmos o novo século, a situação do ensino superior começou a mudar lentamente e o número de instituições elevou-se para 24. Em 1920, foi fundada a Universidade do Rio de Janeiro por meio do Decreto nº 14.343, representando um marco importante na história do ensino superior no Brasil. De acordo com Souza (2012, p. 51), uma das hipóteses para a criação dessa instituição foi a necessidade diplomática de conferir o título de doutor honoris causa ao rei da Bélgica durante sua visita ao país. Essa instituição precursora resultou da integração de três instituições acadêmicas distintas: a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e a Faculdade de Direito. No entanto, é relevante ressaltar, conforme observado por Oliven (2002), que, mesmo após a unificação, ainda persistiam desafios em promover uma sinergia plena entre as diferentes áreas do conhecimento. Nessa fase inicial, a Universidade do Rio de Janeiro

apresentava um perfil mais voltado ao ensino do que à pesquisa, denotando uma tendência elitista em sua abordagem educacional. Essa característica, aliada à estruturação das três escolas mencionadas, proporcionou uma base sólida para o desenvolvimento do ensino superior no país.

Em 1930, o sistema de ensino superior experimentou uma notável expansão, impulsionada pelo setor privado, principalmente pela iniciativa confessional católica, com objetivo “profissionalizante, divorciado da investigação científica e que absorvia aproximadamente 30 mil estudantes (NEVES; MARTINS, 2016, p. 96). Dentro desse espectro, surgiu em 1934 a Universidade de São Paulo (USP), fundada como um projeto intelectual da elite paulista, sendo considerada a instituição superior brasileira de maior prestígio ao longo de todo o século XX. Esse marco importante para o ensino superior brasileiro contou com a participação de uma missão francesa composta majoritariamente por homens professores e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, que trouxeram consigo valiosos conhecimentos e experiências acadêmicas, influenciando o modelo de formação de outras instituições brasileiras (LIMONGI, 2001). Anos mais tarde, em 1940, temos a criação da primeira universidade católica do país, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) (RODRIGUES; SANTOS; CRUZ, 2022). Entre 1946 e 1960 foram criadas dezoito Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e dez IES privadas no Brasil, aumentando consideravelmente os números de matrículas e atingindo a marca de 93 mil estudantes, com mais da metade deles sendo absorvidos pelo setor público, como mencionado por Neves e Martins (2016).

Após a Segunda Guerra Mundial, a industrialização ganhou força o país, a necessidade de uma mão de obra qualificada para ocupar quadros dirigentes trouxe uma maior organização e regulação das IES. Desse modo, em meados da década de 1960, de acordo com Neves e Martins (2016, p. 97) o governo federal deu início a um ambicioso “processo de construção de uma rede de universidades federais, públicas e gratuitas, abarcando praticamente todos os estados da Federação. Em função desta iniciativa, em 1965 o número de matrículas cresceu, atingindo cerca de 352 mil estudantes. Destes, 56% encontravam-se no setor público” (DURHAM, 2003 apud Neves e Martins, 2016).

O período compreendido entre 1964 e 1985 no Brasil foi marcado pelo governo civil-militar. Durante esse período, a expansão universitária passou a ser vinculada ao projeto desenvolvimentista e centralizador do regime e, apesar do crescimento das universidades federais, os números de matrículas não aumentaram de modo significativo. Em contrapartida, houve um aumento no controle ideológico sobre o ensino transmitido pelas IES, no qual o objetivo era

controlar e moldar a produção do conhecimento, limitando as discussões acadêmicas em torno do regime militar (Cunha, 1975; Durham, 2003). Durante o regime militar no Brasil, o movimento estudantil criticava fortemente a falta de pesquisas nas universidades. Em resposta, os militares introduziram reformas educacionais no ensino superior com intuito de alinhar ao desenvolvimento do país. Diante disso, iniciou-se a controversa Reforma Universitária de 1968, implementando a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), profissionalizando e fortalecendo uma política de formação de recursos humanos, com o intuito de criar um potencial científico e tecnológico nacional (Neves, 2002; Fávero, 2006; Neves; Martins, 2016).

O Ensino Superior no Brasil sempre foi marcado por questões políticas, pressões sociais e a necessidade de atender à crescente demanda por vagas. A atuação do poder público, representado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Federal de Educação (CFE), foi muitas vezes influenciada por esses fatores, e nem sempre seguiu de forma estrita as orientações estabelecidas pela reforma universitária. Embora a expansão das instituições privadas tenha permitido um aumento no acesso à educação superior, também gerou debates sobre a qualidade da educação oferecida e a equidade no acesso, uma vez que nem todos possuíam condições financeiras para arcar com os custos dessas instituições. As análises da época demonstraram que o setor privado exerceu papel preponderante na satisfação da demanda por vagas no ensino superior. Mas esse fenômeno ocorreu em virtude de o público-alvo apresentar considerável capacidade aquisitiva (Cunha, 1975; 1988). Sendo assim, ao permitir que a oferta de vagas fosse predominantemente controlada pela iniciativa privada, o poder público conseguiu conter seus investimentos no setor educacional, especialmente no ensino de graduação. Essa estratégia foi eficaz em evitar a massificação do ensino superior nos estabelecimentos públicos, o que, por sua vez, contribuiu para reduzir as tensões políticas em torno do tema (Neves, 2009; Neves; Martins 2016).

Nas décadas de 1970 e 1980, o cenário do ensino superior no Brasil foi definido pela divisão entre o setor público e privado. Logo, esse cenário suscita reflexões acerca da ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Percebe-se que houve de certo modo, uma tentativa de preservar o ensino superior público elitizado, aumentando a participação do setor privado, que se concentrava primordialmente no ensino, oferecendo cursos de baixo custo, especialmente nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Ademais, disponibilizavam cursos noturnos e adotavam critérios de admissão menos competitivos em comparação com as universidades públicas, buscando atrair um público mais amplo e

diversificado, gerando um crescimento notável ao longo desse período, elevando sua participação na oferta de matrículas de 50,5% para 64,3% (DURHAM, 2003).

A Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 206, consagrou a gratuidade do ensino nas IES públicas que, posteriormente, foi normatizada pela Lei Nacional de Diretrizes e Bases de 1996. Diante disso, foi estabelecida a destinação de receita tributária para a manutenção e desenvolvimento do ensino público federal; e foi garantida a participação da iniciativa privada na oferta de ensino superior, respeitando-se os limites definidos por lei (Ranieri, 2000).

Ao final do século XX, havia bastante disparidade de acesso ao ensino superior no Brasil, contribuindo para a concentração de determinados estratos sociais em cada tipo de instituição de ensino superior. Os alunos que cursavam o ensino médio em escolas públicas enfrentavam grandes desafios socioeconômicos. Essa condição traduzia-se em lacunas educacionais e despreparo para concorrer em igualdade de condições com seus pares que frequentavam escolas particulares, que contavam com melhores recursos e infraestrutura educacional. Esse acontecimento impulsionou mobilizações e engajamento de diversos movimentos sociais na busca pela democratização do ensino superior, com grande protagonismo do movimento negro, tendo como destaque o movimento que ficou conhecido como Marcha Zumbi dos Palmares. Para os autores Rodrigues; Santos; Cruz (2022 p. 51) o ocorrido em 1995, foi um marco na organização do movimento negro no país, como podemos observar abaixo:

A realização da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em Brasília em 1995, pode ser considerada um marco da organização do movimento negro neste período. Dentre as principais reivindicações da Marcha Zumbi dos Palmares, estava a demanda por ações afirmativas para acesso de pessoas negras nas universidades, cursos profissionalizantes e áreas de tecnologia de ponta. O Programa de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, África do Sul em 2001, também instou que os Estados promovessem acesso à educação para grupos em situação de discriminação. Os efeitos de Durban se fizeram sentir no Brasil de imediato. Após a Conferência, o governo brasileiro deu início a algumas ações desenvolvidas no âmbito federal, na sua maioria por iniciativa do poder executivo, por meio de programas próprios nos ministérios ou diretamente a partir da Presidência da República.

A marcha ecoou as aspirações e anseios desse coletivo historicamente oprimido. Podemos dizer que, a partir deste acontecimento, as mudanças para ampliação e a busca pela democratização do ensino superior começaram, de fato, a emergir no cenário da educacional superior brasileiro. Logo, no início do século XXI ocorrem as primeiras mudanças para diminuição da discriminação, exclusão e desigualdade do ensino superior brasileiro. Isto é, a

reserva de vagas inaugurada pioneiramente pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e Universidade Estadual da Bahia (UNEB) em 2003, acompanhadas tempos depois pela Universidade de Brasília (UNB) em 2004, ascenderam o processo de democratização do ensino superior público (FERES JÚNIOR, et al., 2018).

Com intuito de avaliar a educação básica do ensino público brasileiro, o Governo Federal criou em 1998 Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). No entanto, essa política de avaliação tornou-se, em 2009, o principal instrumento de avaliação do país quando começou a selecionar alunos para estudarem nas universidades federais pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e também pelo Programa Universidade para Todos (ProUni). Logo, o ENEM passou a ser a principal prova de seleção para o ingresso de estudantes no ensino superior.

Outra política que buscou a ampliação do ensino superior no Brasil foi o programa Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em instituições não gratuitas e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC). Em 2010 o Fies passou por mudanças e os juros em cima dos financiamentos diminuiram para 3,4% ao ano e passou a financiar em até 100% os valores das mensalidades, além de flexibilizar a solicitação do financiamento em qualquer período do ano (BRSAIL, 2012). Segundo informado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o número de estudantes matriculados no ensino superior com recursos do Fies, que era 185.197 em 2009, passou para 1.863.176 ao final de 2015, tendo um acréscimo de mais de 900% em seis anos (BRASIL, 2016). No período de 2009 a 2014, a dotação orçamentária autorizada subiu de R\$ 1,02 bilhão para 12,13 bilhões. Em 2018, o Fies passa por outra mudança, nesse novo formato o financiamento varia conforme a renda familiar do candidato, possibilitando juros zero aos mais desfavorecidos (BRASIL, 2023).

Nos anos de 2003 a 2014 aconteceu o processo de expansão das universidades públicas brasileiras e, por meio do Decreto 6.096, de 2007 é criado o programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Desse modo, ocorreu um aumento no quantitativo de vagas ofertadas e no número de matrículas na graduação presencial, seguido de recursos orçamentários pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Assim, através do Reuni as universidades federais se interiorizaram e se reestruturaram academicamente nos níveis curriculares (SILVA, 2014, p. 136-140). Em números, tivemos entre 2007 e 2011, um acréscimo de aproximadamente 65% do quantitativo de vagas passando de

139.875 para 231.530. Em relação às matrículas, o acréscimo aproximado foi de 45%, que passaram de 578.536 para 842.606 no mesmo período (MEC, 2012, p. 12-13).

Em 2005, para o setor privado, foi sancionada a Lei nº 11.096 que estabelecia bolsas de estudos pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), tendo como objetivo o aumento de estudantes de condições menos privilegiadas ocupando espaços no campo do ensino superior particular (BRASIL, 2005).

Mais uma iniciativa que contribuiu para processo de ampliação e democratização do ensino superior foi o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) criado em 2010 pelo governo federal. O sistema começou a ter adesão aos poucos pelas universidades e institutos federais e algumas instituições estaduais, por sua característica descentralizada que levava aos estudantes mais praticidade na realização das matrículas, substituindo os vestibulares pela nota do Enem. (BRASIL, 2010). Algumas vantagens que o Sisu trouxe em relação aos vestibulares foi tornar o processo de ocupação de vagas mais barato e eficiente, ou seja, as instituições eliminaram os custos com os vestibulares; proporcionar maior mobilidade geográfica aos estudantes, ampliando as trocas acadêmicas e culturais; e a própria inclusão social, pelo fato dos mais pobres não terem condições de arcarem com os custos dos diferentes vestibulares (CATANI; NOGUEIRA et al., 2017, p. 62).

Além desses programas citados, em agosto de 2012 tivemos a instauração da maior política de ação afirmativa da história do Brasil. Com intuito de garantir o acesso ao ensino superior para estudantes em condições desfavorecidas e que tenham concluído o ensino médio em escolas públicas, a Lei de Cotas 12.711 estabeleceu 50% das vagas levando em consideração os critérios de raça (pretos, pardos e indígenas), renda (renda inferior a 1,5 salários-mínimos per capita) e, a partir de 2016, pessoas com deficiência (BRASIL, 2012). Para Rosana Heringer (2018, p.8), “a combinação destas diferentes políticas resultou num crescimento significativo do sistema de ensino superior como um todo”, ressaltando que grande parte destas políticas “incidiram diretamente na expansão de vagas e na ampliação do alcance, territorial inclusive, das IFES, do ponto de vista da inclusão e da diversificação dos públicos que passam a acessar a educação superior, as políticas de ação afirmativa têm tido um papel significativo”. Essa mudança do perfil socioeconômico possibilitou o ingresso de muitos estudantes que antes não acessavam o espaço universitário. A maioria desses estudantes beneficiados pela Lei 12.711 são de “primeira geração de sua família a ingressar no ensino superior, com menor renda familiar, oriundos em grande

parte de escola pública, pretos e pardos, em média mais velhos e com trajetória escolar em geral não linear” (HONORATO, VARGAS, HERINGER, 2014, p.1).

Assim, através destas políticas, a realidade estatística mencionada no início deste capítulo vêm sendo alterada ou minimizada, e os filhos desses estudantes que agora acessam as universidades podem ter mais oportunidades educacionais, no mercado de trabalho e melhores condições para ascensão social. Ainda que seja possível perceber uma espécie de tomada de consciência dos setores políticos em relação aos altos níveis de desigualdade presente no ensino superior brasileiro, e ainda que seja visível uma maior difusão entre os brasileiros da percepção e reconhecimento do valor da educação como forma de solucionar problemas associados a toda espécie de efeitos deletérios, como o aumento da violência, problemas relacionados ao crescimento econômico, empecilhos a democracia, dentre outros, os números da desigualdade educacional ainda não mudaram de maneira efetiva ou suficiente para que o Brasil possa se sentir em uma outra fase da sua história.

2.2. BALANÇO DO AVANÇO DO ENSINO SUPERIOR: CONTEXTO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Acreditamos que quanto mais igualitário for o acesso à educação, mais justa e democrática será a sociedade. Com base nesse pensamento, trouxemos para este capítulo pesquisas que dialogam com a expansão das oportunidades educacionais entre avanços e desafios, na tentativa de democratização das universidades federais brasileiras. Em especial, o e-book intitulado “*10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas*”¹ organizado por Rosana Heringer e Denise Carreira, com objetivo de

[...] “levantar informações a partir de diferentes fontes, documentar e analisar como a Lei de Cotas contribuiu para “mudar a cara” das universidades federais brasileiras nestes dez anos. Para isso, reunimos uma equipe de dezenas de pesquisadores brasileiros, de todas as regiões do país, que se dedicaram ao longo de 15 meses a recolher e sistematizar estes dados, trazendo um panorama abrangente e diversificado sobre como a Lei de Cotas impactou o perfil dos estudantes das universidades federais, impactando também as próprias universidades, de diferentes formas” (HERINGER; CARREIRA, 2022, p. 08).

Desde sua criação e por muitos anos, o sistema de educação superior no Brasil foi limitado e exclusivo, concebido para atender apenas a um seletivo grupo privilegiado. Heringer (2018, p. 09) sinaliza que “a primeira onda de expansão do número de matrículas ocorreu nos anos de 1960, como resultado de grande pressão de uma classe média emergente que almejava alcançar a educação superior”. Zuccarelli e Honorato (2022) observam o aumento significativo no número de pessoas com ensino superior em diferentes gerações e a disparidade entre brancos e negros. E apontam que, entre as pessoas nascidas nos anos de 1955-1959, cerca de 13% da população possuía diploma superior. Entre os nascidos no período 1985-1989 esse percentual atingiu cerca de 20%. No entanto, alertam que apenas “uma pequena parcela da população se beneficiou das duas ondas de aumento nas oportunidades de educação superior” (ZUCCARELLI; HONORATO, 2022, p. 1003). Segundo a análise das pesquisadoras:

“As proporções da população branca são em média três vezes maiores do que da população negra em todas as coortes, ou seja, o hiato racial entre brancos e negros não diminuiu entre essas diferentes gerações, apesar de haver maior

¹ O e-book dedica-se a observar e analisar o que aconteceu após o dia 29 de agosto de 2012, quando a Lei 12.711 entrou em vigor. Disponível em: <<https://pantheon.ufjf.br/bitstream/11422/22264/1/Lei%20de%20cotas.pdf>>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

acesso ao diploma superior para os dois grupos” (ZUCCARELLI; HONORATO, 2022, p. 1004).

Heringer (2018, p. 15). destaca que “o sistema de ensino superior no país era majoritariamente branco, elitizado, com a maior parte dos seus estudantes vindo de escolas particulares”. A pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Estudos e Pesquisa em Educação Superior (LEPES-UFRJ) juntamente com o grupo Ação Educativa², revela um panorama das transformações nos últimos anos do ensino superior, com destaque para a expansão do acesso e a implementação de políticas de ação afirmativa. O e-book traz o crescimento das matrículas entre ampla concorrência e vagas reservadas.

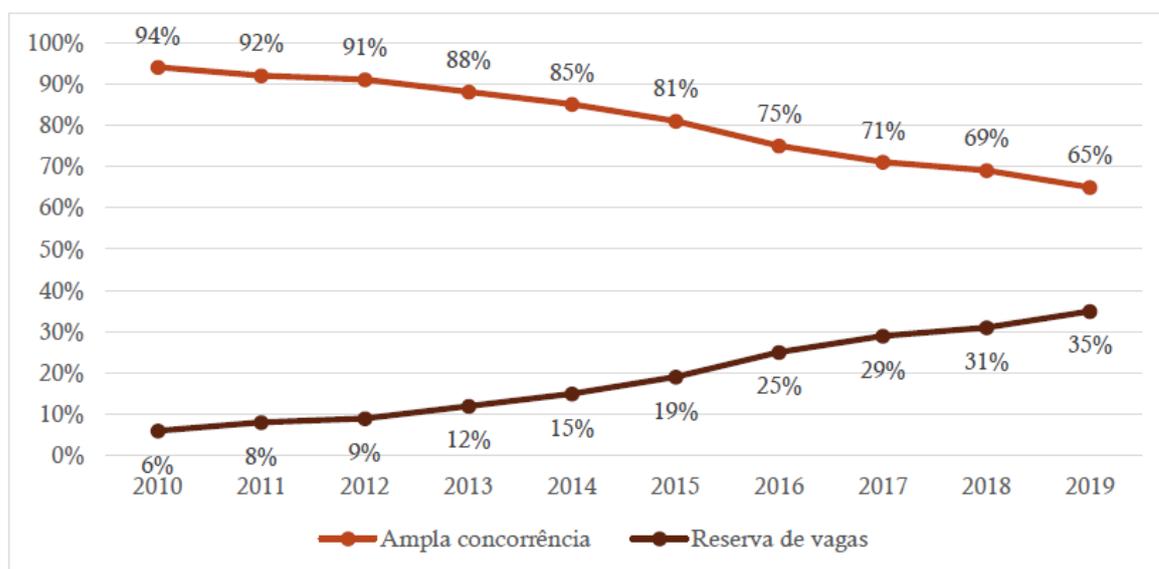
Nos últimos anos, as universidades federais passaram por transformações significativas em relação a distribuição de vagas entre ampla concorrência e reserva de vagas. A pesquisa de Honorato (et al., 2022, p. 53-54) revelou que entre 2010 e 2019, o número total de matrículas em cursos de graduação cresceu consideravelmente, passando de cerca de um milhão para um milhão e trezentos mil estudantes, o que representa um aumento de aproximadamente 40%. No entanto, essa expansão não ocorreu de forma uniforme entre os diferentes mecanismos de ingresso. No início do período analisado, 94% das vagas eram ocupadas por ampla concorrência, enquanto apenas 6% eram reservadas para cotas.

Há um afunilamento expressivo no mecanismo de distribuição das matrículas, em um processo que ainda não chegou ao previsto em Lei, que seria 50%, mas com tendência de aproximação das matrículas entre ampla concorrência e vagas reservadas. Antes da aprovação da Lei, em 2010, apenas 6% das matrículas eram realizadas em vagas destinadas à ação afirmativa (reserva de vagas). Em 2019, esse percentual chega a 35% (HONORATO, et al., 2022, p. 53-54).

Essa mudança reflete o esforço das políticas públicas para tornar o ensino superior mais acessível e diversificado. No entanto, mesmo após dez anos de implementação dessas políticas, ainda não foi alcançada a meta de 50% das matrículas serem ocupadas por estudantes provenientes dos grupos sociais contemplados pelas cotas. Esse dado destaca tanto os avanços quanto as limitações das políticas de inclusão nas universidades federais.

² É uma associação civil sem fins lucrativos que atua no campo da educação, da cultura e da juventude e na perspectiva dos direitos humanos. Para mais informações, acesse: (<https://acaoeducativa.org.br/>).

Gráfico 1 – Porcentagem de matrículas por reserva de vagas e ampla concorrência, universidades federais – Brasil, 2010-2019



Fonte: Ação Educativa e LEPES UFRJ, 2022 | Base: INEP e Censo da Educação Superior.

Este crescimento reflete tanto a ampliação da oferta de vagas quanto a inclusão de novos *campi* e cursos, impulsionados por políticas públicas de expansão e democratização do ensino superior, como o Reuni. E reflete também o contexto da implementação da política de Lei de Cotas, que busca corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de grupos sub-representados no ensino superior.

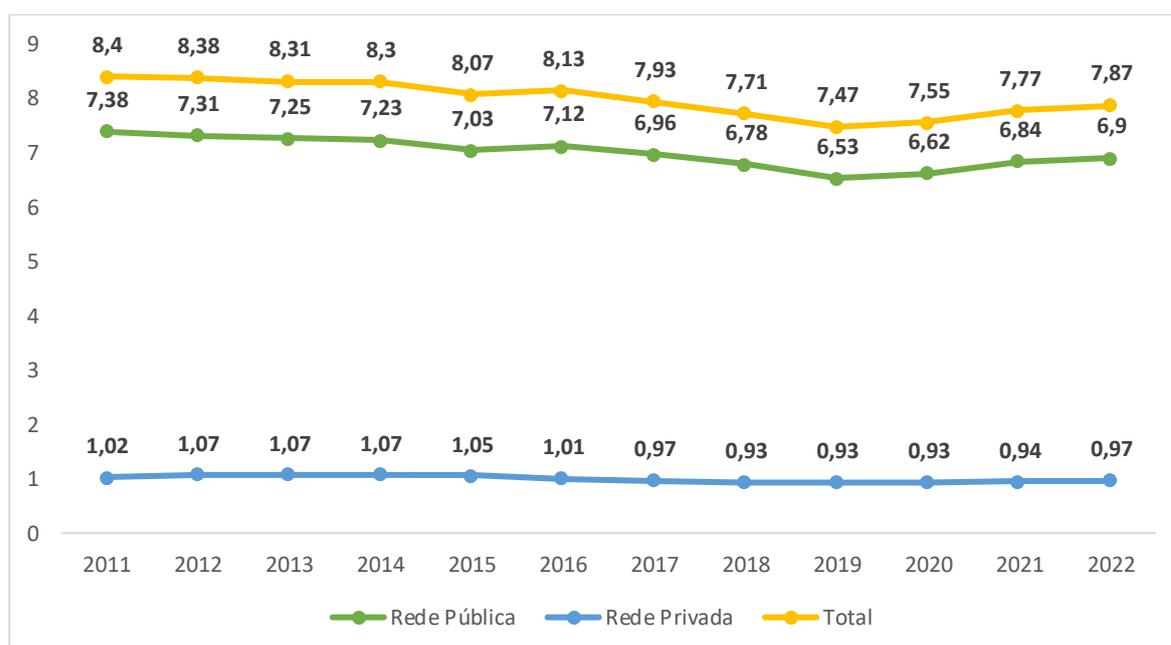
Dados do IBGE³ divulgados em 2017, revelam que cerca de 51% dos brancos com ensino médio completo ingressaram no ensino superior. Essa porcentagem entre pretos e pardos era de aproximadamente 33%. A pesquisa ainda mostra que “ter concluído o ensino médio em uma escola privada atenuou as diferenças segundo cor ou raça: a taxa de ingresso dos brancos provenientes do ensino médio privado foi de 81,9% e a dos pretos ou pardos, de 71,6%” (IBGE, 2018). O sistema de educação básica no Brasil inclui tanto escolas públicas quanto privadas. As escolas privadas, embora em menor quantidade, geralmente oferecem uma educação de melhor qualidade e são acessíveis apenas para aqueles que podem pagar. Para Rosana Heringer (2018, p. 8 – 9):

³ Agência IBGE notícias – Taxa de ingresso ao nível superior é maior entre alunos da rede privada. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23300-taxa-de-acesso-ao-nivel-superior-e-maior-entre-alunos-da-rede-privada>>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

O sistema educacional privado na educação básica é ocupado principalmente por estudantes de classe média e alta, que podem custear altas mensalidades. Estudantes que concluem o ensino básico nestas escolas são tradicionalmente aprovados em maior proporção nos exames para ingresso nas melhores universidades brasileiras que, ironicamente, são em sua maioria públicas e sem custos para o estudante.

O gráfico abaixo exhibe o número de matrículas no ensino médio entre 2011 e 2022, segmentado pelas redes pública, privada e o total de matrículas. Ao longo desse período, observa-se uma tendência de queda nas matrículas da rede pública, que passaram de 7,38 milhões em 2011 para 6,9 milhões em 2022. Essa queda é mais acentuada até 2018, quando o número de matrículas se estabiliza ligeiramente. A rede privada, por sua vez, mantém-se relativamente estável, com uma ligeira queda ao longo dos anos, mas mostra um leve aumento de 0,94 milhões em 2021 para 0,97 milhões em 2022. Esse crescimento de 3,9% na rede privada contribuiu para o aumento geral de 1,2% nas matrículas no ensino médio de 2021 para 2022. O total de matrículas no ensino médio segue uma trajetória de leve declínio ao longo do tempo, caindo de 8,4 milhões em 2011 para 7,87 milhões em 2022, com variações ao longo dos anos. O crescimento observado entre 2021 e 2022, embora positivo, ainda está longe dos números iniciais do período. A concentração das matrículas na rede pública (87,7% em 2022) contrasta fortemente com a distribuição no ensino superior, onde as matrículas se concentram na rede privada.

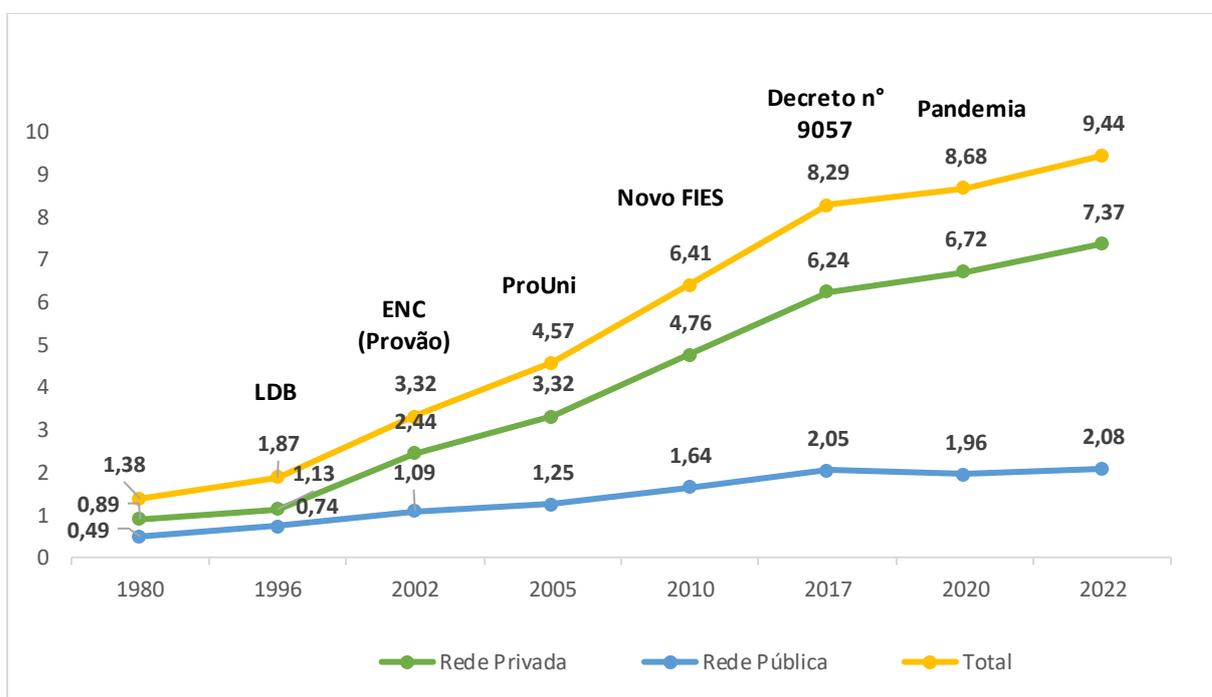
Gráfico 2 - Número de Matrículas no Ensino Médio (em milhões)



Fonte: Instituto Semesp, 2023 | Base: INEP

A rede pública concentra 87,1% das matrículas no ensino médio, ao contrário do ensino superior, que concentra as matrículas na rede privada. uma política que intensificou a alocação de recursos para promover uma forma mais acessível de ensino superior, através de incentivos para a rápida expansão do setor privado. Embora afirmem que pretendem “oferecer soluções para o desenvolvimento da educação acadêmica do país” (COGNA, 2024)⁴, o intuito da rede privada é continuar expandindo o número de matrículas e capitalizando em cima dos programas do governo. Argumentam que, sem a significativa presença do setor privado, haveria poucas instituições capazes de expandir esse ensino. No entanto, “estas instituições em sua maioria são de menor qualidade se comparadas com as públicas, e oferecem, na maioria dos casos, diplomas de menor prestígio no mercado de trabalho” (HERINGER, 2018, p. 9). No gráfico abaixo, observamos a expansão do ensino superior público e privado no país ao longo dos anos.

Gráfico 3 - Evolução do Número de Matrículas no Ensino Superior Brasileiro (em milhões) – 1980-2022

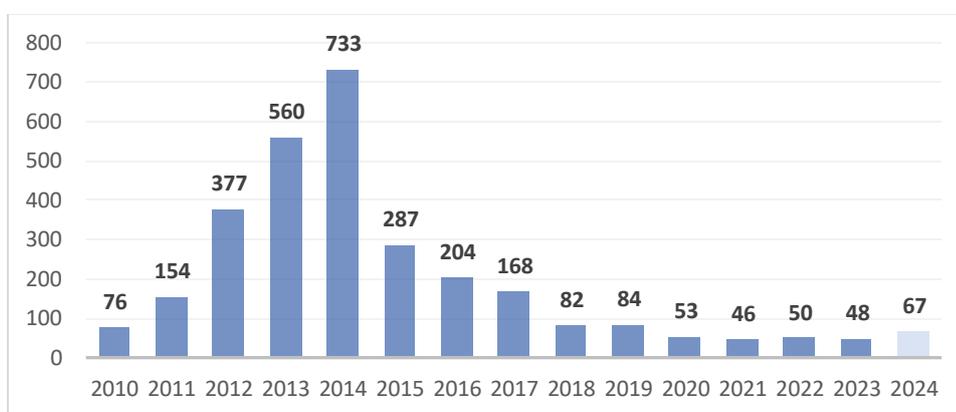


Fonte: Instituto Semesp, 2023| Base: INEP

⁴ Ligada a BlackRock, líder global em investimentos, a Cogna é a maior empresa do segmento educacional brasileiro e uma das principais organizações de educação no mundo.

A rede privada continua concentrando a maior parte dos estudantes do ensino superior. O governo brasileiro tenta facilitar o acesso ao ensino superior por meio de financiamento estudantil, ajudando estudantes a cobrir os custos de mensalidades em instituições privadas de ensino superior. No ano de 2023, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) ofertou 112 mil vagas, mas apenas 48 mil foram ocupadas. Para 2024, o governo planeja disponibilizar mais 112 mil vagas, o Ministério da Educação (MEC) já ofertou 67.301 vagas no processo seletivo do primeiro semestre de 2024 (MEC, 2024). Vejamos a seguir dados que representam essa narrativa:

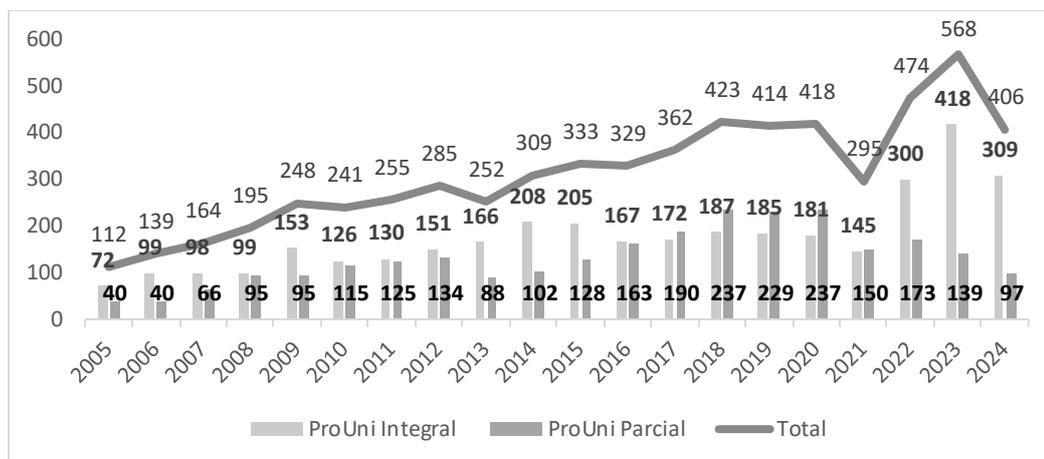
Gráfico 4 – Oferta de Vagas FIES (em milhares) – 2010-2024



Fonte: Instituto Semesp, 2024 | Base: INEP

Outro programa do governo brasileiro que envolve o setor privado na expansão do ensino superior, é o Programa Universidade para Todos (ProUni). No primeiro semestre de 2024, foram disponibilizadas um total de 406.428 bolsas de estudo. Dessas, 308.977 são bolsas integrais, cobrindo 100% das mensalidades, enquanto 97.451 são bolsas parciais, cobrindo 50% dos custos educacionais. Essas bolsas estão distribuídas entre 15.482 cursos oferecidos por 1.028 instituições que participam do programa (MEC, 2024). Vejamos o seu desenvolvimento ao longo dos anos:

Gráfico 5 – Oferta de Vagas ProUni (em milhares) – 2005-2024

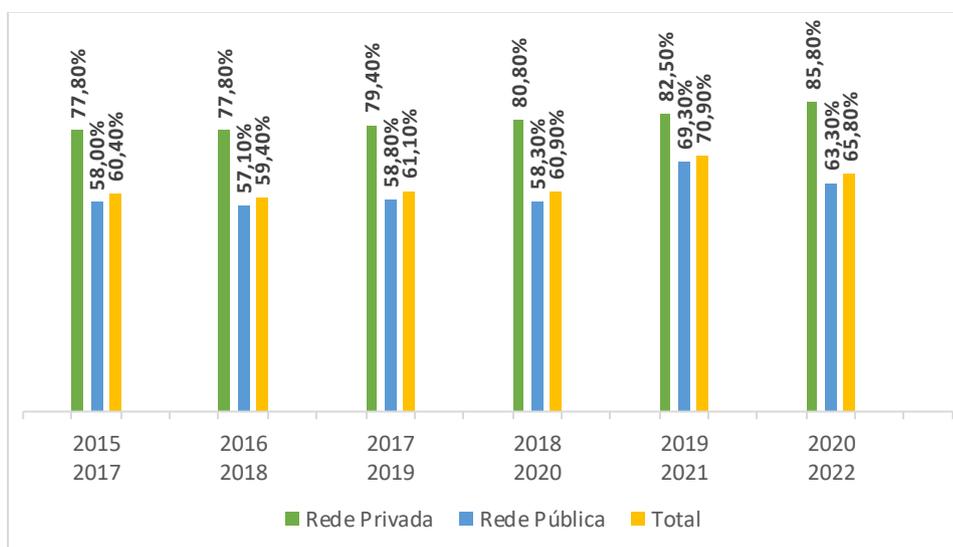


Fonte: Instituto Semesp, 2024 | Base: SISPROUNI

Investiu-se na ideia de que o setor privado seria o principal responsável pela democratização do acesso ao ensino superior, com programas como o FIES e o ProUni desempenhando papéis centrais. Não que sejamos contrários ao avanço das políticas públicas de acesso ao ensino superior privado, mas entendemos que é importante garantir o acesso e permanência do aluno preto, pardo, indígena ou originário da rede pública. Enquanto isso, as universidades públicas estão sendo negligenciadas, sucateadas e encontram-se cada vez mais abandonadas.

Seguindo com nosso intuito de contextualizar e explicar o cenário educacional brasileiro, direcionamos os olhares para as taxas de conclusão do ensino médio.

Gráfico 6 - Taxa de Conclusão dos Alunos do Ensino Médio – 2017-2022



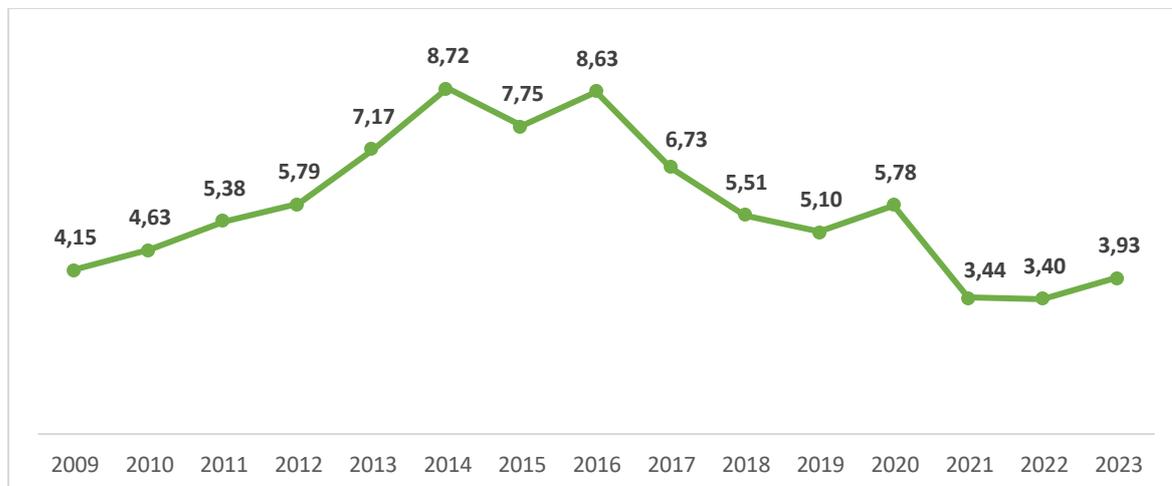
Fonte: Instituto Semesp, 2023 | Base: INEP

Um dos aspectos mais evidentes é a disparidade significativa entre as taxas de conclusão nas redes pública e privada. Enquanto 85,8% dos alunos da rede privada que começaram o ensino médio em 2020 conseguiram concluí-lo em 2022, apenas 65,8% dos alunos da rede pública alcançaram o mesmo feito. A evasão escolar é outro fator crítico evidenciado do gráfico, cerca de 35% dos estudantes que ingressam no ensino médio não conseguem concluí-lo no tempo previsto. Esse número é alarmante, especialmente quando considerado no contexto da rede pública, na qual cerca de 40% dos alunos não completam essa etapa educacional. As causas da evasão escolar são diversas e envolvem tanto fatores externos quanto a adequação e qualidade do ensino oferecido. No contexto escolar, as causas incluem dificuldades de aprendizagem, falta de significado e flexibilidade no currículo, baixa qualidade da educação e um ambiente escolar desfavorável. Entre as causas externas estão dificuldades de acesso à escola, que podem ser atribuídas à falta de transporte, necessidades especiais, gravidez e maternidade, violência, pobreza e trabalho. “As consequências desta estrutura no longo prazo são a grande concentração de estudantes de maior renda e brancos nas universidades públicas” (HERINGER, 2018, p. 9). O governo federal com objetivo de diminuir esses índices, criou em 2024 o Programa Pé-de-Meia⁵, que oferece bolsas para alunos de baixa renda da rede pública.

De 2009 a 2014, o número de inscritos no ENEM cresceu de forma constante, atingindo seu pico em 2014. Esse crescimento foi impulsionado pela importância crescente do exame, que passou a ser o principal meio de acesso ao ensino superior no Brasil. No entanto, a partir de 2015, o número de inscritos começou a diminuir gradualmente, se agravando entre 2020 e 2021, quando a pandemia de COVID-19 teve um impacto drástico no número de inscritos, que caiu para 3,44 milhões em 2021, o menor nível em mais de uma década. O gráfico abaixo revela uma recuperação no número de inscritos no ENEM em 2023, após dois anos consecutivos de declínio. Em 2023, houve um aumento de 15,8% no número de inscrições confirmadas, totalizando 3,93 milhões, comparado aos 3,4 milhões registrados em 2022. Embora essa recuperação seja significativa, o número de inscritos ainda está muito abaixo do auge alcançado em 2014, quando 8,72 milhões de estudantes se inscreveram para realizar a prova.

⁵ Criado pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, o programa oferece incentivos financeiros a estudantes do ensino médio em escolas públicas. O objetivo é encorajar a continuidade e a conclusão dos estudos, bem como a participação em exames educacionais nacionais e regionais.

Gráfico 7 – Índices de Inscritos no Enem (em milhões)



Fonte: Instituto Semesp, 2024 | Base: INEP

Do total de 3,93 milhões de inscrições confirmadas em 2023, 29,7 % são inscrições gratuitas, segundo dados do Kit Press Enem 2023⁶. Isto é, alunos advindos do ensino médio público.

Tabela 1 – Inscritos no Enem

Declaração de carência aprovada	Inscrição gratuita	Pagamento confirmado
1.315.006	1.166.556	1.452.430

Fonte: Elaboração Autoral | Base: Kit Press Enem 2023

O Edital Isenção Enem 2023⁷, previa que:

2.6 Será isento da taxa de inscrição para o Enem 2023 o participante que preencha um dos requisitos:

2.6.1 Esteja cursando a última série do ensino médio no ano de 2023, em qualquer modalidade de ensino, em escola da rede pública declarada ao Censo Escolar da Educação Básica; ou

2.6.2 Ter cursado todo o ensino médio em escola da rede pública ou como bolsista integral na rede privada e ter renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio, conforme Artigo 1º, parágrafo único, incisos primeiro e segundo, da Lei nº 12.799, de 10 de abril de 2013; ou

⁶ É um guia para a cobertura da imprensa, que sintetiza, em um único documento digital, informações básicas e acesso facilitado aos dados em diferentes recortes e níveis de agregação. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2023/presskit/enem_2023.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

⁷ Edital Isenção Enem 2023. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/enem/edital_isencao_leitor_de_tela.docx>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

2.6.3 Declarar situação de vulnerabilidade socioeconômica, por ser membro de família de baixa renda, nos termos do Artigo 5º do Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, e que esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que requer: renda familiar per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Ainda sobre os inscritos no Enem 2023, tivemos 35% das inscrições de alunos cursando a última série do ensino médio.

Tabela 2 - Condições de estudo dos inscritos no Enem

Cursando última série do ensino médio	Cursando o ensino médio, sem conclusão em 2023	Ensino médio concluído	Nem cursando, nem com ensino médio concluído
1.401.041	620.151	1.895.358	17.442

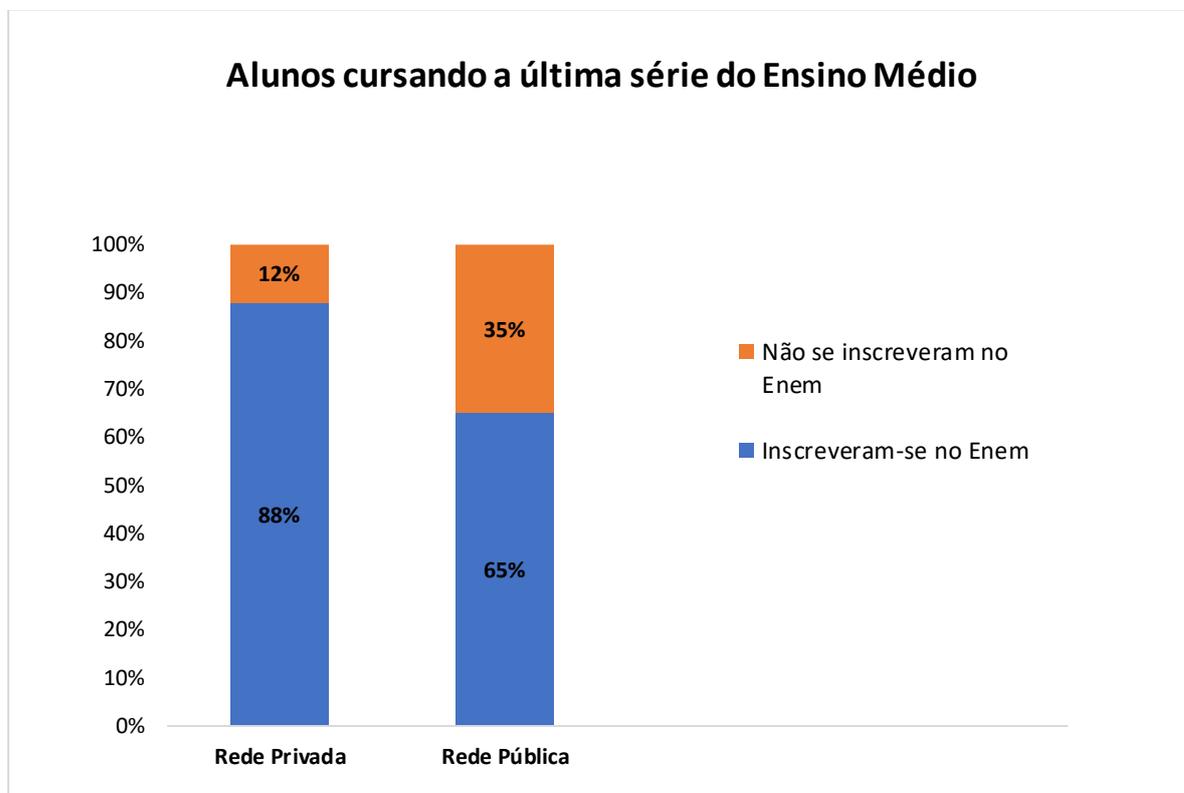
Fonte: Elaboração Autoral, 2024 | Base: Kit Press Enem 2023

Aos nos atermos nos dados, observamos uma discrepância no total de inscrições no Enem 2023, entre o público e o privado, dos alunos que estavam cursando o último ano do ensino médio. Como já citado anteriormente, 87,1% das matrículas do ensino médio então concentradas na rede pública, contudo, os números da escola pública não acompanham, na mesma proporção, as inscrições no exame que mais proporciona o ingresso de alunos na universidade. No gráfico a seguir, temos uma análise realizada por meio do cruzamento de dados dos Microdados do Censo Escolar 2023⁸, Microdados do Enem 2023⁹ e Kit Press Enem 2023.

⁸ Microdados do Censo Escolar da Educação Básica. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

⁹ Microdados e Sinopse Estatística do Enem 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/microdados-e-sinopse-estatistica-do-enem-2023-disponiveis>>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

Gráfico 8 – Percentual de inscritos no Enem 2023 cursando a última série do Ensino Médio



Fonte: Elaboração Autoral | Base: Microdados do Censo Escolar, Microdados do Enem e Kit Press Enem, 2023.

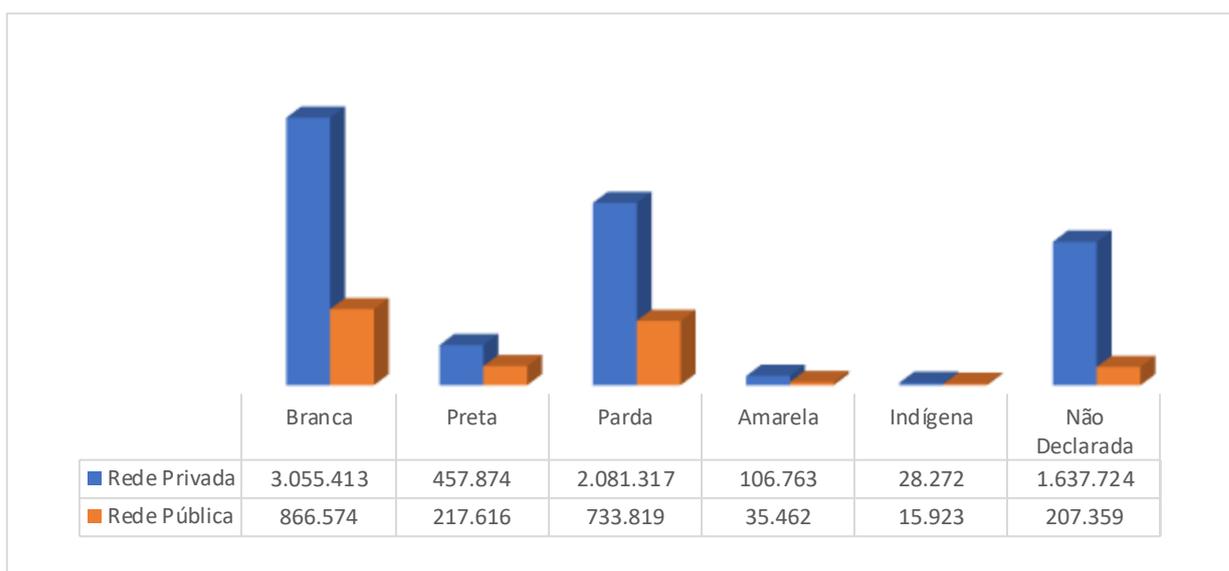
Heringer (2018, p. 9) aponta que “os estudantes de menor renda, em sua maioria pretos e pardos, que em geral frequentaram escolas públicas de menor qualidade na educação básica, não têm muitas opções a não ser tentar ingressar em instituições de educação superior privadas, pelas quais tem que pagar”. A desigualdade racial na educação básica tem um impacto profundo no acesso ao ensino superior, resultando em oportunidades diferentes para brancos e negros, perpetuando disparidades mesmo durante a expansão do sistema educacional. Para Zuccarelli e Honorato (2022, p. 1003):

“O afunilamento racial na educação básica tem reflexos significativos no acesso à educação superior, reservando acessos distintos ao diploma de ensino superior para brancos e negros, com manutenção de desigualdades, mesmo em cenários de expansão.”

Heringer e Carreira (2022, p. 59) observaram que “para os jovens negros o principal obstáculo, no país, é completar a escolarização básica; para os jovens brancos, o principal obstáculo é ingressar na educação superior”. Segundo o último Censo Demográfico de 2022, pretos e pardos compõem 55,5% da população total, no entanto, ao comparamos com o ensino

superior, esse percentual diminui para 37,0%. “Muitos jovens negros, portanto, nem podem se candidatar a uma vaga nas universidades federais” (HERINGER; CARREIRA, 2022, p. 59). Abaixo observa-se essa representação em número de matrículas por cor/raça.

Gráfico 9 – Distribuição de Matrículas por Cor/Raça no Ensino Superior 2022



Fonte: Instituto Semesp, 2023 | Base: INEP.

Uma outra problemática que por vez, acaba sendo invisibilizada, é na categorização dos “negros”. Como abordado anteriormente, o processo de consolidação da política de reserva de vagas foi travado ao longo dos anos com bastante luta e manifestações, a Marcha Zumbi dos Palmares foi um exemplo forte desse embate e fator contribuinte para o avanço dos acordos políticos para se chegar a mais representativa lei de ação afirmativa do país. A Lei de Cotas seguiu pela classificação de pretos e pardos como negros, no entanto, escancarou o racismo estrutural presente no sistema e na nossa sociedade. Pois, “ao utilizarmos a categoria “negros” como soma dos pretos e pardos, não conseguimos observar que os pretos têm, ainda, maiores dificuldades de acesso e conclusão do ensino superior em comparação com os pardos”, (HERINGER, 2022, p. 60) por isso “é muito importante que a sociedade brasileira continue debatendo as políticas de ação afirmativa” (HERINGER, 2018, p. 15).

A Lei de Cotas 12.711/12, sancionada em 29 de agosto de 2012, representou um marco para o ensino superior público no Brasil. Ela estabelece que 50% das vagas nas universidades e institutos federais sejam reservadas para estudantes oriundos de escolas públicas, com recortes específicos para alunos de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. As

pesquisadoras Carreira e Heringer (2022, p.519) afirmam que “a Lei de Cotas e demais ações afirmativas implementadas na educação superior efetivamente têm contribuído para democratizar o acesso às universidades federais e tensionado por uma transformação profunda nos referenciais, sentidos e prioridades das universidades”. A implementação desta lei foi um passo necessário para a promoção da inclusão e da equidade, reconhecendo as desigualdades históricas que marcam a sociedade no país, buscando corrigir essas distorções por meio da educação.

Após mais de uma década de vigência, a Lei de Cotas passou por uma reavaliação, o que levou a uma atualização, culminando na promulgação da Lei 14.723, de 2023. Esta nova legislação busca fortalecer e aprimorar os mecanismos de inclusão da lei anterior, incorporando as novas demandas da sociedade contemporânea. Além de reforçar a necessidade de monitoramento contínuo dos resultados das políticas de cotas, estabelecendo critérios mais rigorosos para a coleta de dados e a avaliação dos impactos dessas políticas. Outra mudança significativa é a ampliação das ações afirmativas, que agora incluem novos grupos beneficiados, como quilombolas. Entre as principais mudanças, destacam-se:

- No mecanismo de ingresso anterior, o cotista concorria apenas nas vagas destinadas às cotas, mesmo que ele tivesse pontuação suficiente na ampla concorrência. Agora, primeiramente serão observadas as notas pela ampla concorrência e, posteriormente, as reservas de vagas para cotas;
- Monitoramento anual da Lei e sua avaliação a cada 10 anos;
- Inclusão de outros ministérios, além do Ministério da Educação, como responsáveis pelo acompanhamento da Política de Cotas: Ministério da Igualdade Racial; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas;
- Estabelecimento de prioridade para os cotistas no recebimento do auxílio estudantil;
- Redução do critério de renda familiar per capita para um salário-mínimo na reserva de vagas de 50% das cotas;
- Extensão das políticas afirmativas para a pós-graduação;
- Inclusão dos estudantes quilombolas como beneficiários das cotas;
- Vagas reservadas em uma subcota que não forem preenchidas serão repassadas para outra subcota e, posteriormente, para as vagas de escola pública;
- Utilização de outras pesquisas além do Censo para o cálculo da proporção de cotistas nas Unidades da Federação (BRASIL, 2023).

Entre todas as mudanças, existe uma especial que gostaríamos de chamar a atenção, trata da *redução do critério de renda familiar per capita para um salário-mínimo na reserva de vagas de 50% das cotas*. Num primeiro momento, destacando os benefícios, acreditando que redução do critério de renda familiar per capita para um salário-mínimo abre portas para a sociedade mais

carente, permitindo que mais estudantes de baixa renda acessem a educação superior e transformem suas vidas. Em que “não somente os estudantes cotistas são os beneficiados por essas políticas, mas a universidade brasileira como um todo ganha com a maior democratização racial e social da educação superior” (CARREIRA; HERINGER, 2022, p.519). Com essa medida, a equidade social é fortalecida, são “novos sujeitos, conhecimentos, provocações, experiências, valores civilizatórios e maior aderência à realidade diversa e desigual brasileira, colocando em xeque o projeto colonial que marca a sua origem e existência até os dias de hoje” (*idem*). Por outro lado, a redução do critério de renda familiar per capita para um salário-mínimo na reserva de vagas de 50% das cotas introduzida pela nova legislação é uma mudança que merece uma análise detalhada, dado seu impacto potencial sobre a efetividade das políticas de inclusão. Com a redução do critério de renda, pode haver uma pressão adicional sobre as políticas de permanência, que precisam ser ajustadas para atender a um número maior de alunos com diferentes níveis de necessidade. Isso pode exigir uma reestruturação significativa nos programas de apoio acadêmico e financeiro, o que pode ser desafiador para as instituições que já enfrentam limitações orçamentárias.

Por fim, os dados do Censo da Educação Superior, levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revelaram uma redução de 13% no número de estudantes que ingressaram em instituições federais por meio da Lei de Cotas no ano de 2022 (INEP, 2022). Um dos principais veículos de comunicação do país, publicou:

Figura 1 - Manchete do jornal O GLOBO

Menu **O GLOBO** | Educação **ASSINE** 🔍 Buscar 👤 Entrar

Brasil / Educação

Número de novos cotistas nas universidades federais tem a maior queda em dez anos, aponta Inep

Embora a quantidade de ingressantes cotistas venha caindo desde 2019, é a primeira vez em que há redução de maneira simultânea ao aumento no número total de alunos que entram em universidades

Por **Karolini Bandeira** — Brasília
23/10/2023 03h00 · Atualizado há 7 meses

f X S

Fonte: Jornal O GLOBO, 2023.

A matéria conta com a participação de Daniel Cara (2023), professor da Faculdade de Educação da USP e dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O professor aponta que “não basta permitir a entrada, é preciso garantir a permanência”. Segundo ele, essa redução pode ter ligação com a falta de incentivo a políticas públicas para permanência na universidade, como moradia, alimentação e ajuda de custo. A cada ano, os jovens se conscientizam mais de que, se a universidade não oferecer as condições necessárias para a permanência, sua experiência acadêmica será prejudicada, buscando por soluções mais rápidas e com menos dificuldade para acessar o mercado de trabalho. A evasão e a permanência estudantil de alunos cotistas no ensino superior são questões de extrema relevância e preocupação que precisam ser pesquisadas, discutidas e diminuídas. Compreender os fatores que influenciam na conclusão ou desistência dos alunos cotistas das universidades é fator importante para continuar avançando na democratização do ensino superior público. Um tanto contraditório, um ensino superior que é público, mas precisa ser democratizado.

E nessa tentativa de democratizar, anunciamos uma boa notícia, diante das dificuldades enfrentadas pelos estudantes nas universidades públicas do país, o governo demonstrou interesse em colaborar para minimizar as questões ligadas a permanência. Foi aprovada no congresso nacional a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituída pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Lei nº 14.914/2024. A política tem como objetivo ampliar e assegurar condições para a permanência e o sucesso dos estudantes nas instituições federais de educação superior e tecnológica. Essa iniciativa abrange diversos programas do governo federal e ações em universidades e institutos federais, com o objetivo de fortalecer a assistência estudantil e reduzir a evasão. Isso pode englobar desde a ampliação de bolsas e auxílios até a adoção de estratégias de apoio acadêmico e psicológico, com o objetivo de promover um ambiente mais acolhedor e inclusivo. A Lei prevê em seu parágrafo primeiro:

§ 1º A PNAES será implementada de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, com vistas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2024).

A implementação de forma articulada as atividades de ensino, pesquisa e extensão, pode representar um ganho enorme para o ensino superior. No entanto, há uma necessidade de acompanhamento do uso dessa verba nas instituições, isso porque os recursos que hoje chegam

as atividades nas áreas definidas por lei, também atendem critérios baseados na meritocracia, o que veremos mais adiante. O artigo 2º aponta que os objetivos da PNAES são os seguintes:

- I - democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência de estudantes nos cursos da educação pública federal e na conclusão desses cursos;
- III - reduzir as taxas de retenção e de evasão na educação pública federal;
- IV - contribuir para a promoção da melhoria de desempenho acadêmico, de inclusão social pela educação e de diplomação dos estudantes;
- V - apoiar estudantes estrangeiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países;
- VI - estimular a participação e o alto desempenho de estudantes em competições, em olimpíadas, em concursos ou em exames de natureza esportiva e acadêmica;
- VII - estimular as iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil (BRASIL, 2024).

O fortalecimento do PNAES facilita o monitoramento da execução dos programas e aumenta a transparência nas ações de assistência estudantil. Essa estruturação permite uma gestão mais eficiente e uma alocação de recursos mais adequada, atendendo de forma mais precisa às necessidades dos estudantes. Apesar dos avanços, o governo federal enfrenta desafios significativos para sustentar o orçamento destinado à educação. Por meio do Decreto 12.120/2024, o governo federal congelou 1,3 bilhão do Ministério da Educação (MEC), dos quais R\$ 500 milhões foram bloqueados especificamente do programa Pé-de-Meia, anteriormente citado. Esse cenário exige uma atenção redobrada para garantir que as políticas implementadas possam realmente atingir seus objetivos e enfrentar as dificuldades financeiras que ameaçam a continuidade e a eficácia das iniciativas de assistência estudantil, sem comprometer o acesso e a permanência dos estudantes na educação pública.

2. UFRRJ: A EVOLUÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO AGRÁRIA

Neste capítulo, temos um breve histórico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), desde sua criação como Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), buscando compreender suas raízes, alterações geográficas e institucionais. O capítulo aborda as políticas de assistência e permanência estudantil na UFRRJ, com a ampliação do acesso ao ensino superior, especialmente após a Lei de Cotas, quando a universidade passou a atender um público mais diversificado, com muitos estudantes de origem popular. O texto traz a criação e evolução do Programa de Educação Tutorial (PET), que visa complementar a formação acadêmica de estudantes de graduação, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Destaca a mobilização dos grupos PET para garantir a continuidade e oficialização do programa como uma política educacional essencial para a qualificação dos cursos superiores no país. Por fim, também temos a trajetória do PET-Inclusão UFRRJ, que começou com o Observatório de Favelas em 2003 e evoluiu através do Conexões de Saberes em 2004, promovendo a permanência e o desenvolvimento acadêmico de estudantes de origem popular, até se integrar ao Programa de Educação Tutorial (PET) em 2010, focando na excelência acadêmica e no engajamento social.

3.1 DE ESCOLA SUPERIOR A UNIVERSIDADE FEDERAL

No dia 20 de outubro de 1910, o Presidente da República, Nilo Peçanha, formalizou a criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) através do Decreto nº 8.319. O ensino agrícola passou a ser diretamente vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em oposição à prática anterior de sua associação ao Ministério do Interior, responsável pela educação em geral. Além de criar a instituição, o referido decreto também normatizou a política de educação agrícola imposta pelo Estado ao longo da Primeira República (OTRANTO, 2005).

No ano de 1911, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) inaugurou sua primeira sede no palácio da princesa Leopoldina de Bragança, localizado no bairro do Maracanã, Rio de Janeiro. Sob a direção do engenheiro agrônomo Gustavo Dutra, a instituição iniciou suas atividades, mais tarde sediando-se no atual Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet). Em 1913, a ESAMV operou por dois anos em Deodoro, na Zona Norte do Rio, utilizando essa localidade como seu campo de experimentação e prática agrícola. No entanto, devido à escassez de recursos financeiros, a escola foi temporariamente fechada. Em um esforço de revitalização, a ESAMV fundiu-se à Escola Agrícola da Bahia e à Escola Média Teórico-Prática de Pinheiro, retomando suas atividades em março de 1916 (OTRANTO, 2009).

Figura 2 – Palácio da Princesa Leopoldina de Bragança



Fonte: BRASIL IMPERIAL, 2021.

O ano de 1934 trouxe mudanças significativas com o Decreto nº 23.857, que dividiu a ESAMEV em três instituições autônomas: Escola Nacional de Agronomia (ENA), Escola Nacional de Veterinária (ENV) e Escola Nacional de Química (ENQ). A ENA ficou subordinada à extinta Diretoria do Ensino Agrícola, do Departamento Nacional de Produção Vegetal, enquanto a ENV ficou sob o Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério de Agricultura. Já a ENQ, foi transferida para o antigo Ministério da Educação e Saúde, evoluiu para se tornar a Escola de Engenharia Química da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), anteriormente conhecida como Universidade do Brasil (UFRRJ, 2023).

No ano de 1938 aconteceu outra reviravolta com o Decreto-Lei nº 982, que reconfigurou o quadro institucional. A ENA passou a integrar o recém-criado Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas (CNEPA), enquanto a ENV ficou subordinada diretamente ao Ministério da Agricultura. O CNEPA foi reorganizado em 1943 pelo Decreto-Lei 6.155, marcando o surgimento da Universidade Rural. Essa nova entidade reunia a ENA e a ENV, juntamente com cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, além dos serviços Escolar e de Desportos (OTRANTO, 2009).

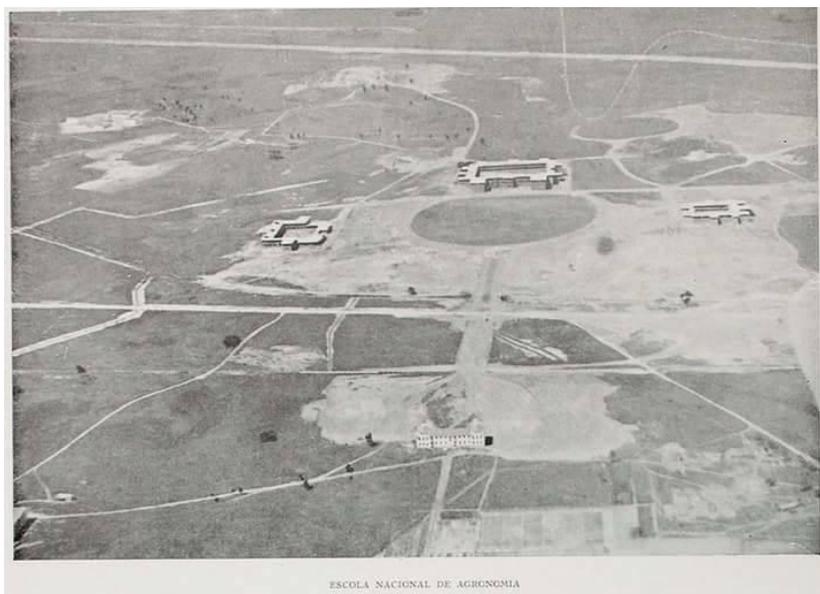
A iniciativa de construir um novo campus para a Escola Nacional de Agronomia partiu do então Ministro da Agricultura, Fernando de Sousa Costa. Em agosto de 1938, ele apresentou uma exposição de motivos solicitando autorização do Presidente para iniciar as construções nas terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz. O projeto dos edifícios foi aprovado pelo então Presidente Getúlio Vargas em outubro de 1938, e a construção do campus teve início no ano seguinte (ARAÚJO; CARLOS, p.04, 2020).

Figura 3 – Visita do Presidente Getúlio Vargas às obras de construção do campus da UFRRJ em Seropédica



Fonte: Acervo do Centro de Memória da UFRRJ, autor anônimo. (CARLOS, 2016, p. 01).

Figura 4 – Visão aérea da construção do campus da UFRRJ em Seropédica



Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), UFRRJ, 2023.

O arquivo de desenhos arquitetônicos ligados à história projetual do campus Seropédica da UFRRJ oferece uma vasta gama de dados, evidenciando os altos ideais do Estado Novo de Vargas em estabelecer um centro acadêmico de destaque nas ciências agrárias. Este empreendimento visava dotar os agricultores brasileiros com uma autonomia tecnológica significativa dentro do setor (ARAÚJO; CARLOS, p.04, 2020). O projeto visava estabelecer o que seria a “primeira cidade universitária brasileira fora dos centros urbanos das grandes cidades” (RUMBELAPAGER, 2005). Em 1941, várias edificações já estavam concluídas, porém, apenas em 1948 todas as obras do campus foram finalizadas. Durante esse período, a Universidade já oferecia programas de Engenharia Rural, Biologia, Química, Agronomia e Veterinária (OTRANTO, 2010). Em 11 de outubro de 1962, após ser reconhecida como referência nacional para os cursos agrônômicos, recebeu o nome de Universidade Rural do Brasil, por meio da Lei Delegada nº 9 (BRASIL, 1962).

Figura 5 – Campus da UFRRJ em Seropédica



Fonte: Centro de Memória UFRRJ.

Em 1965, uma nova denominação foi adotada, tornando-se a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, conforme estabelecido pela Lei nº 4.759. Em 1968, a UFRRJ tornou-se uma autarquia, ganhando autonomia e descentralização na administração pública, adaptando-se à reforma universitária nacional. A aprovação do estatuto em 1970 permitiu à Universidade ampliar suas áreas de atuação em ensino, pesquisa e extensão, com a introdução das licenciaturas em Educação Física, Matemática e Física (UFRRJ, 2023).

O início do século XXI trouxe mudanças significativas para a UFRRJ. Nos anos de 2003 a 2012 foram implementadas duas políticas oficiais no processo de expansão das universidades públicas brasileiras. A primeira, denominada Programa Expansão Fase I, teve início em 2003 e se estendeu até 2007. A segunda, a partir de 2007, ocorreu por meio do Decreto 6.096, com o Reuni. Ambas tinham como meta ampliar a infraestrutura e aumentar o número de universidades e campi federais. Em 2000, o Brasil contava com 39 universidades e 73 *campi* federais. Doze anos depois, em 2012, já era possível enxergar os resultados do plano do governo federal. O país contava até então, com 59 universidades e 219 *campi*. É importante ressaltar que a maioria dos novos *campi* federais, cerca de 84%, foram instalados em municípios do interior (BERNICKER, 2018). Desse modo, ocorreu um aumento no quantitativo de vagas ofertadas e no número de matrículas na graduação presencial, seguido de recursos orçamentários pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

A implementação do Reuni representou um divisor de águas na história da UFRRJ. Durante esse processo, novos cursos foram criados em 2009, incluindo Belas Artes, Ciências Sociais, Direito e Letras. Em 2010, a expansão continuou com a adição de cursos como Comunicação Social/Jornalismo, Engenharia de Materiais, Farmácia, Psicologia e Relações Internacionais, além da inauguração de dois novos campi em Nova Iguaçu e Três Rios. Essas oportunidades, proporcionadas pelo Reuni não apenas ampliaram a oferta de vagas em cursos de graduação e pós-graduação a partir de 2009, mas também impulsionaram o crescimento da instituição, demandando um aumento significativo no número de docentes (UFRRJ, 2022, 2023).

Ao longo de todos esses anos muitas mudanças ocorreram e, o que começou com 60 alunos em 1910, passou para 23 mil alunos. Hoje, a UFRRJ é uma instituição federal de ensino superior que faz parte do sistema das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Oferece uma ampla gama de cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, além de cursos técnicos e tecnológicos de nível médio. Atualmente, a UFRRJ disponibiliza 56 cursos de graduação presencial e 3 cursos de graduação a distância, distribuídos em 18 polos. Além disso, conta com 37 programas de pós-graduação stricto sensu, sendo 27 cursos de mestrado acadêmico, 9 cursos de mestrado profissional (incluindo 5 em rede) e 16 cursos de doutorado, além de 7 cursos lato sensu (UFRRJ, 2022). Como podemos observar na imagem abaixo:

Figura 6 – Trajetória da UFRRJ



Fonte: CENSUP 2023 - Relatório de Gestão UFRRJ.

Em 2018 foi realizada uma pesquisa¹⁰ pelo Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Fonaprace/Andifes) em que analisou o perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Esses dados refletem a diversidade e o contexto socioeconômico dos estudantes da UFRRJ, destacando a importância das ações afirmativas e da inclusão de grupos historicamente sub-representados no ensino superior. As mulheres representam a maioria absoluta, correspondendo a 63,9% dos que responderam à pesquisa, um número superior à média nacional de 54,6%. Ademais, 54,7% são pretos, pardos e indígenas.

O quantitativo dos que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas chega a 62% dos entrevistados. Dos participantes da pesquisa, 50,7% ingressaram na UFRRJ por meio de ações afirmativas. Ao responderem sobre a escolaridade do principal mantenedor de seu grupo familiar, chama atenção o fato de que 74,8% dos entrevistados serão os primeiros da família a concluírem o nível superior (UFRRJ, 2019).

Figura 7 – V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos IFES/UFRRJ



Fonte: UFRRJ, 2019 | Base: Andifes 2018.

A UFRRJ desempenha um papel fundamental na oferta de educação superior pública, atendendo à crescente demanda não apenas nacional, mas também nas regiões metropolitanas oeste da cidade do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, em áreas do Médio Paraíba e na Costa

¹⁰ A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES foi realizada em 63 universidades federais e em dois centros federais de educação tecnológica. O relatório da pesquisa nacional está disponível para consulta em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-perfil-socioeconomico-dos-estudantes-de-graduacao-das-universidades-federais/>

Verde Sul do estado do Rio de Janeiro. Para oferecer esses cursos, a universidade conta com 1.153 servidores docentes do magistério superior, 60 servidores docentes do ensino básico técnico e tecnológico, além de 1.058 funcionários terceirizados (UFRRJ, 2022). Abaixo podemos observar a área de atuação da UFRRJ:

Figura 8 – Mapa dos municípios onde estão localizados os campi da UFRRJ



Fonte: CENSUP 2022 - Relatório de Gestão UFRRJ.

3.2 POLÍTICAS DE ASSISTENCIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

O dia 04 de junho de 2014, marca a consolidação de uma série de políticas de assistência estudantil na UFRRJ. Por meio da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), foi aprovado o Regimento Interno¹¹ que buscou estabelecer diretrizes e finalidades, delineando suas responsabilidades na implementação e condução de políticas de assistência e permanência estudantil. Essas políticas são essenciais para garantir que os alunos, especialmente aqueles de origem popular, tenham o suporte necessário para enfrentar os desafios acadêmicos e pessoais, na tentativa de promovendo um ambiente de acolhimento, inclusão e sucesso acadêmico dentro da universidade. Após a implementação da Lei de Cotas, o alunado da Rural ampliou e se diversificou, o pobre começou a ter acesso ao ensino superior e questões que antes não eram pensadas, passou a ser uma necessidade. O impacto para a instituição foi significativo, considerando que, em tempos passados, vigorou entre os anos de 1968 a 1985, a primeira política de acesso diferenciado na UFRRJ, chamada de “Lei do Boi”. De acordo com Magalhães (2015), o país passava por um momento modernização do setor agrícola, o que gerou políticas que visavam alinhar a agricultura com os objetivos de industrialização e desenvolvimento, buscando aumentar a produtividade agrícola enquanto se mantinham as relações de poder existentes, como por exemplo, concentração de terras.

A bandeira da modernização do setor agrícola não era decorrente da vitória das forças conservadoras em 1964, mas sim uma demanda antiga de algumas frações da classe dominante agrária. A modernização envolvia não apenas o aparato institucional, através do crédito, e o investimento na mecanização do setor, mas a qualificação da força de trabalho do trabalhador Rural, mediante vários projetos desenvolvidos ao longo do século XX, tanto em relação à educação formal (escolas agrícolas) quanto à educação informal (extensão Rural), sendo inclusive esta privilegiada pelo seu menor custo. Para estes setores, pautados pelos discursos do “atraso” e do “abandono” do setor agrícola frente ao processo de industrialização em curso no país, reforma agrária significava modernização do setor e qualificação da força de trabalho, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade, integrando-se ao projeto nacional de desenvolvimento, porém, mantidas as relações de poder decorrentes da concentração fundiária (MAGALHÃES, 2015, p. 12).

¹¹ O presente regimento dispõe sobre o funcionamento da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES, sua organização interna e suas respectivas competências. Para mais informações acessar: <https://portal.ufrj.br/regimento-da-pro-reitoria-de-assuntos-estudantis-proaes/>

A Lei do Boi, nº 4.504 de 1964, visava transformar grandes latifúndios em propriedades mais produtivas e os latifundiários em empresários rurais, promovendo a mecanização agrícola e a eficiência. Esse projeto buscava converter propriedades consideradas “atrasadas” em modelos de modernidade. Para Oliveira (2021, p. 134) “na prática, serviu para beneficiar os filhos dos grandes proprietários de terra e donos de cabeças de gado, que passaram a ter facilidades no concorrido e difícil vestibular da Universidade Rural”. Em consonância, Magalhães (2015, p. 138) afirma que a lei pode ter servido “como uma estratégia da classe dominante agrária na manutenção dos seus privilégios”. Como mencionado anteriormente, a Rural começa a sua história vinculada ao Ministério da Agricultura, com a difusão do conhecimento concentrado com mais ênfase nas áreas de ciências agrárias e ciências da terra e da vida. Décadas depois, vemos uma universidade totalmente transformada, passando de 120 alunos em 1963, para 23 mil alunos em 2023.

No capítulo anterior, acompanhamos algumas transformações e a tentativa de democratização no ensino superior, sabemos que o percurso por uma educação mais justa e igualitária ainda permeia o campo das utopias. Se antes, o ambiente acadêmico era constituído quase que exclusivamente por pessoas com poder aquisitivo elevado, hoje, temos universidades com estudantes de diversas classes sociais. É isso que a pesquisa do (Fonaprace/Andifes) aponta sobre o perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Na UFRRJ a pesquisa revelou dados essenciais para desconstruir a ideia comum de que as universidades federais são majoritariamente frequentadas pela parcela mais rica da população. Com seus quatro *campi* situados em áreas afastadas dos grandes centros urbanos, a universidade apresenta uma realidade socioeconômica significativa: 78% dos seus estudantes têm renda familiar mensal per capita de até 1,5 salário mínimo. Esse valor é bastante próximo ao rendimento domiciliar per capita no Brasil, que, conforme dados de 2018 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de R\$ 1.373. O teto de 1,5 salário mínimo per capita é utilizado como critério para acesso a vagas por meio de cotas sociais e para participação em programas do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) (UFRRJ, 2019).

O teto de 1,5 salário mínimo per capita é usado como limite para acesso a vagas por intermédio de cotas sociais e para participação em programas do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). De acordo com a Pesquisa, 32% dos Rurais participam ou participaram destes programas, a maioria como beneficiário do auxílio-alimentação (16,2%) e do auxílio-moradia (14,9%). Os dados atestam a importância da alocação de recursos orçamentários para a manutenção de ações de assistência estudantil (UFRRJ, 2019).

Figura 9 – V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos IFES/UFRRJ



Fonte: UFRRJ, 2019 | Base: Andifes 2018.

A situação apresentada pela pesquisa levanta várias questões problemáticas que merecem atenção. Abaixo, observa-se o reflexo das dificuldades econômicas enfrentadas por muitos alunos, especialmente aqueles de origem popular, que precisam conciliar os estudos com a busca por emprego para garantir sua subsistência.

Figura 10 – V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos IFES/UFRRJ



Fonte: UFRRJ, 2019 | Base: Andifes 2018.

A UFRRJ (2019) observou que “a maioria dos Ruralinos (50,3%) afirmou que está à procura de trabalho” o que indica a necessidade de continuar avançando e ampliando as políticas de assistência e permanência estudantil. Além disso, “os que já trabalham representam 28% dos entrevistados”, o que pode impactar negativamente o desempenho acadêmico, saúde mental e

bem-estar geral desses estudantes. A necessidade de trabalhar durante a graduação também pode prolongar o tempo de conclusão do curso, aumentando a taxa de evasão e diminuindo a taxa de conclusão no tempo esperado. Do total, “os que se dedicam exclusivamente aos estudos são apenas 21,7%”, representando uma minoria privilegiada em um cenário ideal de dedicação total à vida acadêmica. Este grupo, possui alguma forma de suporte, seja apoio financeiro familiar, bolsa de assistência e permanência estudantil ou “outras modalidades de bolsas, a saber: monitoria, bolsas de iniciação científica, bolsas de extensão e de estágio não curricular. Essas bolsas, apesar de cumprir outros objetivos, também sempre representaram uma forma de garantir a permanência na Universidade” (OLIVEIRA, 2021, p. 165). O discente que consegue se dedicar exclusivamente as exigências acadêmicas, acaba tendo maiores condições de concorrer a bolsas de programas de ensino, pesquisa ou extensão. Esses programas exigem em seus editais um desempenho individual baseado na meritocracia, que parte do princípio de que o sucesso acadêmico e, conseqüentemente, o sucesso profissional, são alcançados por meio do esforço individual e do mérito pessoal. Segundo essa visão, alunos que se dedicam mais aos estudos e demonstram habilidades superiores, são naturalmente recompensados com melhores oportunidades e resultados. Isto é, quem não precisa trabalhar possui uma vantagem significativa em termos de desempenho e engajamento acadêmico, aprofundando ainda mais as disparidades no ambiente universitário. Com intuito de diminuir essas disparidades e outras questões, a UFRRJ comunica que:

[...] conta com a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), responsável por gerenciar as políticas, os programas e as ações de assistência estudantil voltadas para a ampliação das condições de permanência do estudante na Universidade, para a melhoria do seu desempenho acadêmico e para a redução dos índices de evasão, retenção e repetência. As áreas de atuação da PROAES abrangem residência estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acessibilidade para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (Relatório de Gestão, UFRRJ, 2023).

Um dos principais auxílios que a UFRRJ fornece é Auxílio não Financeiro à Alimentação, garantida por meio do Restaurante Universitário (RU). A oferta de refeições diárias, com preços acessíveis ou gratuitamente, permite que os estudantes concentrem suas energias nos estudos sem grandes preocupações com as despesas alimentares. O RU é uma unidade administrativa, que desenvolve atividades relacionadas ao serviço de alimentação para a comunidade acadêmica.

Funciona nos *campi* Seropédica e Nova Iguaçu, e tem função social, não visa lucro e tem como clientela os seguintes segmentos de usuários, pertencentes à comunidade universitária:

- I – estudantes de graduação e pós-graduação da UFRRJ, regularmente matriculados;
- II – servidores técnico administrativos e servidores docentes, em atividade;
- III – visitantes em caráter acadêmico/cultural. (UFRRJ, 2013)

Para muitos alunos, especialmente os que vivem longe de casa, alojados ou em situação de vulnerabilidade, o RU é uma garantia de que terão acesso a uma alimentação adequada, o que acaba facilitando um melhor rendimento acadêmico. Abaixo temos os dias e os horários de funcionamento do RU com os preços que comprovam a função social do restaurante.

Tabela 3 – Horário de funcionamento do Restaurante Universitário de Seropédica

Modalidade	Dias de Atendimento	Horário de Atendimento	Valor dos Tíquetes
Café da Manhã	Segunda a domingo	06h30min – 08h (segunda à sexta) 07h às 08h (sábado e domingo)	R\$ 0,70
Almoço		11h – 13h (segunda à sexta) 11h às 12h (sábado e domingo)	R\$ 1,45
Jantar	Segunda a domingo	17h – 19h (segunda à sexta) 17h às 18h (sábado e domingo)	R\$ 1,45

Fonte: UFRRJ, 2024.

É importante destacar que parte da comida servida no Restaurante Universitário do campus de Seropédica é produzida no próprio campus, como podemos observar na figura 10. Todo o excedente da produção de hortaliças, cultivadas para experimentos na área de ciências do solo, é destinado ao restaurante, o que contribui significativamente para a diversificação do cardápio diário com produtos orgânicos. Essa prática enriquece a alimentação dos estudantes com alimentos mais saudáveis e frescos, além de promove uma integração entre as atividades acadêmicas e a vida cotidiana dos alunos, reforçando a importância da sustentabilidade e do consumo consciente na universidade.

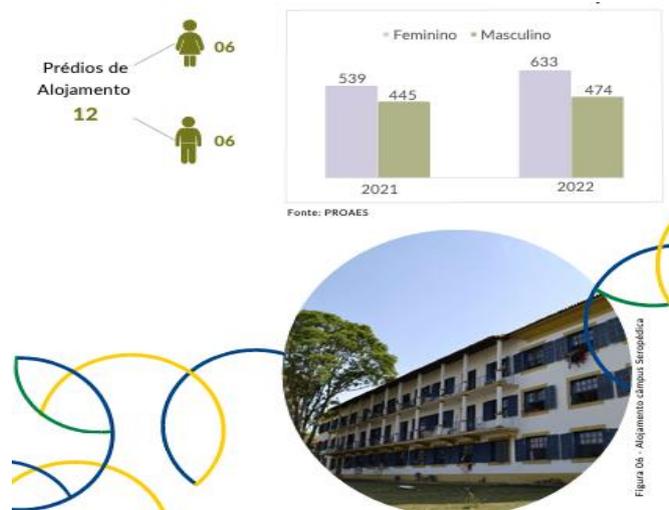
Figura 11 – Fazendinha Agroecológica



Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social da UFRRJ, 2024.

Outra importante assistência estudantil que a UFRRJ fornece é o Auxílio não Financeiro à Moradia, concedida pelo alojamento. O objetivo da Universidade é oferecer moradia temporária a estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial no campus de Seropédica. Esses alojamentos são destinados a alunos cujas famílias residem fora da área de abrangência do município e que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, conforme os critérios do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). As instalações dos alojamentos da UFRRJ são compostas por 12 prédios localizados dentro do campus de Seropédica. A Divisão de Residência Estudantil (DIRE), sob a gestão da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, administra esses prédios, que incluem 06 alojamentos femininos, com um total de 144 quartos, 06 alojamentos masculinos, e um deles misto, com um total de 222 quartos. Observa-se na figura a seguir os números de estudantes beneficiários nos anos de 2021 e 2022.

Figura 12 – Número de Estudantes Alojados



Fonte: CENSUP 2022 - Relatório de Gestão UFRRJ.

Alguns estudos, como de Heringer e Vargas (2017; 2022), concluem “que as instituições têm maiores chances de serem bem-sucedidas nas suas ações de permanência na medida em que forem capazes de conjugar apoio material, apoio pedagógico e ampliação de oportunidades acadêmicas para os estudantes” (apud VARGAS; HERINGER, 2017). Abaixo temos um organograma e uma tabela detalhada dos diferentes programas de auxílio financeiro e suporte oferecidos aos estudantes da UFRRJ. Esses auxílios têm como objetivo apoiar a permanência e o sucesso acadêmico dos alunos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Figura 13 – Fluxograma de Bolsas e Auxílios aos Estudantes



Fonte: CENSUP 2022 - Relatório de Gestão UFRRJ.

Tabela 4 – Bolsas e Auxílios aos Estudantes

Bolsas e Auxílios ao Estudante	Descrição	Valor (R\$)
Programa de Bolsa de Permanência do MEC	Auxílio financeiro mensal aos estudantes quilombolas e indígenas para permanência e diplomação em instituições federais de ensino superior.	1.400,00 mensais
Bolsa Apoio Técnico	Destinado a alunos de graduação em vulnerabilidade socioeconômica, para desenvolvimento acadêmico, cultural e profissional, orientado por servidores. Inclui cinco linhas de atuação: saúde, inclusão digital, cultura, esporte e apoio pedagógico.	800,00 (20h semanais) 640,00 (16h semanais)
Auxílio não Financeiro Alimentação	Alimentação gratuita durante o período letivo para estudantes de graduação com renda familiar per capita $\leq 1,5$ salários mínimos, nos câmpus de Seropédica e Nova Iguaçu.	—
Auxílio não Financeiro à Moradia	Concessão de vagas gratuitas nos alojamentos universitários para estudantes maiores de 18 anos com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, nos câmpus de Seropédica.	—
Auxílio Financeiro ao Transporte	Auxílio destinado a estudantes de graduação com renda familiar per capita $\leq 1,5$ salários mínimos, nos câmpus de Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios, para ajudar nas despesas de transporte.	300,00 mensais
Auxílio Financeiro à Moradia	Auxílio destinado a estudantes de graduação com renda familiar per capita $\leq 1,5$ salários mínimos, nos câmpus de Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios, para ajudar nas despesas de moradia estudantil.	250,00 mensais
Auxílio Financeiro à Alimentação	Auxílio destinado a estudantes de graduação com renda familiar per capita $\leq 1,5$ salários mínimos, no câmpus de Três Rios, para ajudar nas despesas de alimentação.	400,00 mensais
Auxílio Financeiro à Acessibilidade	Auxílio pecuniário para estudantes com necessidades educacionais especiais e renda familiar per capita $\leq 1,5$ salários mínimos, para aquisição, contratação e adaptação de recursos.	—
Auxílio Didático-Pedagógico	Auxílio para estudantes de graduação com renda familiar per capita $\leq 1,5$ salários mínimos, para custear despesas com material didático e pedagógico.	250,00 (parcela única anual)

Auxílio Creche	Auxílio para discentes de graduação com filhos na educação infantil (0 a 5 anos), com renda familiar per capita \leq 1,5 salários mínimos, para custear parcialmente as despesas com creche/educação infantil.	250,00 mensais
-----------------------	--	-----------------------

Fonte: Elaboração Autoral | Base: Relatório de Gestão, UFRRJ, 2023.

3.3 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL (PET)

Em 1979, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) estabeleceu o Programa Especial de Treinamento (PET), dentro de um esforço mais amplo para fortalecer o ensino superior. Posteriormente, em 1999, o programa foi transferido para a SESu/MEC, passando a ser administrado pelo Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior (DEPEM), sem deixar de lado o seu enfoque meritocrático.

O Programa Especial de Treinamento é destinado a grupos de alunos que demonstrem potencial, interesse e habilidades destacadas em cursos de graduação das IES. O apoio é concedido ao curso por um período indeterminado, e ao bolsista até a conclusão da sua graduação, desde que obedecidas as normas do Programa constantes neste documento (BRASIL, 2002, p.3).

Martins (2007) aponta que o período em que o PET esteve sob a gestão da CAPES foi essencial para diversos aspectos, incluindo a demonstração da qualidade acadêmica do programa e a manifestação da unidade entre seus participantes, tanto estudantes quanto professores, em uma mobilização nacional para evitar sua anunciada extinção. No início de sua transição para a SESu/MEC, que perdurou até o final de 2004, o PET enfrentou uma série de desafios em sua manutenção e adaptação a esse novo ambiente. Martins (2007, p. 01) relata que “a mudança provocada pela saída da CAPES trouxe a necessidade de repensar o programa frente às diretrizes definidas para a educação superior naquele momento histórico”. Em resposta, todos os grupos PET do Brasil se uniram em um movimento nacional, formando a Coordenação Nacional de Tutores de PET/Brasil. Essa coordenação nacional fez gestões junto ao Congresso Nacional, à CAPES e ao MEC/SESu, resultando na oficialização do PET como política de qualificação das graduações no Brasil, dentro do Ministério da Educação, por meio de legislação e portarias. Ainda em 2004, recebeu o nome de Programa de Educação Tutorial (PET). Orientado pela Lei Nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, e pelas Portarias MEC Nº 3.385, de 29 de setembro de 2005, e nº 1.632, de 25 de setembro de 2006, seu propósito é oferecer suporte a grupos de estudantes que demonstrem notável potencial e interesse em cursos de graduação ministrados por Instituições de Ensino Superior (IES) (BRASIL, 2023).

O Ministério da Educação (MEC) juntamente com a Secretaria de Educação Superior (Sesu), elaboraram o *Manual de Orientações Básicas do PET*¹² com a finalidade de orientar o funcionamento do programa e garantir a sua unidade nacional. Ele incorporou normas estabelecidas pela legislação, sugestões de tutores, alunos e gestores do programa, podendo ser revisado conforme necessário, mediante iniciativa do Conselho Superior do PET e sugestões das partes interessadas, referendadas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC). Apoiamo-nos neste documento para descrever e contextualizar um pouco do que seria o Programa de Educação Tutorial (PET).

Esse programa surge com a intenção de proporcionar uma formação acadêmica complementar. Consiste em grupos tutoriais de aprendizagem que proporcionam aos alunos, sob orientação de um professor tutor, atender às necessidades dos cursos de graduação, ampliando e aprofundando os conteúdos curriculares. Outra perspectiva do programa é melhorar a qualidade acadêmica dos cursos em que o PET se faz presente. Estruturado em grupos formados a partir dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, seguindo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com atividades extracurriculares que visam proporcionar aos alunos, experiências formativas para além das estruturas curriculares tradicionais, promovendo sua formação global e preparando-os tanto para o mercado de trabalho quanto para estudos de pós-graduação. É um investimento acadêmico comprometido com aspectos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais. Busca não apenas ampliar o conhecimento acadêmico dos participantes, mas também contribuir para sua formação como indivíduos e membros da sociedade (BRASIL, 2023).

Cada grupo PET é formado por um(a) professor(a) tutor(a), até 12 estudantes bolsistas e 6 não-bolsistas. Para integrar os grupos, os estudantes de graduação precisam ser aprovados e selecionados através de editais, ter um bom desempenho acadêmico, não receber outra bolsa simultaneamente e ter disponibilidade para dedicar 20 horas semanais às atividades do programa, além de atender a outros requisitos e responsabilidades. Os professores que desejam ser tutores devem cumprir uma série de requisitos e responsabilidades estabelecidos na abertura de vagas. O tempo máximo que um tutor pode comandar um grupo é de 6 anos. O programa em 2022, teve um investimento de R\$ 71,6 milhões, alocados para execução das ações do programa. Com

¹² Documento consubstancia e reorganiza as informações do Manual de Orientações Básicas de 2002/SESu-MEC incorporando as normas instituídas pela Lei 11.180 de 23 de setembro de 2005, pelas Portarias MEC Nº. 3.385 de 29 de setembro de 2005 e nº 1.632, de 25 de setembro de 2006, além das sugestões advindas de tutores e alunos integrantes do PET e dos gestores do programa na SESu/MEC.

10.429 estudantes de graduação nos grupos de tutoria e 835 professores mestres e doutores atuando no programa na condição de tutor de grupo. Em 2024, o Ministério da Educação (MEC) anunciou a expansão de mais 45 novos grupos, a longo prazo, a SESu/MEC tem como meta, através do programa, contribuir para a formação de profissionais de nível superior em várias áreas do conhecimento, dotados de padrões sólidos em termos científicos, técnicos e éticos, além de uma consciência de responsabilidade social. Esses profissionais devem ser capacitados para contribuir significativamente para a transformação da realidade nacional, desempenhando papéis essenciais como docentes e pesquisadores pós-graduados (BRASIL, 2023).

3.4 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL – INCLUSÃO E OPORTUNIDADES NA VIDA ACADÊMICA DE ALUNOS DE ORIGEM POPULAR (PET-INCLUSÃO)

Para entender a história do Programa de Educação Tutorial - Inclusão e Oportunidades na Vida Acadêmica de Alunos de Origem Popular (PET-Inclusão), é fundamental primeiro conhecer sua origem. Em 2003, o Observatório de Favelas¹³ criou a Rede de Universitários de Espaços Populares (Ruep), com objetivo de incentivar jovens da comunidade da Maré a ingressar na universidade. O grupo lecionava aulas de pré-vestibular, literatura, artes e teatro com o intuito de integrar a comunidade com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse projeto se tornou a base para a criação, em 2004, do programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares. O programa seguiu um caminho diferente da maioria das iniciativas nessa área no país. Partiu da sociedade, chegou à universidade e, de lá, foi adotado pelo Estado (OBSERVATO DE FAVELAS, 2013).

O Conexões de Saberes se tornou uma política pública em 2006, promovida pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que faz parte da estrutura administrativa do Ministério da Educação (MEC). O programa começou em cinco universidades federais: UFF, UFMG, UFPA, UFPE e UFRJ, e depois se expandiu para 33 instituições de ensino superior. O programa se baseava em dois eixos fundamentais. O programa buscava garantir que os bolsistas, universitários de origem popular, tivessem uma permanência qualificada na universidade e a oportunidade de desenvolver suas capacidades de produção de conhecimentos científicos e acadêmicos, na elaboração e submissão de projetos, oferecendo orientações sobre a estruturação e planejamento dos métodos mais adequados para cada questão de pesquisa. (*idem*).

O Conexões de Saberes oferece a jovens universitários de origem popular a possibilidade de adquirir e produzir conhecimentos científicos e, a partir disso, intervir em seu território de origem. Além disso, o programa possibilita o monitoramento e a avaliação, pelos próprios estudantes, do impacto das políticas públicas desenvolvidas em espaços populares. Os participantes do programa recebem apoio financeiro e metodológico (BRASIL, 2006)

Para alcançar isso, o programa concedia bolsas de apoio acadêmico, permitindo que esses estudantes liderassem ações de extensão, ensino e pesquisa nas comunidades. Dessa forma, o

¹³ Fundada em 2001, é uma organização da sociedade civil de interesse público sediada no conjunto de favelas da Maré, dedicada à produção de conhecimento e metodologias visando incidir em políticas públicas sobre as favelas e periferias e promover o direito à cidade. Para mais informações acessar: <https://observatoriodefavelas.org.br/>

programa propunha a promoção de um fluxo de saberes que integrava a universidade com essas localidades. No âmbito dessas atividades acadêmicas, os bolsistas atuavam na elaboração de diagnósticos sociais, na avaliação de políticas públicas e na proposição de ações afirmativas para o acesso e a permanência nas universidades federais. Os principais objetivos eram:

- Estimular maior articulação entre a instituição universitária e as comunidades populares, com a devida troca de saberes, experiências e demandas;
- Possibilitar que os jovens universitários de origem popular desenvolvam a capacidade de produção de conhecimentos científicos e ampliem sua capacidade de intervenção em seu território de origem, oferecendo apoio financeiro e metodológico para isso;
- Realizar diagnósticos e estudos continuados sobre a estrutura universitária e as demandas específicas dos estudantes de origem popular. A partir do diagnóstico, os integrantes do projeto deverão propor medidas que criem condições para o maior acesso e permanência, com qualidade, dos estudantes oriundos das favelas e periferias nas instituições de ensino superior;
- Estimular a criação de metodologias, com a participação prioritária dos jovens universitários dessas comunidades, voltadas para: o monitoramento e avaliação do impacto das políticas, em particular as da área social; o mapeamento das condições econômicas, culturais, educacionais e de sociabilidade, a fim de desenvolver projetos de assistência aos grupos sociais em situação crítica de vulnerabilidade social, em particular as crianças e os adolescentes (BRASIL, 2006).

Em 2006, o programa Conexão dos Saberes faz uma parceria com outro programa, o Escola Aberta¹⁴

A partir de julho, as 13 universidades federais que participam do projeto Conexão de Saberes começam a ter atividade direta no programa Escola Aberta. A parceria será executada por 629 bolsistas que estão sendo selecionados e capacitados pelas instituições neste mês. Com bolsas mensais de R\$ 300,00, os novos alunos vão trabalhar oito horas nos finais de semana, durante sete meses, em 1.258 estabelecimentos públicos que participam do programa Escola Aberta no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Roraima e Mato Grosso do Sul. Eles vão dirigir oficinas para professores, alunos, servidores e comunidade sobre os temas direitos humanos e leitura (BRASIL, 2006).

O Programa Escola Aberta, proposto pelo MEC em parceria com a UNESCO e de abrangência nacional, consistiu na abertura das escolas da rede pública estadual e municipal aos finais de semana para atividades envolvendo as comunidades locais. Seus principais objetivos

¹⁴ O Escola Aberta é coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e conta com a cooperação técnica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Sua operacionalização é feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola para o Funcionamento das Escolas nos Finais de Semana (PDDE/FEFS), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Para mais informação acessar: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal?id=16738>

foram melhorar a qualidade da educação, promover a inclusão social e construir uma cultura de paz, ampliando as relações entre a escola e a comunidade (CARDOSO; PANATIERE, 2008).

A UFRRJ ingressou no programa em 2006 e em 2009 o orçamento do Conexões de Saberes foi encerrado. Em 2010 resolveram manter o orçamento do programa para as 33 universidades, no entanto, incorporando suas atividades ao Programa de Educação Tutorial (PET). O grupo Conexões de Saberes passou a se chamar PET- Conexões e Inclusão e, anos mais tarde, adotou a nomenclatura atual.

O grupo é de natureza interdisciplinar, concedendo bolsas tanto para professores quanto para estudantes de qualquer curso de graduação designado pela IES. Seu foco está na promoção da permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando o êxito acadêmico daqueles que enfrentam dificuldades para concluir a graduação (UFRRJ, 2022). Os objetivos do PET incluem o desenvolvimento de atividades acadêmicas de qualidade e excelência, por meio de grupos tutoriais coletivos e interdisciplinares. Além disso, busca-se elevar a qualidade da formação dos alunos de graduação, estimular a qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica dos profissionais e docentes, bem como formular estratégias para o aprimoramento do ensino superior no país. O programa também tem por objetivo promover o espírito crítico e a atuação cidadã dos estudantes, introduz novas práticas pedagógicas na graduação e contribui para a consolidação e disseminação da educação tutorial como prática de formação. Ademais, o PET engaja-se na promoção da diversidade na universidade, por meio de ações afirmativas em prol da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero (UFRRJ, 2022).

Para compreender a evolução do PET-Inclusão, é essencial considerar sua trajetória desde a criação da Rede de Universitários de Espaços Populares (Ruep) em 2003, passando pelo desenvolvimento do programa Conexões de Saberes e sua transformação em política pública em 2006. A integração com o Programa Escola Aberta e a subsequente incorporação das atividades ao PET consolidaram o PET-Inclusão como uma importante iniciativa para a promoção da permanência acadêmica e o apoio a estudantes de origem popular. No próximo capítulo, vamos aprofundar a análise através de uma pesquisa empírica realizada entre 2023 e 2024. Este estudo permitiu uma visão detalhada das práticas do PET-Inclusão, suas atividades, estratégias e a efetividade de suas ações no suporte acadêmico dos alunos. Abordaremos como o programa impacta diretamente a experiência acadêmica dos estudantes e contribui para a melhoria contínua das políticas de inclusão e equidade no ensino superior.

3. METODOLOGIA

Nesta seção, apresentamos os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização desta pesquisa. Tendo como principal eixo de investigação a reserva de vagas para estudantes cotistas no Programa de Educação Tutorial – Inclusão e Oportunidades Acadêmicas na Vida de Alunos de Origem Popular (PET-Inclusão), buscou-se analisar a influência da participação no grupo nos aspectos de contribuição para permanência estudantil. Para alcançar esse propósito, foram realizados levantamentos bibliográficos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Scientific Electronic Library Online (SciELO – Brasil) e no Google Acadêmico. O Portal de Periódicos da CAPES abrange diversas bases de dados acadêmicas, fornecendo acesso a uma ampla gama de artigos e periódicos relevantes. Por sua vez, a BDTD reúne teses e dissertações das instituições de ensino superior do Brasil, com um acervo rico em conhecimento científico. A plataforma SciELO permite o acesso a artigos científicos e o Google Acadêmico com uma abrangência mais geral, indicando os principais trabalhos sobre a temática pesquisada.

Assim, iniciamos esse estudo pela pesquisa bibliográfica, trazendo discussões sobre o avanço no acesso à educação superior no país entre ampliação, democratização, contexto, desafios e perspectivas. Posteriormente, mobilizamos uma bibliografia que trata especificamente sobre o campo de pesquisa e o objeto pesquisado, com um breve histórico da evolução institucional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), as políticas de assistência e permanência estudantil, surgimento e o desenvolvimento do Programa de Educação Tutorial (PET) e do próprio grupo em análise, o PET-Inclusão. Lakatos e Marconi (2003, p. 183) ressaltam que “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Para explorar estes aspectos dentro da UFRRJ, foi necessária uma metodologia de caráter qualitativo, em que destaca a natureza do objetivo e do problema de pesquisa, possibilitando a análise, discussões e permitindo reflexões sobre as questões postas (GIL, 2002). “As vantagens do uso de dados qualitativos na pesquisa educacional são muitas [...] pode-se apontar que eles permitem apreender o caráter complexo e multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural” (ANDRÉ, 1983, p. 66). Desse modo “o pesquisador procura entender os fenômenos,

segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, daí situa sua interpretação dos fenômenos estudados” (NEVES, 1996, p.1). Assim, essa pesquisa focalizou nas narrativas e percepções dos sujeitos pela abordagem qualitativa, efetuada pelo método da pesquisa participante, utilizando duas técnicas de coleta de dados: observação participante e entrevista. Compreendo os benefícios que programas de ensino, pesquisa e extensão oferecem para o desenvolvimento acadêmico dos alunos, o pressuposto central era que a reserva de vagas no grupo PET-Inclusão não apenas favorece o desenvolvimento acadêmico dos alunos, mas também proporciona, mediante uma bolsa de 700 reais, suporte essencial para alimentação, higiene pessoal e outras necessidades básicas, o que, por sua vez, contribui para a permanência desses estudantes na UFRRJ. Utilizando como base as produções científicas no campo educacional e das ciências sociais, o objetivo desta investigação foi analisar como o PET-Inclusão contribui para permanência dos estudantes que ingressaram no programa pela reserva de vagas.

Optamos pela metodologia de pesquisa participante para identificar e analisar as rotinas, estratégias e habilidades desenvolvidas pelo grupo. A intenção era observar como se davam as discussões, quais atividades eram realizadas e quais saberes e práticas eram construídos. Para Thiollent (1986, p. 74),

[...] a pesquisa participante (...) é principalmente concebida como metodologia derivada da observação antropológica e como forma de comprometimento dos pesquisadores com causas populares relevantes.

É essencial escolher um grupo com o qual o pesquisador tenha afinidade e interesse, além de desenvolver um referencial teórico que forneça uma base sólida sobre o tema. Isso garante que o pesquisador compreenda melhor o assunto antes de começar a estudar o grupo em profundidade. Nas palavras de Demo, (2008, p. 8) a pesquisa participante,

“[...] não despreza a metodologia científica em nenhum momento no sentido dos rigores metódicos, controle intersubjetivo, discutibilidade aberta e irrestrita, mas acrescenta o compromisso com mudanças concretas, em particular voltadas para os marginalizados”

Nesse contexto, é fundamental ressaltar que a pesquisa participante capacita tanto o pesquisador quanto os sujeitos envolvidos a realizarem uma análise crítica e profunda da realidade social, permitindo que eles compreendam e reflitam sobre suas práticas, intenções e perspectivas ideológicas. O fato de envolver os participantes de maneira ativa no processo da pesquisa, tende a empoderar os participantes, democratizar a produção do conhecimento, confronta as contradições e desigualdades da sociedade capitalista e dar voz aos sujeitos comuns

com intuito de promover a justiça social (BRANDÃO; THIOLENT; DEMO; FAERMAM, 1984, 1986, 2008, 2014).

Após identificar o grupo, é necessário construir relacionamentos e ganhar a confiança dos participantes. Já havíamos participado do PET-Inclusão durante a graduação, entre 2019 e 2021, mas mesmo assim, antes de iniciarmos de fato a pesquisa, fizemos duas visitas ao grupo para conhecer os integrantes e conquistar a confiança deles, isso fez com que nossa inserção no grupo fosse facilitada e acolhedora. Os tramites burocráticos e essenciais também foram cumpridos, entendemos que a submissão da pesquisa ao comitê de ética não é apenas um requisito formal, mas um passo fundamental para garantir que todos os envolvidos no estudo sejam tratados de forma justa e ética. Isso incluiu uma avaliação detalhada do projeto para garantir que os direitos, a dignidade e o bem-estar dos participantes fossem respeitados. Além de proteger os participantes de possíveis abusos ou danos, o processo reforça a credibilidade e a integridade da pesquisa. Se algum participante acreditar que seus direitos foram violados, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) (CNS/Conep) atuara como um canal de mediação, responsabilizando os pesquisadores e orientadores por suas ações. Isso também traz transparência ao processo da pesquisa, promovendo a confiança entre a comunidade acadêmica e o público. Disponível nos anexos, os documentos confirmam que nossa pesquisa passou pelos tramites necessários, cumprindo com as normas estabelecidas pelos comitês de ética de UFRJ e da UFRRJ, para posteriormente ser aprovada na Plataforma Brasil¹⁵.

A pesquisa realizada na UFRRJ, seguiu um rigoroso processo de coleta de dados, com um foco especial na preservação da identidade dos participantes. Para garantir essa proteção, optou-se pelo anonimato de todos os envolvidos, todos os nomes utilizados no estudo são fictícios. Ao todo, 17 petianos¹⁶ foram entrevistados e observados. Além dos estudantes, dois tutores também contribuíram com suas perspectivas. O estudo incluiu tentativas, sem sucesso, de entrevistas com responsáveis diretos pelo PET, assim como com membros da administração universitária. Foram feitas abordagens à pró-reitora de extensão e ao reitor, visando compreender melhor as políticas e decisões que impactam o programa e seus participantes. Cada etapa da

¹⁵ A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep. Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios - desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pela Conep.

¹⁶ Modo popular de se referir aos estudantes participantes do Programa de Educação Tutorial.

pesquisa foi cuidadosamente planejada para garantir uma análise abrangente e ética sobre o programa.

3.1. TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS: OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E ENTREVISTA

A observação participante foi a técnica de coleta de dados mais utilizada nesta pesquisa. Para abordar essa ferramenta em nossa pesquisa, recorreremos ao longo deste subcapítulo às considerações de Valladares (2007, p. 153-154, em específico, seu artigo intitulado “*Os dez mandamentos da observação participante*”). Para a autora, “a observação participante, implica, necessariamente, um processo longo”. O nosso processo de observação participante se estendeu de outubro de 2023 até julho de 2024, a dedicação a esse longo intervalo foi fundamental para alcançar a profundidade e a consistência que essa metodologia de pesquisa exige, entendendo que “para se compreender a evolução do comportamento de pessoas e de grupos é necessário observá-los por um longo período e não num único momento”.

A rotina desempenhou um papel fundamental na pesquisa. As reuniões ocorriam todas as terças-feiras, das 10h ao 12h. Era um momento de ir para o campo e anotar as observações, mesmo que parecesse repetitivo, a presença constante e a autodisciplina foram substanciais. Como apontado por Valladares (2007, p. 154):

Desenvolver uma rotina de trabalho é fundamental. O pesquisador não deve recuar em face de um cotidiano que muitas vezes se mostra repetitivo e de dedicação intensa. Mediante notas e manutenção do diário de campo, o pesquisador se autodisciplina a observar e anotar sistematicamente. Sua presença constante contribui, por sua vez, para gerar confiança na população estudada.

A observação participante implica uma interação contínua entre o pesquisador e o grupo estudado, o que pode moldar as informações coletadas e as respostas recebidas, ou seja, “a presença do pesquisador tem que ser justificada e sua transformação em ‘nativo’ não se verificará, ou seja, por mais que se pense inserido, sobre ele paira sempre a “curiosidade” quando não a desconfiança”(idem). Em nossa perspectiva pessoal, de pesquisador, nos apresentamos como uma figura que se posiciona não como um membro do grupo, mas como uma referência externa. Nos colocávamos como alguém com mais experiência, cuja função era apoiar o grupo em suas dificuldades e atividades, além de oferecer suporte e ajudar na construção de soluções para os problemas enfrentados. No entanto, em momentos de criação e discussões do grupo, optamos por prezar a imparcialidade, com interferências pontuais durante o período de reunião.

Para Valladares, uma observação participante não se faz sem um “intermediário”, sem um “abre as portas”, sem um “informante-chave”(idem). O fato de eu ser um ex-integrante do grupo trouxe o benefício de contar com alguns informantes-chave. Esses informantes, que eram ex-colegas ainda em processo formativo, desempenharam um papel fundamental na pesquisa. Como afirmado, “pode mesmo chegar a influir nas interpretações do pesquisador, desempenhando, além de mediador, a função de “assistente informal”. A proximidade com esses informantes possibilitou um acesso mais direto às informações e ajudou a esclarecer as incertezas que surgiam ao longo da investigação. Valladares (idem), destaca que:

A observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, assim como que perguntas fazer na hora certa. As entrevistas formais são muitas vezes desnecessárias, devendo a coleta de informações não se restringir a isso. Com o tempo os dados podem vir ao pesquisador sem que ele faça qualquer esforço para obtê-los.

Ao entrar em campo, o plano inicial era conduzir entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, com perguntas uniformes para todos os segmentos, como tutores, petianos e institucional. No entanto, à medida que a pesquisa empírica avançava, percebeu-se que as respostas iam surgindo naturalmente, muitas respostas e questões surgiam no momento de observação. Frequentemente, dúvidas surgiam durante as reuniões, e perguntas eram feitas no momento oportuno. As entrevistas, portanto, surgiam tanto do contexto anterior às reuniões quanto do contexto posterior. Outro ponto que Valladares nos auxilia nesse processo de observação participante é sobre como “o pesquisador aprende com os erros que comete durante o trabalho de campo”(idem), entendendo e aprendendo a “tirar proveito deles, na medida em que os passos em falso fazem parte do aprendizado da pesquisa. Deve, assim, refletir sobre o porquê de uma recusa, o porquê de um desacerto, o porquê de um silêncio”(idem). Por certo, cometemos os nossos erros, um dos mais marcantes foi no último dia de campo. Ainda nessa ânsia de coletar dados, fomos para o último dia com a intenção de buscar narrativas que resumissem o período letivo. No entanto, o dia era de festividade, último encontro do grupo no período e momento inapropriado para relembra todas as dificuldades que o grupo passou. Por óbvio, recebi um “não vamos lembrar sobre isso hoje, hoje é dia de festa”, apesar do passo em falso, a lição que fica é que nesse processo nem tudo é pesquisa.

Valladares (idem) afirma que,

O pesquisador é, em geral, “cobrado”, sendo esperada uma “devolução” dos resultados do seu trabalho. “Para que serve esta pesquisa?” “Que benefícios ela trará para o grupo ou para mim?” Mas só uns poucos consultam e se servem do resultado final da observação. O que fica são as relações de amizade pessoal desenvolvidas ao longo do trabalho de campo.

Finalizamos dizendo que queremos ser cobrados, entendemos como parte do processo o pós-campo, a devolutiva da pesquisa ao grupo e as instituições. O intuito é retornar ao PET-Inclusão e apresentar este trabalho no seminário que, por diversas questões, não pode acontecer. As razões estão detalhadas em nossos resultados, convidando-os a ler os próximos capítulos.

4. RESULTADOS DA PESQUISA PARTICIPANTE: UM OLHAR SOBRE O PET-INCLUSÃO NA UFRRJ

O começo desta experiência empírica precede esta dissertação, começa em 2019, quando este pesquisador, outrora graduando em Letras/Literatura, ingressou no PET-Inclusão. Apesar de na época não saber o como se desenvolvia uma Pesquisa Participante, ter feito parte do programa, realçou aspectos intrínsecos ao que já foi vivenciado e ao que hoje é observado por este pesquisador.

Por que pesquisar a Rural? Optamos por analisar essa instituição por conta das políticas que ela adotou ao longo do tempo. Com cerca de 2 mil vagas nos alojamentos e mais de 4,5 mil refeições servidas ao dia, a universidade acaba ganhando uma visibilidade grande pelo trabalho de assistência estudantil e pelo apoio ao estudante carente (UFRRJ, 2022). Por estas e outras questões, surgiu o interesse em pesquisar as dimensões das cotas e do apoio aos estudantes carentes dentro da Universidade. A UFRRJ é uma universidade na baixada fluminense, uma região extremamente abandonada e com enorme índice de violência (ALVES, 1998; ALBUQUERQUE, 2020).

O grupo PET-Inclusão é formado por 16 integrantes estudantes da UFRRJ, sendo 12 bolsistas remunerados e 4 bolsistas não remunerados. Ao todo, entre participantes que deixaram o programa e novos integrantes, tivemos a participação de 18 alunos. Além disso, observamos o final de um trabalho de tutoria e o início de outro, contabilizando 2 tutores durante esse período de dez meses de pesquisa de campo. É importante destacar, que a análise que compõe nossos resultados de pesquisa foi realizada pela junção da observação participante com as entrevistas direcionadas. A observação participante é evidenciada no texto por falas escritas em *itálico*, já as entrevistas são evidenciadas seguindo o padrão das citações, com recuo 4 cm da margem esquerda.

Destacamos as vozes dos estudantes cotistas que participam do programa PET-Inclusão com propósito de compreender as principais dificuldades por eles enfrentadas no percurso acadêmico. É importante destacar que o grupo passava por um período de reestruturação, especialmente no contexto pós-pandemia, com uma renovação de integrantes recém-selecionados por edital. As atividades do grupo ainda estavam em um processo adaptativo e criativo, tentando internalizar e se perceber nesse novo contexto, antes de começar a propor e

dimensionar novas ações. Ademais, grande parte dos integrantes que conheciam o andamento das atividades do grupo, finalizaram o percurso acadêmico durante o período pandêmico e saíram do programa, o que gerou uma ruptura significativa com que estava sendo realizado. A saída de membros antigos, sem haver um contato ou repasse adequado aos novos integrantes, fez com que o que estava estabelecido se perdesse em partes.

Acompanharemos a seguir a evolução desse grupo em renovação, o aprendizado em se perceber num território violento, em se perceber como um estudante que necessita ser estratégico para conseguir permanecer no programa e na universidade e a conseguir cumprir as demandas acadêmicas, com destaque especial ao trabalho da tutora Laine.

4.1 DA SALA ABANDONADA A PROJETOS DE ESPERANÇAR: DISCUSSÕES INICIAIS DA AÇÃO DE DIA DAS CRIANÇAS

Numa terça-feira, dia 03 de outubro de 2023, ocorreu a primeira inserção no campo de pesquisa, na sala do Grupo de Estudos da Amazônia (GEA), localizada no porão do alojamento feminino F-4, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus Seropédica. Com minutos de antecedência, chego ao local e avisto o professor tutor do grupo PET-Inclusão abrindo a porta da sala. Ao adentrar no ambiente, percebo um cheiro forte de mofo, olho para o teto e vejo uma mancha verde escura que seguia descendo pela parede. Logo pergunto,

– *Chico, o que houve com a nossa antiga sala?*

Relembro-me da antiga sala, da mesa grande centralizada com cadeiras confortáveis ao seu redor, equipada com computador, impressora, ar-condicionado e até mesmo uma cafeteira elétrica. A nova sala era composta por mesa e cadeiras antigas e desconfortáveis, deterioradas pelo tempo. Entre o aparente abandono da sala, visualizei dois banners pendurados na parede e algumas fantasias indígenas nas prateleiras do armário, observações que contavam histórias de tempos passados. Chico respondeu,

– *Sofremos um despejo, a reitoria nos retirou da nossa sala e agora estamos nesta que era do GEA, um antigo grupo que pesquisava culturas e biomas da Amazônia.*

Eu respondo com um dito popular,

– *A corda sempre arrebenta para o lado mais fraco.*

Neste momento, mais pessoas chegaram, decidi por não aprofundar nas questões relacionadas a mudança de sala. A reunião que estava marcada para às 10 horas, mais 10 minutos de tolerância para os atrasados e, às 10:10 iniciamos o processo de observação participante do grupo PET-Inclusão. Chico inicia a reunião com todas as formalidades de um encontro, anuncia a primeira pauta – proposta no encontro anterior – em que se discutia “a ação do PET no Projeto Realizando”. Mari foi a primeira a externar sua voz,

– *Precisamos saber quantas pessoas têm efetivamente no projeto, e são essas famílias que a gente deveria atender também. Porque nossas ações, no caso, não deveriam ser ações isoladas, tipo doação. Doação por doação eu paro na rua e dou pra qualquer um, qualquer criança. No caso, o nosso foco seria as crianças que estão ali, com as mães tentando uma vida melhor. Entendeu?*

O grupo percebeu que precisariam fazer um acompanhamento mais detalhado das pessoas que seriam beneficiadas pelas ações desenvolvidas em parceria com o Projeto Realizando. Com esses dados atualizados, poderiam planejar de modo mais eficiente e direcionado, pois na última ação, para o dia das mães, o número de pessoas ultrapassou os limites do que se havia programado. O que gerou certo desconforto, pois faltou kits – com itens de higiene e beleza – para algumas mães.

– Tudo isso aí deveria ser um acompanhamento que, tipo assim, a gente faria certinho, a gente teria o nome de cada mãe, teria o nome de cada criança. Porque aí, num evento futuro, a gente saberia quantas crianças têm. Nasceu mais um? Obviamente vai fazer parte das ações. Porque do jeito que está, quem quiser se chegar, se chega.

Hellen confirma,

– E foi mais ou menos o que aconteceu no dia das mães.

– Sim, Hellen. Se a gente tivesse condição de dar uma festa pra pô, sei lá quantas crianças, seria o máximo! Mas como a gente não tem, o ideal seria tipo assim, tivesse um cadastro. E quem já participa do programa, já participa das coisas que a Georja oferece lá, participasse da ação de dia das crianças. Não estou falando isso com o objetivo de excluir outras famílias, mas para a gente poder se organizar de modo que as famílias possam aproveitar o dia de diversão com seus filhos, com o objetivo de incentivar aquelas famílias, aquelas mães, a mudarem de vida. Porque acho que esse seria o objetivo principal do projeto.

Pelas linhas, percorria rápido e atento, cada frase que me chamasse a atenção, cada expressão no rosto, cada contexto. Escrevendo com frases principais, como um mapa mental, para depois serem revisitados no gravador de voz, que seguia em curso registrando cada palavra no meu aparelho celular. Utilizar o gravador de áudio fez total diferença neste processo de coleta de dados. Poder contar com a capacidade de capturar e preservar informações auditivas de forma prática e precisa, garantiu que nenhuma informação crucial fosse perdida. E nesse processo, fui começando a prestar atenção nos movimentos corporais de cada pessoa presente na reunião. Observei que Chico, escutava e anotava suas percepções com balançar de cabeça positivo, dificilmente fazia interrupções na fala de algum petiano, ao contrário, deixava as discussões fluírem e incitava-os quando preciso.

– E aí gente, alguém mais quer ajudar a pensar nesse problema?

Hellen responde,

– Chico, olha só, a minha sugestão é olhar o valor que a gente tem em caixa, e ver se até o dia das crianças, a gente consegue mais doações. É tentar fazer assim, talvez a gente tenha que abrir mão de alguma coisa. Por exemplo, a gente investir mais na comida e pensar as prendas como algo possível ou não.

Mari, alerta,

– É, mas aí também tem que olhar para aquilo que a gente já comprou e não comprou.

– *Mas as prendas ainda não foram compradas, Mari.*

– *Então a gente pode deixar de lado e comprar mais doces.*

A baixa verba recebida anualmente pelo PET, prejudica a fluidez de diversas atividades. No entanto, não impediu a ação do grupo, que foi buscando maneiras de minimizar os problemas com a verba curta. Para contornar esse desafio, os petianos se empenharam em campanhas de arrecadação de fundos, utilizando a internet e as redes sociais do grupo, como estratégia para buscar doações, envolvendo tanto a comunidade acadêmica quanto moradores locais que se identificaram com a causa. Além disso, a realização de rifas foi uma maneira eficaz de engajar o grupo e levantar recursos adicionais. Em nossa primeira análise, longe de querer romantizar a insuficiência financeira como educativa, mas olhando para um programa que busca manter alunos de origem popular na universidade, esse processo contribui muito para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos, todas essas adversidades/insuficiências/deficiências oferecendo atividades que vão além do currículo tradicional, como a organização de projetos de extensão, eventos e palestras. Essas iniciativas não apenas ajudaram a suprir as necessidades imediatas do PET-Inclusão, mas também fortaleceram o senso de comunidade e a criatividade dos membros do grupo. A busca por soluções alternativas para o financiamento, reforçou a capacidade de adaptação e resiliência dos petianos, características valiosas para uma formação integral. Assim, apesar das dificuldades financeiras, o grupo desempenhou um papel fundamental não apenas na vida das pessoas carentes que o programa contribuía ou ajudava, mas também impulsionando o envolvimento, crescimento e permanência de cada petiano dentro da universidade.

Hellen aponta,

– *Eu só comprei 40 kits de creme dental e escova. Vamos usar? Acho que é melhor guardar e pensar em outro evento para usar. Aí para não gastar mais dinheiro agora, talvez seja melhor a gente guardar e utilizar em uma outra atividade. Uma só para crianças menores, porque são as menores que a gente vai ensinar como deve ser feita a escovação dos dentes. Às vezes é mais fácil a gente guardar do que investir em mais, infelizmente. Entendeu?*

E Mari responde,

– *Isso, podemos deixar também o kit higiene bucal para uma outra ação.*

Vinicius se pronuncia,

– *E aí talvez fosse mais fácil a gente ficar só com os doces mesmo. Porque a gente vai ter que aumentar muito a quantidade de cachorro quente.*

Fernanda também se pronuncia,

– *Eu queria saber é se essas 40 crianças que vem a mais, se também vem os responsáveis?*

Chico responde,

– *Não, os pais vão assinar uma autorização. Mas somos nós que vamos ter que ir lá buscar, colocar as crianças no ônibus e trazer para cá.*

Hellen, com olhar tenso, faz uma observação,

– *Ou seja, é mais trabalho para gente se revezar para olhar as crianças também. Ainda mais que vamos estar em um campo aberto.*

Diego, com preocupação, externa,

– *Vamos precisar de ajuda! Vamos convidar voluntários?*

Tati, que ainda não havia se pronunciado, deu sua opinião e se prontificou para ajudar,

– *Eu acho que sim, acho que vamos precisar de reforço. Acho que vai ser muito válido. Eu posso me responsabilizar em fazer os cracházinhos e a gente pegar os nomes e os dados direitinho né? De quem vai estar com as crianças.*

O grupo havia se programado para desenvolver atividades com 40 crianças, mas como a última ação organizada pelo grupo fez bastante sucesso na comunidade, muitas outras famílias procuraram o Projeto Realizando para poder participar das próximas ações do PET-Inclusão. Esse número de 40 crianças, se tornou 80, e o grupo precisou buscar maneiras de abarcar todo mundo neste ato de carinho, amor e solidariedade. Com esse novo quantitativo, a responsabilidade também aumentou, o grupo precisava recrutar mais pessoas para ajudar na ação do dia das crianças, resolveram explorar as obrigações acadêmicas em seu favor, oferecendo certificados com horas complementares aos discentes da UFRRJ que quisesse participar como voluntários na ação.

As discussões continuaram, as ideias foram surgindo, desde “pulseirinhas com identificação da criança”, “algodão doce” e “pula-pula”. Orçamentos foram analisados e cálculos foram feitos, começava-se a surgir visualizações e expectativas do trabalho que ainda estava por vir. Preocupações em torno da idade das crianças também foi ponto de análise pelos petianos. Mari foi a primeira a demonstrar preocupação,

– *Eu tenho pavor com criança pequena.*

Chico em tom de brincadeira pergunta,

– *Você já perdeu uma criança em algum lugar?*

Mari responde,

– *Ainda não! É porque assim, criança é muita responsabilidade.*

Cinha, que havia chegado atrasada na reunião, faz sua primeira observação,

– Gente, vocês têm que ver isso direito, né? Porque se vier um monte de criança... tem um monte de criança pequena lá. Se vier criança pequena sem pai... imagina os bebezinhos aqui, tudo pequenininho, neném, chorando igual uns maluco. Eu corro e deixo vocês..

Mari, pergunta de forma irônica,

– Logo você que tem filho?

– Por isso mesmo que eu corro e deixo vocês, porque vão falar assim, “você tem filho, você sabe lidar com essa situação”. Criança pequena gente, criança pequena é difícil, aí a criança cisma que quer a mãe, vamos fazer o que? Só uma mãe lá, tem dez filhos.

Cinha, mulher, preta, mãe de 4 filhos e avó, cursando Ciências Sociais aos 40 anos de idade, compartilhava muito das suas vivências com o grupo. Diretamente, dois de seus filhos ainda são crianças e dependem dos seus cuidados, o dinheiro da bolsa ajuda nas contas do mês e Cinha consegue permanecer estudando sem precisar trabalhar a semana toda. Isto é, em um emprego fixo de 40 horas semanais, porque deixar de trabalhar, Cinha não consegue. Entre a venda de um docinho aqui e ali, um bico ou freelancer, vai surgindo a complementação de renda, pois só estudar nunca foi uma realidade possível para petiana. Em entrevista, Cinha relata que desse dinheiro que recebe, “250 reais são para o transporte escolar das crianças e o que sobra vai para as compras no mercado”.

Existem milhares de estudantes no ensino superior brasileiro com histórias parecidas, de pessoas que foram oportunizadas de adentrarem neste espaço, mas que não conseguem desfrutar do que este espaço proporciona, aumentando a probabilidade da evasão. Estamos falando de um problema estrutural, o mesmo que insere, é também o mesmo que limita. Não bastava as desigualdades presentes na nossa sociedade, em que são criadas ações afirmativas a fim de diminuir essas diferenças, os espaços institucionais ainda andam a passos lentos. E apesar dos passos lentos, é preciso enxergar esperança, afinal, começamos a andar. E nessas andanças precisamos continuar construindo programas como o PET-Inclusão – que reserva 50% das bolsas para estudantes cotistas – e que olha para o sistema de cotas, para os alunos que essa lei colocou

dentro das universidades, da UFRRJ, e entende que esses alunos precisam de oportunidades, precisam de dinheiro e precisam, como veremos ainda neste capítulo, se “afiliar” ao espaço acadêmico.

Após a reunião se desenrolar, decidiram com base no orçamento, que a ação social teria cachorro-quente, salgadinho, bolo, pipoca, açaí, suco e refrigerante. As atividades e brincadeiras seriam divididas por grupos de faixa etária, seguindo um rodízio. Voluntários do curso de Educação Física ficariam responsáveis pelas brincadeiras – com bolas e bambolês. Também teria oficina de bichinhos de bexiga, desenho, pintura e pula-pula. Ao final ainda seria distribuído sacolinhas surpresa com diversas balas e doces.

No sábado, dia 07 de outubro de 2023, as crianças do bairro Fazenda Caxias, do município de Seropédica, puderam comemorar de forma muito mais especial, o dia das crianças. Embora não tenha comparecido ao evento em si, recebi fotos detalhadas que mostraram que o que foi discutido na reunião, foi efetivamente realizado durante a ação. Abaixo podemos comprovar que as ideias e estratégias planejadas foram bem executadas e que o evento alcançou o sucesso esperado.

Figura 14 – Fotos da ação de dia das crianças realizadas pelo PET-Inclusão



Fonte: Grupo PET-Inclusão UFRRJ, 2023.

4.2 UMA DÉCADA DE ACOLHIMENTO: O LEGADO DO PET-INCLUSÃO NA UFRRJ

Após a ação de dia das crianças, o PET-Inclusão encerrou ciclos e iniciou um processo de mudança. O tutor Chico, anunciou ao final do último encontro,

– Estou encerrando minha tutoria, pois assumirei a coordenação de outro projeto na minha área de atuação: violência urbana.

Depois de uma década como tutor do grupo, Chico se despede olhando para trás com orgulho. Em entrevista, relatou que a UFRRJ, é uma instituição de destaque no cenário acadêmico brasileiro. Contudo, sua localização em Seropédica, uma cidade marcada por desafios socioeconômicos e altos índices de violência, evidencia um paradoxo: a presença de uma instituição de ensino e pesquisa de alto nível, cercada por uma população que pouco se beneficia de sua existência. Nas palavras de Chico,

A prática da extensão na Rural, essa aproximação com a população ao redor e a conexão dos estudantes que têm essa origem, origem popular, é algo que eu fui construindo ao longo do tempo e sempre com muitas limitações. Então dá para perceber, nitidamente, que a Rural nunca foi uma instituição aberta para isso, ela sempre se bastou a si mesmo, ela é fechada na sua lógica, principalmente porque ela valoriza muito a pesquisa. Então são grandes pesquisadores na área agrária, nas áreas exatas, na biologia, então eles sempre se bastaram a si mesmos. Então a Rural sempre viveu de costas para a população e vice-versa (Ex-tutor do PET-Inclusão/UFRRJ, 2024).

Historicamente, a UFRRJ se estabeleceu focada em atividades de pesquisa e ensino, com pouca ênfase na extensão universitária. Esta prática de extensão, que visa a interação e o benefício mútuo entre a universidade e a comunidade local, nunca teve muito destaque. Desenvolveu-se uma cultura institucional fechada, descolada das realidades e necessidades da população ao seu redor. Chico relata que

A população, os prefeitos, a prefeitura de Seropédica, os vários prefeitos que foram constituídos aqui na cidade, a partir do voto popular, também sempre viveram de costas para a Rural. Sempre houve esse divórcio, com muita discriminação, com muito preconceito, de ambos os lados. A população nem sabe o que é a Rural, porque também não sabe dos benefícios. Não há uma interação, que benefícios poderia a Rural trazer para essa cidade? Isso quase não existe, ninguém sabe. O pessoal de Seropédica acha que a Rural é uma escola privada, nem entram direito na universidade, olham de longe, têm receio, não sabem o que é isso, há um divórcio mesmo, não há um conhecimento. E do outro lado, a Rural não sabe o que é Seropédica, o seu universo, ainda mais agora com esse cenário de violência, de tantos problemas, de grupos armados, de morte. Morreu recentemente um aluno da Rural, assassinado, o Bernardo Paraíso (Ex-tutor do PET-Inclusão/UFRRJ, 2024).

A percepção da UFRRJ pela comunidade de Seropédica é, em grande parte, marcada pela ignorância e pelo distanciamento. Esse desconhecimento é reforçado pelo receio e pela falta de interação, uma barreira invisível que mantém a população afastada dos portões universitários. Do lado da universidade, a realidade de Seropédica é igualmente distante. A cidade, com suas carências em políticas públicas e seus problemas de violência, é vista, muitas vezes, de forma estigmatizada pelos acadêmicos e administradores da Rural. A guerra entre milicianos encerrou o futuro, de um futuro biólogo, prestes a se formar. O assassinato chocou a comunidade universitária, aulas foram interrompidas e, “tudo isso, aprofunda mais ainda os estigmas, a ignorância, os preconceitos, tudo o que nos separa” (Ex-tutor do PET-Inclusão/UFRRJ, 2024).

Essa desconexão gera um ciclo de exclusão e preconceito mútuo. A falta de interação impede que a comunidade de Seropédica usufrua dos potenciais benefícios que a presença de uma universidade pode proporcionar, como acesso a serviços de saúde, programas educativos, projetos culturais e tecnológicos. Por outro lado, a Rural perde a oportunidade de enriquecer sua prática acadêmica com as experiências e necessidades reais da população local, essencial para uma formação mais completa e socialmente responsável de seus alunos.

Então a Rural tem um histórico de separações e a extensão como algo muito menor, de pouca relevância, sem projeção. Então isso nos distancia das camadas mais populares, das camadas mais pobres, abandonadas e desamparadas no seu universo, que não tem acesso a políticas públicas, que não é auxiliado no seu processo de sobrevivência, de acesso à educação, saúde, cultura, habitação, mobilidade urbana. Todas essas pautas que as camadas populares dependem para a sua própria sobrevivência, existência e continuidade, são pautas muito distanciadas do universo da Rural (Ex-tutor do PET-Inclusão/UFRRJ, 2024).

Romper com esse histórico de separação exige um compromisso com a prática da extensão universitária. A inclusão de estudantes de origem popular através de programas específicos, como o PET-Inclusão, representa um passo importante nesta direção. No entanto, é necessário um esforço mais amplo e estruturado para que a Rural se torne uma verdadeira aliada de Seropédica, contribuindo não apenas para o desenvolvimento acadêmico, mas também para a transformação social da região. Chico nos explica que ao longo dos anos, graduandos envolvidos em programas como o PET-Inclusão, adquiriram uma compreensão profunda e uma vinculação com a realidade socioeconômica da população de Seropédica. Esta interação não só enriqueceu suas experiências acadêmicas, mas também ampliou suas perspectivas profissionais e pessoais.

Esses graduandos que participavam, participaram ao longo do tempo do PET, eles, nitidamente, ganhavam essa consciência, essa compreensão, essa vinculação com esse universo. Tivemos muitos alunos que aprenderam muito, se desenvolveram. Hoje chega muitos relatos de gente que está colocada em

outras áreas, trabalhando, que aprendeu muito com essa aproximação com a população de Seropédica. Gente que está trabalhando em prefeituras, vários ex-petianos chegam falando que estão trabalhando em prefeituras. No campo da veterinária, por exemplo, trabalham com políticas públicas em municípios rurais. Tem ex-petiano que está no mestrado, gente que está no doutorado, com certeza, desenvolvendo pesquisas e debates em torno daquilo que se vivenciou de uma economia popular junto com a população mais carente, tudo isso, a gente está construindo ao longo do tempo. Petianos que viram esse universo dos estudantes do ensino médio, compreenderam suas dificuldades, se aproximaram desse universo, dialogaram, tentaram buscar formas de ajudar esses estudantes e estimulá-los a virem para a universidade. Petianos que acompanharam de perto essa carência da população de Seropédica, e com isso aprenderam a lidar com ela, compreendê-la e, de alguma forma, ajudar essas pessoas. Não só isso, ao mesmo tempo, perceberam a si mesmos, nesse universo de carência, de pobreza, de dificuldades, ganhando mais consciência de si mesmo (Ex-tutor do PET-Inclusão/UFRRJ, 2024).

Chico nos relata, que ao assumir o PET em 2013, estimulou intensamente a prática da extensão, o que resultou em diversos projetos significativos ao longo de sua gestão. Essas ações foram fundamentais para aproximar a universidade da comunidade local, fortalecendo os vínculos entre os discentes e a população de Seropédica, proporcionando aos petianos uma compreensão mais profunda das realidades socioeconômicas da região. Um dos projetos tratava da criação e organização de uma rede de distribuição de produtos orgânicos, desenvolvida em parceria com agricultores do grupo Raiz Forte, que fazia parte do Sistema Participativo de Garantia da ABIO¹⁷. O objetivo era conectar diretamente os produtores orgânicos com os consumidores, facilitando a compra e distribuição de produtos frescos e de qualidade. Através de uma tabela semanal de produtos enviada por e-mail, os consumidores faziam suas encomendas, que eram então organizadas e enviadas aos produtores. Os produtores montavam as cestas de acordo com as solicitações e um ponto de distribuição era estabelecido para a retirada das cestas pelos consumidores, após confirmação de pagamento. Chico nos explica como funcionava o processo.

Fizemos um grande projeto junto com os agricultores orgânicos ao longo de bastante tempo, acompanhando o Raiz Forte, que é um grupo de SPG, Sistema Participativo de Garantia da ABIO. Então, nós acompanhamos esses agricultores e a gente desenvolveu uma tabela de produtos disponíveis da semana. Essa tabela era distribuída por e-mail, para as pessoas interessadas. Não tinha o WhatsApp, naquela época as pessoas marcavam os produtos que queriam, a gente organizava essas tabelas com as solicitações dos produtos para compra, tinha lá, o preço desse produto. A gente enviava isso para os produtores,

¹⁷ Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO, com o objetivo de contribuir para a expansão do movimento orgânico, então incipiente no país. Disponível em: <<https://abiorj.org/sobre-abio/>>. Acesso em: 06 de jun. de 2024.

eles recebiam essas tabelas, um e-mail com essas tabelas, e eles então organizavam as cestas que cada um queria. Depois combinávamos, ajudávamos na distribuição disso. Então tinha um ponto de distribuição dessas cestas, aonde elas seriam levadas, e lá o consumidor que tinha solicitado os tais produtos na sua cesta, iria buscar a sua cesta, pagava antes, é claro. Faziam o pagamento, tinha lá, a conta para depósito, tinha que comprovar o depósito, e aí estava tudo certo. Era meio difícil, não tinha as facilidades que nós temos hoje, de aplicativos, de programas, nada disso. Era meio nessa estrutura mais antiga, mas dava certo, funcionava, funcionou durante um bom tempo, com os alunos do PET acompanhando (Ex-tutor do PET-Inclusão/UFRRJ, 2024).

Além do projeto com agricultores orgânicos, haviam iniciativas voltadas a camadas mais populares da sociedade. Em particular, as ações de solidariedade e ajuda humanitária que foram desenvolvidas com os moradores do bairro Fazenda Caxias, em Seropédica, juntamente com o Projeto Realizando, que atendia mulheres e crianças em situação de extrema pobreza. Uma dessas ações, mencionada e vista por fotos no subcapítulo anterior, foi a do dia das crianças. Chico nos conta também, sobre outras ações realizadas pelo grupo.

Tivemos projetos que se desenvolvia lá com mulheres e crianças em estado de extrema carência mesmo. E aí foi acompanhado, tinha o dia das mães com as mães, atividades junto com essas mulheres. Teve a dia da mulher negra latino-americana e caribenha, a gente desenvolveu atividades com elas. Teve uma atividade de natal também, de distribuição de cesta básica e apadrinhamento de crianças com presentes, roupas e calçados. Foram ações que se desenvolveram ali, nesse sentido, bastante intensas e tentando acompanhar o universo dessa população mais pobre, dessa camada mais pobre da cidade. Fizemos também distribuição de material escolar, caderno e lápis. Claro, em proporções pequenas, não tão suficientes assim para acompanhar, por exemplo, o ano letivo escolar. Mas era uma espécie de estímulo, de início das aulas, para que essa criança pudesse se desenvolver em termos escolares. Montamos barraquinha em festas, como por exemplo, a festa junina, para conseguir arrecadar recursos para desenvolver a ação de Natal. E tudo isso, o PET fez tentando dar o melhor de si, com capacidade de ajuda, se reconhecendo (Ex-tutor do PET-Inclusão/UFRRJ, 2024).

Foram dez anos como tutor do grupo, diversos trabalhos, diversos desafios, diversos discentes, diversas vidas transformadas. Programas como o PET-Inclusão, fazem total diferença na vida acadêmica, que conseqüentemente contribui para uma boa formação. Refletir sobre essa década é também olhar para o futuro, é perceber os setores que merecem mais atenção, é olhar a universidade após Lei de Cotas, é se adaptar as mudanças acadêmicas, é respeitar as mazelas de um país que tenta avançar a educação superior para aqueles que já nasceram excluídos. No próximo subcapítulo, veremos como tem se dado o trabalho da nova tutoria no grupo após a saída de Chico, entre mudanças, desafios e perspectivas para o futuro. Mas antes, com a ajuda dos

petianos, ex-petianos e do próprio Chico, lembraremos na tabela abaixo, alguns dos projetos desenvolvidos ao longo dessa última década pelo PET-Inclusão UFRRJ.

Tabela 5 – Alguns dos projetos realizados pelo PET-Inclusão nos últimos dez anos

UMA DÉCADA DE PROJETOS PET-INCLUSÃO	
Sabão ecológico	Consistia em reaproveitar o óleo de cozinha para a produção de sabão em barra. Além de compartilhar esse conhecimento sobre a fabricação de sabão, também promoveram a conscientização ambiental para evitar o descarte inadequado do óleo de cozinha.
Horta na escolar Waldemar Raythe	O projeto permitia aos alunos a oportunidade de se conectar com a terra, aprendendo técnicas de plantio e colheita de alimentos. A manutenção da horta contava com a atuação dos petianos, estudantes, professores e toda comunidade escolar. O grupo aproveitava também para ministrar palestras sobre conscientização ambiental e a adoção de práticas sustentáveis. Os alimentos colhidos na horta eram utilizados nas refeições escolares.
Fitoterápicos: jardins aromáticos e medicinais	O grupo cultivava plantas aromáticas e medicinais que depois eram aproveitadas em palestras e minicursos ensinando sobre o processo de produção de cosméticos fitoterápicos. Os produtos produzidos eram distribuídos posteriormente entre os participantes das atividades e com o próprio grupo.
Empreendedorismo social junto aos agricultores orgânicos de Seropédica	Este projeto realizava plano de negócios, análise de mercado e buscava levar ideias inovadoras para qualificar os agricultores e prepará-los para lidar com a comercialização dos seus produtos.
Permacultura urbana	O projeto levava informações sobre agroecologia e permacultura para a comunidade acadêmica e aos agricultores de Seropédica.
PET-Inclusão e Projeto Realizando	Eram desenvolvidas ações sociais com as comunidades carentes de Seropédica.

<p>Grupo universitário para a inclusão acadêmica</p>	<p>O intuito do grupo era fazer com que a Rural fosse mais conhecida e mais frequentada pelos jovens e adultos da educação básica de Seropédica. Atividades de interação eram realizadas nas escolas do município, com objetivo de manter os alunos informados sobre o histórico da UFRJ, os cursos oferecidos e todo seu modo de funcionamento.</p>
<p>Jornal conectando</p>	<p>O intuito do jornal era de trazer pautas atuais e promover um espaço para a expressão de opiniões e debates, contribuindo para o engajamento intelectual dos petianos. Além de informar a comunidade acadêmica sobre eventos, notícias, pesquisas e questões relevantes dentro e fora do campus.</p>

Fonte: Elaboração Autoral | Base: PET-Inclusão UFRJ

4.3 PET-INCLUSÃO SOB NOVA TUTORIA: AVALIAÇÕES E PLANEJAMENTOS

O dia 14 de novembro de 2023 representou um novo ciclo dentro do PET-Inclusão. Essa data marcou o início da construção de um novo trabalho, em que Laine, nova tutora do grupo, tornou-se responsável por desenvolver. Laine começou a reunião se apresentando e propondo uma roda de apresentação, querendo conhecer melhor todos integrantes do grupo. A nova tutora destacou sua área de atuação,

– Trabalho com povos do campo, toda minha pesquisa e temática é voltada para povos tradicionais. Para os quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, indígenas. Então, vai ser um prazer trabalhar com vocês.

Laine mencionou suas experiências anteriores, como tutora de outros grupos e destacou a importância dessa reunião para alinhar as expectativas e demandas do grupo atual, especialmente considerando que o ano estaria quase acabando. Para melhor visualização, a tutora levantou-se da cadeira onde estava sentada, abriu seu estojo, apanhou um pincel marcador, caminhou em direção ao quadro branco e escreveu os seguintes tópicos.

- Discutir e avaliar as demandas e atividades do grupo ao longo do ano de 2023.
- Identificar quais atividades são prioritárias e quais são compromissos que precisam ser concluídos antes do final do ano.
- Planejar o encerramento das atividades do ano corrente e discutir os recursos necessários para isso.
- Iniciar o planejamento mínimo para o ano seguinte.

Depois de escrever os tópicos no quadro, Laine fala sobre a importância do grupo se concentrar na revisão e avaliação das demandas e compromissos ao final do ano. A tutora destaca a necessidade de ser estratégico e organizado, revisando as demandas que surgiram ao longo do ano para identificar quais são compromissos que devem ser continuados ou concluídos e o que ainda pode ser realizado no tempo restante.

– Neste momento, o mais importante é a gente olhar para a gente nesse final de ano. Olhar para vocês. A gente elencar as demandas que vocês criaram no grupo. Primeiro, do ano, a gente olhar para elas, fazer meio que uma avaliação bem prévia, bem rápida, e ver o que é compromisso (continuar, concluir) e o que é possível ser feito. A gente já está em novembro, praticamente meado de novembro. E daqui a pouco é dezembro, Natal, e tchau.

Laine demonstrou bastante preocupação com as atividades que ainda não haviam sido finalizadas, do trabalho do antigo tutor. Solicitou que cada membro do grupo relatasse sobre as atividades que estavam desenvolvendo, destacando quais eram de extrema importância serem concluídas e quais eram compromissos que não poderiam ser negligenciados. A ênfase era priorizar essas atividades e identificar quais precisariam de maior atenção nos próximos dias, para que fossem finalizadas junto com o período letivo de 2023.2.

– E aí eu queria ver com vocês, que vocês expusessem as atividades que estão realizando. Quais são de extrema importância serem concluídas. Quais delas são compromisso, quais delas são necessárias de serem enfatizadas, tá? E aí depois a gente parte para um momento de como a gente vai encerrar essas atividades esse ano. Essa metodologia é muito importante, que a gente avance nela. Quais recursos nós vamos usar para fazer esse encerramento e planejar o ano seguinte. Que é importante que a gente entre para o ano seguinte com um planejamento mínimo, básico. E a gente vai ter que fazer no mês de dezembro. Então, são alguns apontamentos. E aí eu queria ouvir de vocês, né? Estou aqui para ouvir vocês apresentarem essas demandas atuais. Tá bom? Pode ser individualmente.

O primeiro petiano a se expressar foi Vinicius, que destacou as atividades desempenhadas pelo grupo ao longo do ano.

– Esse ano a gente teve inicialmente a arrecadação do material escolar, as nossas ações são diretamente com Projeto Realizando, né? Que é uma ONG lá da comunidade Fazenda Caxias. Então, a gente quer dar continuidade, claro. E além disso, né? De fazer ações com o Realizando, a gente participa dos eventos da Rural. Então a gente participou esse ano também do Saúde Global18, a gente participou da festa junina, a gente participou agora da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, participamos do Fórum dos grupos PET.

Vinicius estudou a vida toda em escola pública, ingressou pela modalidade de cotas na Rural e entrou no PET-Inclusão pela reserva de vagas destinada aos cotistas. Em entrevista, o petiano nos contou um pouco do seu percurso antes da universidade. Desde 2015, a trajetória para ingressar na universidade foi marcada por anos de dedicação e persistência. Já no segundo ano do ensino médio, começou a fazer o Enem, buscando uma oportunidade nas áreas de turismo ou hotelaria, inspiradas pelo curso técnico que havia concluído. No entanto, as notas nunca foram suficientes para garantir uma vaga. Enquanto isso, uma amiga próxima sugeriu tentar o vestibular da Licenciatura em Educação do Campo (LEC) na UFRRJ. Determinado a explorar todas as possibilidades, participou do vestibular da LEC por três vezes, mas cada tentativa resultou em um indeferimento no memorial – uma das etapas do vestibular. Apesar das dificuldades, não desistiu. No final de 2018, prestou vestibular novamente e, finalmente, em 2019, sua persistência foi recompensada: conseguiu ser aprovado e ingressou no curso de LEC da Rural. O petiano ainda nos contou sobre a sua relação tranquila com os estudos e o incentivo constante recebido

18 Saúde Global é um projeto de extensão universitária que visa levar informações sobre saúde animal, humana e ambiental. O evento é realizado todo ano pelo grupo PET – Medicina Veterinária, em conjunto com os grupos de estudo de Medicina Veterinária, Programas de Residência e outros grupos PET da UFRRJ.

da família, especialmente da avó e das tias. Esse apoio permitiu que não houvesse pressão para abandonar os estudos em prol do trabalho. Nos relatou também sobre como sua família se desdobrou para que ele pudesse seguir seu sonho de estudar na universidade.

[...] sempre tive o incentivo, tanto que quando eu entrei na universidade eu não tinha dinheiro para poder bancar a passagem. Então a minha mãe trabalhou no carnaval e aí ela me deu o dinheiro para poder pagar minha passagem nesse início de faculdade, até eu receber a bolsa transporte. Então o que me manteve nesse primeiro período, primeiro semestre, foi esse dinheiro que minha mãe me deu para poder pagar a passagem. (Vinicius, 2024).

Vinicius também comentou sobre os desafios da continuidade do projeto Horta Escolar Waldemar Raythe, que estava parada no momento.

– *E tem também o Raythe, a gente tem uma horta lá, mas ela no momento tá parada.*

A tutora indaga:

– *O projeto na escola está parado?*

Hellen explica para nova tutora que,

– *Não, a horta tá dando continuidade pela escola. A gente que não tem ido lá. Porque agora a nova tutora precisa se apresentar. E o Raythe tá com uma nova diretora, então precisa tirar um dia para ir lá conversar com a nova diretora e o professor responsável pela horta.*

Tati também agrega na discussão,

– *É, e nós tínhamos um projeto lá, sobre pobreza menstrual que não chegamos a colocar em prática, né?*

Hellen responde,

– *Ainda não, a gente ia aproveitar o outubro rosa. Mas aí ficou tudo muito em cima, com essa mudança de tutor.*

Laine menciona sobre o planejamento preliminar para o próximo ano, que foi compartilhado no grupo do WhatsApp e que precisa ser discutido e aprimorado. Em seguida, a tutora expõe sua fala auxiliada pela leitura do seu projeto no aparelho celular.

– *Então gente, eu acho que é importante eu mostrar um pouco da minha concepção. Eu apresentei na minha proposta, a realização de um seminário né? De relacionar a temática da inclusão e oportunidades para os estudantes de origem popular na universidade pública, com a possibilidade da gente estar ampliando essas discussões, do que consiste inclusão, quais as dimensões dessa temática. E se realmente a gente está atacando o problema de uma forma consciente, madura e de acordo com a realidade. Então, a gente tem uma proposta para que esse seminário se realize em março, mas é em nível de planejamento.*

Laine continua sua fala buscando promover uma reflexão sobre a importância da inclusão de diversos grupos identitários, abordando os objetivos do seminário.

– *O seminário inclusão e oportunidade para estudantes de origem popular na universidade pública é uma ação para gerar a reflexão e a autorreflexão individual, coletiva e institucional sobre a necessidade de efetivar ações concretas e de maior amplitude para entender, gerar e aprimorar a inclusão de pessoas de diversas identidades étnico-raciais, de pessoas com deficiência, de orientação de gêneros, de crenças ou não, entre outros. Então, o que é o objetivo? Aprofundar as discussões sobre inclusão na universidade e na sociedade, elaborar estratégias de inclusão e de espectro maior da diversidade nos grupos PET's da universidade. Criar um compromisso maior da universidade na promoção de ações de inclusão, incentivo a engajamento institucional em favor do antirracismo e do inter/multiculturalismo.*

Explica também como as atividades serão realizadas.

– *Que sejam realizadas rodas de diálogo mensais ao longo do período, adotando metodologias participativas, abordando diversas temáticas, educação especial, educação intercultural, educação indígena, educação do campo, povos tradicionais, culturas populares, diversidade de gênero, diversidade religiosa, entre outros. O seminário será instituído ao longo do primeiro período de 2024, com uma roda de diálogo a cada mês. Cada roda de conversa teremos convidados pesquisadores, professores, mestres, indígenas, quilombolas. Será um evento ampliado, que realmente consiga incorporar a sociedade da Baixada Fluminense, direcionando convites às escolas públicas da educação básica.*

E segue apontando, agora para os resultados e produtos esperados.

– *Elaboração de uma agenda de aprofundamento sobre a temática da inclusão na universidade, geração de subsídios para políticas de assistência estudantil, elevação de conhecimento sobre a inclusão na sociedade atual. Estimulando novas propostas de atuação do grupo a partir dos resultados dos seminários e ao final de cada atividade faremos uma consulta através de formulários aos participantes do evento para gerar contribuições para a construção do próximo. A sistematização dos relatos, serão orientadas para a próxima roda de diálogo e ao final faremos um compilado do conteúdo do seminário, em forma de e-book.*

Nesta primeira reunião do PET-Inclusão com a nova tutora, discutia-se sobre o futuro das atividades desenvolvidas pelo grupo. A principal prioridade definida foi a necessidade de concentrar esforços no planejamento das atividades para o próximo ano, mas para que isso ocorresse de modo satisfatório, era preciso o encerramento de antigos projetos. Laine estimula uma rodada de discussão, anotando em seu caderno a ordem dos inscritos interessados em expressar sua opinião, ao total, quatro petianos se inscreveram para falar.

Mari foi a primeira do grupo a se manifestar.

– *O primeiro ponto da horta foi que quando a gente começou, não sei se todo mundo lembra, a nossa intenção não era da gente ir todos os dias cuidar da horta. Porque assim... no final das contas, a horta se tornou uma coisa desgastante para a gente. Porque cada dia tinha que ter alguém na horta para regar. Era basicamente só isso que a gente fazia. Falando sinceramente, professora, eu achava um absurdo. Muita gente não estava aqui, tinha que vir de sei lá da onde, para ir até a horta regar, catar mato e vir para cá correndo, ter aula. Claro, a gente tem que separar nosso tempo para dar continuidade a um desses projetos que a gente se comprometeu.*

Só que para ir lá, para poder regar e tirar mato, era uma coisa tão trivial que não dava animo para ir lá fazer.

Houve um consenso de que, para alcançar os objetivos do PET, era fundamental ter um planejamento bem estruturado. O projeto da horta na escola Waldemar Raythe, estava encontrando algumas dificuldades, pois havia tido uma troca de diretor, com isso, o grupo acabou perdendo espaço de atuação dentro da escola e encontrando dificuldades com planejamento e a execução das atividades.

– Outra questão, é que quando a horta começou a ser reestruturada, estava eu e a Laís, as únicas pessoas de agronomia. A gente conversou com o professor responsável pela horta do Raythe, enquanto ele estava reestruturando a horta. E a gente falou que a horta não estava sendo feita do jeito que a gente sabe, academicamente falando, que deveria ser feito. A gente viu erros na horta, no planejamento. Mas o professor nos ignorou e foi até meio seco com a gente. E aí a gente resolveu só fazer aquilo que ele pedia, mesmo não concordando. Não sei se todo mundo lembra, mas a horta foi toda destruída por mariposa, borboleta e lagarta. Foi desanimador. Porque eu acho que se a gente não tem um lugar de fala naquele lugar, por que a gente estava ali? Só para obedecer a ordem? Eu achei que era para a gente ter um contato com o professor; ter uma certa flexibilidade, ter um projeto acadêmico, não é só para cumprir uma ordem. A gente queria levar os alunos para horta, dar palestras e minicursos para esses alunos, organizar projetos com eles.

Mari, ainda destaca que o grupo começou a depender de um professor da escola para continuar dentro da escola, passando a colaborar com os projetos que esse professor realizava e deixando de ser responsáveis por produzir os projetos. Para voltar a ter autonomia, o PET-Inclusão teria que passar por trâmites burocráticos que envolveriam tanto a UFRRJ quanto a Secretaria de Educação de Seropédica.

Rocha foi a próxima inscrita a contribuir com a discussão.

– Eu acho que como a gente tá em um outro momento do PET, até mesmo por todas questões que a gente foi enfrentando nos meses anteriores, eu acho que esse é o momento de um novo começo. O que a gente pode continuar; o que deu errado, como o caso da horta, a gente abandonar. Porque tem aspectos no grupo que a gente não desenvolve justamente porque a gente está perdendo tempo com coisas que não estão dando certo. Então eu concordo nessa questão de investir no sentido mais acadêmico, primeiro para gente entender de fato qual é a nossa função, o que o nosso grupo exerce aqui dentro da universidade, a relevância dele. E também para gente enriquecer nosso currículo, para gerar pesquisas e futuramente usar até para o próprio TCC. Enfim, então eu acho que esse ano e ano passado fizemos muitas ações e que deu super certo e foi muito incrível, mas a gente acabou não transformando esses trabalhos em produções escritas.

Em seguida, tivemos Lena.

– Olha gente, desculpa ter que falar isso, mas eu acho que essa horta foi uma grande perda de tempo. Por que assim, o que a gente viu de concreto com essa horta? O que agregou para o nosso grupo? A gente não conseguiu desenvolver um trabalho lá. E na verdade, eu, Hellen e

Mari, o pessoal que entrou neste último edital, entramos na horta porque já era um projeto que fazia parte do grupo. A gente tentou dar continuidade no projeto, mas não era a nossa vontade, não foi a nossa ideia. Eu concordo em focar mais nas produções acadêmicas, porque querendo ou não, a gente precisa de um currículo. E também, eu acho que é muito importante a gente não perder o contato com o Realizando, porque, querendo ou não, é o que motivou o nosso PET, foi isso. Foi trabalhar nesse projeto social. Eu, pessoalmente, não gostaria de perder esse trabalho com o Realizando.

Fernanda, também contribuiu.

– Eu queria concordar em relação a horta, a gente teve uma falha nesse ano de não olhar para o nosso grupo. De buscar saber o que faz sentido da nossa área de estudo e poder levar um pouco desse conhecimento. Assim, a gente até tem contato com a escola, apesar desse contato tá muito ruim, não tem como a gente colocar a responsabilidade no professor que está nos ajudando a atuar lá. O certo, era a gente passar pelos trâmites que iriam nos dar autonomia no Raythe. E sobre o Projeto Realizando, acho que a gente tem que manter, mas fazendo um calendário, de fato, dos dias importantes do ano que vem, que a gente quer participar. Porque deixar pra fazer as coisas em cima da hora, fica muito puxado.

Após ouvir os petianos, a tutora Laine demonstrou uma abordagem responsável e estratégica ao enfatizar a importância da avaliação e do planejamento. A comunicação clara sobre as razões para encerrar determinadas atividades e o incentivo à aceitação natural do encerramento do projeto da horta, também demonstraram a tentativa de manter o foco e a eficiência do grupo, além de promover um ambiente de transparência e crescimento contínuo.

– Então gente, eu acho que já começou um processo de avaliação, né? E todas as falas aqui apontaram para a importância do planejamento. Então, avaliação e planejamento andam juntos. Para quê? Para que a gente realmente se conscientize do que faz sentido dar prosseguimento, o que faz sentido encerrar. E aí eu vejo que não é abandonar; é encerrar e concluir. E essa conclusão exige também o amadurecimento de ir lá numa reunião e falar “olha, nós não temos mais condição de manter esse trabalho porque os nossos objetivos são outros”. E não tem problema algum nisso, tá? As coisas nascem e morrem. Projeto tá muito ligado a isso, tem um tempo de duração, e tá tudo certo, tá?

Laine soube conduzir muito bem a discussão sobre o encerramento das atividades na horta no Raythe. Primeiramente, buscou por um consenso, dando a oportunidade para todos os membros do PET-Inclusão se manifestarem antes de tomar uma decisão final, o que evidenciou a valorização, participação e as opiniões de todos.

– Então, todos aqui concordam que a gente, de fato, encerre, conclua, as atividades na horta lá no Raythe? Alguém não concorda? Alguém não concorda? Então, a gente já pode gerar isso como um esse encaminhamento? Então tá, a gente vai encerrar; certo? Vamos encerrar a atividade da horta.

Saber abordar o grupo nesse processo de troca, foi um grande diferencial. Observamos quantos trabalhos foram desenvolvidos ao longo da última década, trabalhos que precisavam ser

finalizados através do diálogo e não de forma impositiva. Fazendo o grupo entender que era tutorado por uma outra pessoa, com ideias diferentes, metodologias diferentes, tomando decisões de maneira transparente, envolvendo todos no processo e evitando imposições, promovendo um ambiente de confiança e abertura. Laine mostrou nesse início, um estilo de liderança colaborativa e consciente.

O projeto que Laine submeteu no edital de seleção para tutorar o PET-Inclusão, apresentava aspectos e intencionalidades bem definidas. Antes de encerrar a reunião, a tutora instigou os petianos a discutirem um pouco sobre a proposta do seu projeto com o grupo.

– Eu tenho curiosidade de saber o que já foi produzido, não só em nível de evento, de intervenção em territórios, em comunidades e localidades. Mas também o que que vocês produziram de reflexão, de publicação, sobre esse tema. Porque eu acho que é relevante a gente ter, de alguma forma, uma contribuição que some em termos também institucionais, eu digo, acadêmico mesmo. No sentido de fazer a pesquisa, elaborar, refletir, mostrar, expor. Então, quero saber de vocês, o que realizaram de pesquisas nessa temática durante esse ano? O que vocês publicaram durante esse ano? Em quais eventos vocês participaram levando essa temática?

Vinicius responde com uma pergunta ao grupo,

– Acho que a gente não tem nada né? Porque a gente sempre fala dessa dificuldade de escrever, de publicar alguma coisa, a gente ainda não fez nada do tipo.

A tutora percebe a necessidade de suporte adicional para os petianos, especificamente em relação à escrita científica. Laine sugere que, além das atividades atuais, os estudantes precisam de um curso ou acompanhamento específico para melhorar suas habilidades de escrita científica. Ressalta que essa formação é essencial e que não pode ser realizada apenas pelo tutor. Propõe que, no próximo período, haja um processo de formação focado na escrita científica, junto com a realização de um seminário, para fortalecer essa habilidade que é considerada frágil entre os estudantes. Além disso, enfatiza a importância desse compromisso para futuros desafios.

– E outra coisa que não está dentro disso, mas que vocês precisam desse suporte, é de uma pessoa que dê um curso, um acompanhamento para escrita científica. É um processo de formação que vocês precisam encarar, sabe? Porque nem tudo o tutor dá conta de fazer, né? Então minha proposta é que a gente tenha um processo de formação no próximo período junto com a realização desse seminário, junto com essa questão da escrita que para vocês é muito frágil. E aí, todos precisam ter esse compromisso, de escrever algo científico. Eu acho que é isso, construir esses recursos internos que vocês depois vão precisar enfrentar. Seja para fazer uma prova de mestrado ou um concurso público.

Hellen responde,

– Eu tenho uma dúvida, para gente organizar esse seminário, teremos um custo. Qual seria o valor final? Porque pensando em tudo que você citou, o cenário, eu acho que tem um custo bem

alto. Porque a gente já vai ter que angariar fundos para o Projeto Realizando, por conta do problema que tivemos com a verba desse ano.

Mari também comenta,

– Eu gostei muito da ideia, só que o que me preocupa é o dinheiro. Porque eu acho que antes da gente planejar o que a gente vai fazer, a gente vai ter que planejar como a gente vai ter dinheiro para fazer essas coisas. Porque que eu saiba, a gente tá zerado na frente de caixa. Então assim, a gente precisa primeiro, de alguma forma, ter uma renda.

Durante o processo de edital e seleção do novo tutor, o grupo não se atentou ao vencimento do cartão de custeio. Como resultado, o cartão venceu sem ser renovado, e os recursos de custeio enviados pelo governo não puderam ser sacados, comprometendo as atividades atuais do grupo e prejudicando o planejamento para o próximo ano. Após a fala de Mari, o grupo optou por encerrar a reunião pois já havia excedido seu tempo de duração. Portanto, a discussão ficou para sobre o orçamento virou pauta para o próximo encontro.

A reunião do PET-Inclusão com a nova tutora, Laine, trouxe várias reflexões sobre o propósito do grupo. Ao observar essa troca de tutor e olhar para os trabalhos que estavam sendo realizados, percebemos que o grupo estava construindo pouco conhecimento acadêmico em seu favor. A discussão sobre a horta na Escola Waldemar Raythe permitiu uma avaliação crítica das atividades que não estavam funcionando conforme esperado. O encontro proporcionou um momento para revisar as atividades do ano de 2023, identificar prioridades e planejar o encerramento de projetos que não agregavam mais para o grupo. A proposta de Laine, que enfatiza a produção de pesquisas e publicações científicas, pode ser uma excelente oportunidade para o grupo se desenvolver. A sugestão da tutora para que os petianos iniciem um curso ou recebam acompanhamento específico para a escrita científica é um passo importante para o crescimento curricular do grupo, além de aumentar a visibilidade e o impacto do PET-Inclusão dentro da universidade.

4.4 ELITISMO INSTITUCIONAL E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: OS DESAFIOS EM PERMANECER NO PET-INCLUSÃO

O local de reunião do grupo PET-Inclusão ganhou um endereço diferente, no dia 5 de março de 2024, ocorreu o primeiro encontro do ano. Animado para mais uma observação participante, caminhava pelo Instituto de Educação da Rural à procura da nova sala. Seguiu a passos lentos, tentando entender a ordem numérica das salas sequenciadas. Logo percebi que

teria que andar até o final do corredor. Ao chegar à sala, antes de entrar, observei pelo vazado da porta de vidro transparente, Laine conversava com outros professores, parecia haver uma reunião. Ao perceber minha presença, a tutora acena e me convida para entrar.

– Olá, Willian, bom dia! Estou finalizando essa reunião com os colegas de trabalho e já, já vamos iniciar a reunião do PET. Pode sentar, ficar à vontade e aguarda aqui mesmo. Se você quiser, tem um cafezinho ali (apontando para a cafeteira).

Aparentemente, as coisas haviam melhorado. A nova sala de reunião era mais aconchegante e confortável. Além disso, como é possível observar no diálogo acima, ela estava de volta: a cafeteira. Mais pessoas foram chegando e antes de iniciar a reunião do grupo, Laine começa a preparar uma mesa de café da manhã. Era um movimento de tentativa de aproximação da tutora com os petianos. O ambiente foi ficando acolhedor e alegre, com os petianos interagindo descontraidamente. Os benefícios dessa prática logo me vieram à mente: além de proporcionar um momento de socialização, um café da manhã em grupo pode fortalecer os laços entre colegas, melhorar o clima organizacional e aumentar a motivação e o engajamento de todos. As reuniões agora aconteceriam na coordenação do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Pelo menos até o final do ano, como relatado pela tutora.

– Vocês estão nesta sala porque estou na coordenação de curso e isso vai durar até o final desse ano. Então a gente tem aí um ano inteiro para resolver um problema que já é antigo no PET, né? Que é a gente adquirir uma sala, uma sala decente, que tenha cadeira, que tenha espaço, que tenha o mínimo de conforto.

Após o café da manhã, Laine inicia a reunião com a seguinte pauta:

– A gente precisa repensar a nossa atuação no PET. O que é a nossa atuação no PET? Ela, principalmente, é para eu me pensar dentro da universidade.

A discussão começou em torno do papel do programa na vida acadêmica dos petianos. Um ponto central da discussão foi a ideia de protagonismo no processo de formação. Da necessidade dos discentes serem mais do que alunos passivos, e serem agentes ativos e protagonistas de sua própria formação. Isso envolve reconhecer seu potencial e assumir a responsabilidade pelo próprio desenvolvimento educacional e pessoal, como ressaltado por Laine.

– Como eu estou no meu processo de desenvolvimento? Na minha formação, né? O meu processo formativo, o que que é isso? Eu não tô aqui só para ser aluno, eu sou um potencial protagonista nesse processo, nesse espaço, na minha própria formação. Ou pelo menos devo ser. E como é que é ser protagonista no seu processo formativo? É complexo.

Os desafios enfrentados pelos estudantes são variados, e cada um tem suas próprias dificuldades. A questão é, como o PET pode apoiar os participantes a superar esses obstáculos e concluir seus cursos com sucesso?

O apoio do programa deveria ser visto como um ambiente que não apenas exija resultados, mas também ofereça suporte para o crescimento pessoal e acadêmico. Embora seja necessário realizar atividades de extensão e pesquisa, os participantes deveriam entender que essas atividades devem refletir o processo de formação como um todo.

– Eu não vou ficar me humilhando com o professor porque eu preciso de pontinho para não perder a minha bolsa. Não é isso. Eu tenho dificuldades? Sim. Todos nós temos dificuldades. Claro, cada um vai ter dificuldades diferentes dos outros. Agora, como o programa pode estar me apoiando nisso? Para que eu consiga cumprir isso aqui, para que eu consiga concluir meu curso. É para isso que o PET está aqui, enquanto programa. A gente precisa fazer uma atividade de extensão, de pesquisa? Sim, precisa. Mas que isso seja reflexo de todo esse processo formativo.

Não é apenas cumprir as atividades propostas, mas integrá-las de forma significativa em seu desenvolvimento contínuo. Essa reflexão sobre a atuação no PET mostra uma compreensão profunda dos objetivos e desafios do programa. O apoio do PET é essencial para alcançar esses objetivos, proporcionando um espaço onde os estudantes possam enfrentar suas dificuldades e avançar sobre as mesmas.

– E é dentro do meu grau de possibilidades. Eu não posso alcançar? Naquele momento eu não posso. Mas se eu tenho que alcançar, eu vou trabalhar com metas em função disso. Eu não estou aqui dando plano estratégico para qualquer um ou para as pessoas, não é isso. Qual é a minha meta aqui? Eu tenho um prazo a cumprir, ou seja, o ano vai acabar independente da minha ação. O tempo vai acontecer, ou seja, o meu prazo de formar, ele vai acontecer, né? O meu prazo de estar aqui, ou eu vou ficar pedindo prorrogação de curso, ou eu vou ficar reprovando naquela disciplina que eu não consigo avançar. Que suporte me falta pra eu avançar nessa disciplina? A gente tá aqui pra isso, né? Não é para vocês afundarem em duas reprovações e saírem do PET. Por que eu estou falando isso? Porque a Mari saiu.

A petiana Mari, não retornou ao grupo após o recesso, ela foi desligada do programa por ter reprovado em duas disciplinas. A regra do programa prevê a perda da bolsa e o desligamento, como podemos observar abaixo no *Manual de Orientações Básicas do PET*.

O desligamento de um bolsista PET far-se-á por:

- conclusão, trancamento de matrícula institucional ou abandono do curso de graduação;
- desistência do bolsista;
- rendimento acadêmico insuficiente no curso de graduação;
- **acúmulo de duas reprovações após o seu ingresso no PET;**
- descumprimento das obrigações junto à Coordenação do Curso de Graduação;
- descumprimento do termo de compromisso e demais atribuições previstas no artigo 15 da Portaria 3.385, de 29 de setembro de 2005;

- prática ou envolvimento em ações não condizentes com os objetivos do PET ou com o ambiente universitário (PET, 2006, p. 20-21).

Essa foi a primeira grande problemática analisada na nossa observação participante. Para nos aprofundarmos no caso específico do desligamento da petiana Mari, utilizamos o francês Pierre Bourdieu (1930-2002) que é considerado um dos mais importantes pensadores do século XX. Sua produção intelectual, desde a década de 1960, estendeu-se por uma enorme variedade de objetos e temas de estudo. Na atualidade, seus referenciais no campo da sociologia da educação estão entre os mais citados do mundo. Pierre Bourdieu (1994) desenvolve uma abordagem teórica praxiológica, ou seja, que busca entender e explicar as estruturas e práticas sociais. Assim, tentando superar as teorias objetivistas e subjetivistas de conhecimento da vida humana em sociedade, Bourdieu integra ferramentas analíticas desse objetivismo e subjetivismo com intuito de desvendar facetas do mundo social. O social como objetividade, existe na forma de espaços estruturados, de posições determinadas, pela distribuição desigual de recursos de poder ou por formas de capital. Através dessa estrutura acontece o “duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade” (Bourdieu, 1983, p. 46-47), isso significa que os agentes sociais são socializados em ambientes e adquirem disposições para agir, pensar e sentir segundo as características daqueles ambientes.

Tendo em vista os diferenciados volumes de capital dos diferentes agentes pertencentes a UFRRJ em função das posições objetivas que ocupam no espaço social, entendemos que essas distinções estão correlacionadas com as condições de existência de cada indivíduo. Isto é, as condições objetivas da existência de uma classe dotada de alto volume de capital econômico e cultural, envolvem, por exemplo, uma alta dose de conforto material e de oportunidades educacionais para o aprendizado e saberes, socialmente valorizadas. De outro lado, agentes com baixo volume de capital econômico e cultural, tendem a condições de existência e de socialização que envolvem penúria material e restrições educacionais para o aprendizado e saberes.

Para Bourdieu (1977), o sistema educativo é o fator-chave de legitimação das estruturas sociais e das relações de classe existentes, porque se baseia em padrões e conhecimento das classes superiores. O sistema educativo, que se caracteriza por uma “atitude aparentemente neutra” (Bourdieu, 1977), reflete as relações de poder existentes na sociedade em geral e favorece as crianças familiarizadas com a cultura dominante. Sendo assim, consiste principalmente na competência linguística e cultural e naquela relação de familiaridade com a cultura que só pode ser produzida pela educação familiar quando esta “transmite a cultura dominante” (Bourdieu

1977, p. 494). Isto significa que o sistema escolar não compensa a falta de tais competências para as crianças de meios familiares menos privilegiados, que experienciam as escolas como ambientes não naturais e intimidantes. Como consequência, na visão de Bourdieu, os alunos de origem social mais baixa adaptam-se com mais dificuldade à cultura escolar, têm geralmente um desempenho escolar inferior e aspirações educativas e profissionais mais baixas. Para Bourdieu (1977) o sistema educativo é, portanto, um fator importante na manutenção das desigualdades sociais, uma vez que os alunos de famílias privilegiadas do ponto de vista educativo, financeiro e social obtêm maior sucesso escolar e profissional, reproduzindo assim os padrões de estratificação social e mantendo as posições de poder que herdaram. Sendo assim, entendemos que a reprodução social se torna duplamente garantida pela transmissão do capital da família aos filhos e pelo papel passivo de um sistema educativo que dificulta a transformação social.

Transpor e refletir esses aspectos para a educação superior no caso brasileiro poderia parecer uma alusão distante, visto que o sistema educacional tratado por Bourdieu em suas pesquisas é o da educação básica francesa. Desse modo, nossa interpretação perpassa pelo entendimento da educação superior ser uma continuação do processo educativo, tal processo capaz de ser ainda mais excludente e seletivo. Levando em consideração e compreendendo a cautela e o cuidado com rigor metodológico, decidimos correlacionar a teoria bourdieusiana com o campo universitário, especificamente, com as “atitudes aparentemente neutras” dentro da UFRRJ em relação ao PET-Inclusão.

O PET-Inclusão surge do Programa Conexões de Saberes, como já mencionado anteriormente, e depois é inserido no elitista Programa de Educação Tutorial. O fato do grupo ter sido despejado de uma sala e colocado num porão mofado abaixo do alojamento estudantil feminino diz muito sobre como a instituição enxerga esses discentes que necessitam do seu apoio para conseguir ter melhores condições em se formar. Grupo que historicamente já vem sendo discriminado e sofrendo com as desigualdades presentes na sociedade, que quando tem a oportunidade de mudar a sua realidade sofre com a dominância institucional presente nas universidades e no sistema educacional como um todo. Laine relata na reunião,

– Assim que eu entrei, a Mari saiu. Porque ela teve duas reprovações. E aquilo, sabe, foi muito ruim. E aí, cara, não é para acontecer isso dentro do PET. Se o PET é para apoiar vocês no processo formativo, por que vocês estão reprovando? Eu sei que na realidade da agronomia, muitos professores são tecnicistas, reacionários. E eu falo isso na cara deles se precisar, em qualquer conselho, tá? Porque eu já estudei com eles. Então, a gente tá aqui também para se defender dessa galera, essa galera que não quer entender o que é ser professor. Porque você

desistir de um diploma, é muito ruim. É muito ruim você desistir de um diploma por causa de uma pessoa, de um professor. E tem gente que faz. Desiste de um diploma por causa de um professor.

Bourdieu (1998a) ao tratar as formas de reprodução da desigualdade numa sociedade democrática, elucida no contexto educacional o papel que a escola acaba tendo, muitas vezes, de maneira sutil, a naturalização da educação como forma de promover a desigualdade social. Isto é, “se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato” (BOURDIEU, 1998b, p. 53). A escola é resultado de um “arbitrário cultural”. Este, sugere que os seres humanos são condicionados a certos saberes, gostos e padrões transmitidos pelo meio no qual cresceu e que todo esse aprendizado possui valores determinados dentro de uma sociedade; e aquele “consiste em erigir a cultura particular de uma determinada classe social (a “classe dominante”) em cultura universal” (CATANI; NOGUEIRA et al., 2017, p. 36). A transmissão do capital cultural começa imediatamente, na família, e é naturalmente seguida nas escolas (Bourdieu, 1992, 1998a). Professores reconhecem e recompensam, de forma sutil, a presença de capital cultural. Comunicando-se melhor com crianças que têm mais acesso ao capital cultural e considerando alunos de escolas privadas mais inteligentes ou dotados. Em contrapartida, crianças provenientes de meios familiares menos privilegiados, que estudam em escolas públicas, carecem desse acesso e, por isso, encontram-se em uma posição inferior no sistema educativo. Para Bourdieu (1997), o capital cultural só pode ser convertido em capital econômico através do sistema educativo, que confirma a posse de capital cultural sob a forma de qualificações escolares. Estas qualificações traduzem-se potencialmente em capital econômico. A convertibilidade é, portanto, a base das estratégias para assegurar a reprodução do capital ao longo do tempo (Bourdieu, 1997, p. 54). Assim, a reprodução das relações entre as classes, ou mais precisamente, a reprodução das relações de força entre as classes sociais que devem ser compreendidas também como uma luta pela capacidade de impor o sentido do mundo, isto é, como uma luta pela capacidade de impor a todos, ou a maior parte do grupo, a maneira legítima de enxergar o mundo e de se enxergar nesse mundo. Essa reprodução depende do reconhecimento pelos dominados, da legitimidade dessa dominação, ou seja, do desconhecimento pelos dominados das relações de força que fundam a percepção de que a dominação é legítima. E esse modo de pensar o problema é operacionalizado na noção que ficou bastante conhecida como violência simbólica, sendo uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do

conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2003, p. 7-8).

Nesse sentido, ao direcionamos para o ensino superior, dialogando com nosso primeiro capítulo e trazendo noções sobre violência simbólica, convido o leitor a refletir sobre uma situação comum das realidades universitárias para nos atermos ao que a pesquisa de campo nos apresentou e o que essa pesquisa visa discutir.

Para Cunha (1980), mesmo antes da criação das universidades com a estrutura que conhecemos hoje, os cursos superiores no Brasil possuíam como principal objetivo a formação cultural da elite e a preparação para cargos de prestígio no mercado de trabalho. Esse contexto inicial, marcado pela desigualdade no acesso à educação e à cultura legitimada, perpetuou-se ao longo do século XX. Como resultado, a população universitária se manteve predominantemente composta por pessoas brancas, provenientes de famílias de alta renda (acima de dez salários mínimos), com pais que passaram pelo ensino superior, em grande parte, estudaram em escolas privadas (RISTOFF, 2016).

Barros (2016) elucida que muitos estudantes brasileiros, provenientes de famílias ricas, que estudaram em colégios privados elitizados, conquistaram excelentes notas no Enem e conseguiram ingressar em universidades públicas, são geralmente indivíduos que moram em bairros com uma das melhores condições de infraestrutura e segurança de suas cidades. Eles possuem carro próprio, raramente utilizam transporte público para ir à universidade, não têm preocupações financeiras e podem se dedicar integralmente aos estudos. Esses alunos tendem a perpetuar o exercício de poder – agora impactado pela Lei de Cotas. A dedicação desse grupo elitizado para ingressar no ambiente universitário é essencial para aumentar suas chances de sucesso no mercado de trabalho após a graduação. Uma das principais formas de enriquecer seus currículos, e talvez a mais importante no contexto universitário, é por meio dos programas de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, para que esses indivíduos possam conseguir uma vaga nesses programas, é necessário que se estabeleça um crivo. A universidade busca selecionar esses indivíduos que passaram anos com suas famílias investindo capital econômico em seus estudos, mas para que isso ocorra de maneira legitimada, a estratégia utilizada pelos agentes do poder é a criação de um processo seletivo. Para que esse poder possa continuar se perpetuando, pois “a educação superior no Brasil foi desenvolvida para formar a classe dirigente na sociedade, contribuindo para a reprodução da estrutura social” (MATTOS; FERNANDES, 2022, p. 02) A universidade não pode dizer aos estudantes que vieram de escolas públicas e ingressaram através

da Lei de Cotas, e que não têm total dedicação aos estudos porque precisam trabalhar para pagar a comida, o transporte público, o aluguel e as contas de água, energia e internet, que aqueles que estudaram a vida toda em colégios privados elitizados terão mais chances de ocupar as vagas. Assim, cria-se um processo de seleção baseado na meritocracia, para que a situação de fato se torne uma situação de direito, impedindo qualquer contestação. O processo seletivo “maquiou o arbitrário do exercício do poder, portanto, no lugar de eu colocar uma ação de fato como justificadora de um exercício de poder, eu crio um mecanismo que torna essa situação de fato socialmente aceitável” (BARROS, 2016). Esse processo pode se tornar mais representativo, principalmente, em cursos mais elitizados, em que a reserva de vagas aqui defendida se torna política fundamental para permanência dos estudantes mais carentes nas universidades.

Esse exercício do poder se perpetuou por toda a história da educação superior brasileira, entretanto, impulsionada pela luta do movimento negro, essa realidade começou a ser alterada e, hoje, em números quantitativos, 50% das vagas são distribuídas para pessoas que talvez nunca pisariam em uma universidade pública se não fosse pela Lei de Cotas 12.711/2012. No entanto, entendemos que precisamos avançar, não basta apenas dar o direito a vaga, precisamos dar as mesmas oportunidades acadêmicas para cada indivíduo. Observamos que o grupo PET-Inclusão teve um grande amadurecimento com a ideia de reservar 50% das vagas do grupo para estudantes cotistas, demonstrou o reconhecimento de si mesmo, das suas dificuldades acadêmicas e dos benefícios que o programa proporciona aos seus semelhantes.

Olhando para o caso da Mari, percebemos o despreparo institucional e sistêmico ao tomar uma decisão que mais prejudica do que ajuda a aluna em seu processo formativo. Eu como pesquisador, pude acompanhar e observar o quanto a presença da Mari era importante para o grupo, o quanto o PET-Inclusão era importante para o processo formativo dessa graduanda. Mari nos conta em entrevista que,

– A minha primeira reprovação na Rural tinha sido de Química Geral e eu fiz Química Geral três vezes, eu reprovei duas no caso, né? E assim, na segunda vez que eu reprovei, eu sabia toda a matéria, eu não aguentava mais só ter que fazer aquilo, dá realmente muita vontade de ir embora da universidade. Então as vezes não é só culpa do aluno, é culpa do professor que é ruim mesmo. As reprovações que me tiraram do grupo, foi Química Analítica e Química Analítica Experimental, essas já são duas disciplinas consideradas bem difíceis no curso, que realmente nem todos os professores são lá muito, muito bons, e também não são empáticos. Já tem uma taxa alta de reprovação, assim, inicialmente eu acho que faltou estratégia da minha parte, né? Mas também aconteceram muitas coisas durante o período pra mim, particularmente, que acabaram talvez mexendo comigo e eu não consegui dar continuidade ao período.

Nós não estamos aqui defendendo uma “vista grossa” para esses casos de reprovação, mas estamos defendendo um olhar direcionado para esses alunos que acabam reprovando. Um olhar que busca entender as nuances por trás de uma reprovação e, por seguinte, uma avaliação do programa juntamente com o institucional para decidir pelo desligamento ou não desse aluno. Acreditamos que o desligamento de um aluno apenas para o cumprimento de uma orientação antiga, que parece desconhecer as mudanças que a Lei de Cotas proporcionou dentro das universidades, não é a melhor escolha para ambos os lados, muito menos em um programa criado com intuito de acolher alunos de origem popular.

Como visto anteriormente, em 2011, o programa dos grupos PET incorporou o universo do Conexão de Saberes. Essa foi uma decisão do governo, que optou por extinguir o Conexão de Saberes e integrar seus objetivos aos grupos PET. No entanto, essa mudança trouxe um problema significativo. Os grupos PET sempre se destacaram por promover a excelência acadêmica, selecionando estudantes de alta capacidade e qualificação em termos de pesquisa e ensino. Eram grupos compostos por alunos com os melhores índices de rendimento acadêmico. Por outro lado, o Conexão de Saberes tinha um foco diferente, atendendo estudantes com dificuldades de permanência na universidade. Muitos desses estudantes, que não tinham o privilégio de se dedicar exclusivamente aos estudos, precisavam dividir seu tempo entre estudo e trabalho. O programa, portanto, remunerava os estudantes carentes, proporcionando a eles a possibilidade de se dedicarem exclusivamente aos estudos, sem precisar conciliar com o trabalho. Quando os dois programas foram combinados, surgiu um grande desafio. Resgatamos o Edital do Conexão de Saberes de 2007, da Universidade Federal do Tocantins, para ilustrar e representar o que esses documentos buscavam alcançar, com a intenção de discutir e entender como o programa era desenvolvido e quais eram seus objetivos.

[...] o objetivo é somar esforços na construção e implementação de políticas públicas baseadas no diálogo e na troca de saberes permanente entre comunidades de baixa renda, escolas e universidades, voltadas, principalmente, para a democratização do acesso e da permanência, com sucesso, nos diferentes níveis do sistema de ensino público. Nesse sentido, o Programa Conexões de Saberes passa a incorporar como um de seus objetivos específicos a necessidade de envolver o sistema de educação básica, em geral, e a escola pública, em particular, como espaços privilegiados para o desenvolvimento de estratégias de articulação entre universidade e comunidades populares. Foram escolhidos os eixos transversais para as oficinas nas escolas: Leituração, Direitos Humanos e Educação Ambiental, como demanda das comunidades de entorno e das comunidades escolares (UFT, 2007, p. 02).

O Conexões de Saberes agia dentro de escolas da educação básica por meio da parceria com Programa Escola Aberta. O objetivo geral dessa aliança era “reforçar o desenvolvimento de projetos de extensão-ensino-pesquisa que promovam o encontro e a troca de saberes e fazeres entre as comunidades populares e a universidade, a partir da articulação estabelecida entre esses territórios sociais com a escola pública” (UFT, 2007, p. 02). Dentre os objetivos específicos, o intuito era:

- Ampliar a inserção dos estudantes universitários de origem popular em comunidades de baixa renda, através da promoção de ações de educação, direitos humanos, arte e cultura junto às escolas localizadas em espaços populares;
- Contribuir para a valorização da Educação Básica e da escola pública como espaço de formação intelectual e de universalização de direitos;
- Fortalecer a democratização do acesso na educação básica e contribuir para a permanência com qualidade nesse nível de ensino de estudantes de origem popular;
- Contribuir para a construção de relações identitárias entre a comunidade e a escola para uma efetiva parceria entre esses dois territórios sociais;
- Estimular estratégias de articulação entre os diferentes atores envolvidos nas ações educativas implementadas nas escolas públicas de espaços populares (UFT, 2007, p. 02).

Não é a primeira vez que o programa enfrenta desligamentos de alunos. Um detalhe importante a ser observado é que a grande maioria dos desligados eram das engenharias, em disciplinas de exatas, que apresentavam altas taxas de reprovação. Chico, antigo tutor, nos contou em entrevista que,

Em minha opinião, essa integração foi problemática. E isso aconteceu comigo. Isso aconteceu no ano, Willian, no ano que você estava entrando. Então esses petianos antes de 2019, lá em 2018 por aí, eu perdi basicamente 10 bolsistas de uma tacada só. Todos eles tiveram problemas com disciplinas, tiveram mais de uma reprovação, reprovaram em duas ou mais, e aí acabou. Eu não tive apelação pra ninguém, eu não tive como justificar pra ninguém, eu não tive como argumentar com ninguém. Simplesmente o programa liquidou esses 10 bolsistas no momento que eles mais precisavam da bolsa para continuar. Então isso é um absurdo, foi uma contradição absurda. Ninguém me ajudou, todo mundo dizia, “são as regras do programa” e acabou. Eles simplesmente liquidaram pela regra, e dane-se aqueles alunos com dificuldades. Então esse é um dos grandes absurdos (Ex-tutor do PET-Inclusão/UFRRJ, 2024).

Mostramos ainda a pouco as regras do PET, em que o programa prevê a perda da bolsa e o desligamento em caso de duas reprovações em disciplinas. Essa regra pode gerar inúmeras interpretações sobre sua natureza. Entendemos que o PET foi criado em 1979 sobre um contexto elitistas, em que o acesso à educação superior era restrito a uma pequena parcela da população. Essa realidade começou a ser alterada no início dos anos 2000, quando as oportunidades de

acesso ao ensino superior passaram a alcançar os mais pobres. O programa Conexões de Saberes assumia a responsabilidade de integrar e preparar esse novo público as responsabilidades acadêmicas. Idealizado e surgido na periferia para a periferia, suas regras encaravam as necessidades conforme as especificidades dos estudantes carentes. O Conexões de Saberes não concentrava seus esforços nos critérios meritocráticos que tendem a perpetuar a manutenção de um sistema elitista. Em que a aptidão cobrada, em grande parte, é determinada por questões de oportunidades e privilégios. Os critérios do programa que surgiu da periferia não determinavam a exclusão dos graduandos por reprovações, como posto abaixo:

- 9.1. Dedicar uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais para o PCS na Escola Aberta;
- 9.2. Participar dos cursos de qualificação e capacitação oferecidos pelo programa;
- 9.3. Participar ativamente das atividades especificadas pelo PCS na Escola Aberta;
- 9.4. Atuar nas escolas nos finais de semana com oficinas e ações de pesquisa e/ou extensão demandas pela escola; A média para cada bolsista será o atendimento de 02 a 03 escolas por final de semana, equivalendo a uma carga horária de no mínimo 08 h e no máximo 12h por final de semana, sendo completadas às 20h, estabelecidas pelo edital, com horário de preparação das oficinas, participação em cursos de formação/capacitação e reuniões de trabalho;
- 9.5. Elaborar produtos (depoimentos, relatórios, artigos, etc.) a partir de suas experiências no PCS na Escola Aberta;
- 9.6. Ter bom rendimento escolar e não efetuar trancamentos (totais) durante o período de vigência da bolsa;
- 9.7. Não possuir outros tipos de bolsa – da CAPES, do CNPq, da UFT ou de quaisquer outras instituições de fomento à pesquisa e/ou extensão;
- 9.8. Não possuir vínculo empregatício de qualquer natureza (UFT, 2007, p. 07).

A integração que Chico aponta como problemática, desconfigurou o propósito de um programa que seguia ganhando força e já estava presente em cinco universidades federais, com potencial enorme de contribuir para o avanço das mudanças no ensino superior público e desbancar o caráter elitista institucional. Entretanto, a consolidação da construção imediata de parte de um corpo docente periférico, pensante e crítico, era uma ameaça aos privilégios daqueles que sempre foram privilegiados. Acreditamos que a decisão do MEC em incorporar o Conexões de Saberes ao PET, reforçou aspectos meritocráticos, podou pensamentos e mostrou como ocorre a sutil violência simbólica.

Dando prosseguimento à reunião do dia 5 de março, a tutora continua falando sobre a importância dos petianos assumirem o protagonismo de sua própria formação, contando com o

apoio do PET para isso. Ela destaca que cada discente tem realidades, limites e potencialidades diferentes, e que o programa com seu viés de inclusão deve respeitar e apoiar essa diversidade.

– Então, o que é que a gente precisa fazer enquanto estudante, para eu ser protagonista da minha própria formação e o PET me apoiar nisso? É isso que eu quero que vocês pensem, entendeu? Porque a realidade e os limites e as potencialidades de cada um, são diferentes, né? Já que a gente trabalha pelo viés da inclusão, é sempre esse norte. Da gente perceber que somos diferentes, somos diversos, e a gente vai ter que aprender a conviver com isso. Eu quero apoiar vocês naquilo que vocês decidirem, mas dentro desse princípio de que vocês precisam alcançar uma excelência dentro da realidade de vocês. Para vocês cursarem isso aqui, para ser agradável, para ser pelo menos justo.

O grupo estava passando por um momento de baixa publicação, acabaram se concentrando excessivamente nos projetos sociais e negligenciando os aspectos de produção acadêmica. O que não era adequado acontecer, pois, para a instituição, o sucesso do programa se reflete nas publicações. E esse era um ponto sempre levantado, não apenas agora, mas desde quando este pesquisador fez parte do programa. Essa preocupação não era infundada, havia outros motivos implícitos. Todos sabiam que, em caso de uma crise política com cortes de gastos, eles seriam os primeiros a serem afetados. O programa Conexões de Saberes havia passado por uma situação semelhante, refletindo um padrão histórico que, infelizmente, tende a se repetir. Laine, ao entrar no programa, percebeu essa carência logo no primeiro encontro e decidiu direcionar o grupo por esse caminho.

– Vamos olhar mais para a gente, para as nossas necessidades. Como muita gente falou que tem dificuldade de escrever e tem a necessidade de fazer um trabalho de final de curso, uma monografia e tudo mais. Então, a gente vai focar nisso, nessa dificuldade. A gente não vai ficar, gente, se defendendo, lutando contra, disputando poder sobre alguma coisa porque a gente tem uma dificuldade e não quer se abrir para resolvê-la, tá? É muito simples. É só falar assim, “eu tenho um problema e preciso que o grupo olhe para isso”. Porque quando um dentro do grupo tem um problema, geralmente ele não está sozinho. As vezes é igual na família, uma pessoa tá tendo uma dificuldade que tá permeando a todos, mas a pessoa não se manifesta. Então, eu faço essa leitura muito nessa lógica sistêmica, no sentido de que muita gente reclamou porque não publicou, porque não escreveu. E se a gente não faz algo é porque a gente tem dificuldade de fazer aquilo. Então, vamos olhar pra isso? Vamos olhar pra essa dificuldade? E aí, não tem culpado. Não tem culpado, não tem nenhum problema a respeito disso. É o que é, e só. Vamos olhar e vamos fazer. Então, a gente decidiu fazer o quê? Um curso de escrita acadêmica.

Após essa fala, Laine decide fazer uma rodada de apresentação com o grupo, lembrando que este era o segundo encontro da tutora com o grupo e o primeiro do ano de 2024. Esse é um ótimo momento para conhecermos melhor mais alguns integrantes do grupo.

– Bom dia, meu nome é Fernanda, não sou bolsista no PET, curso história, sou bolsista de iniciação científica e continuo aqui no PET porque gosto das atividades que o grupo realiza e

também gosto da escrita. Acho que pra mim não vai ser um problema o grupo avançar os estudos nessa área.

– Bom dia, meu nome é Maria, todo mundo já me conhece, sou bolsista ampla concorrência do PET, faço agronomia, gosto de escrever, mas não sou igual o pessoal das licenciaturas né? O PET resolver trabalhar com esse viés da escrita vai ser muito importante para mim, até porque eu comecei a escrever TCC e essa abordagem do PET com a escrita vai contribuir para meu desenvolvimento acadêmico agora nesta reta final.

– Eu sou Madu, não sou bolsista no PET, estou no quinto período de Ciências Sociais, eu também faço PIBID, já vai fazer 1 ano e 4 meses. Também gosto de escrever e não acho que o curso de escrita será um problema para mim, acredito que contribuirá para minha formação aqui na Rural.

– Meu nome é Hellen, eu sou de Ciências Sociais, estou no oitavo período, sou bolsista PET e entrei pela modalidade de cotas. Quando eu conheci o PET foi meio que um amor à primeira vista, achei que o programa tinha muito a ver com o que eu queria tá fazendo dentro da universidade e também fora dela. Eu gostei muito de trabalhar com o Projeto Realizando e o fato da gente se afastar um pouco dessas atividades de extensão que estávamos realizando vai deixar um pouco de saudades, mas eu entendo que esse afastamento é importante para podemos desenvolver outras habilidades que a academia nos cobra. Por mais que a gente estivesse naquela sala, acho que tivemos tantos trabalhos no ano passado que a gente quase que esqueceu o quanto era horrível ficar naquela sala. Mas eu espero que a gente não deixe de trabalhar em algum momento do ano com o Projeto Realizando e que a gente possa finalmente começar a escrever sobre as coisas que a gente produziu. Por mais difícil que possa parecer, eu acho que a gente tem essa capacidade de produção textual e tô bem animada.

– Bom dia! Meu nome é Carol, estou no oitavo período de agronomia. Eu não sei muito o que falar porque eu entrei no PET em setembro do ano passado e só consegui participar do projeto de dia das crianças e amei.

– Oi gente, meu nome é Laís, entrei pela modalidade ampla concorrência no PET, faço licenciatura em Belas Artes, e também faço estágio com educação infantil. Gostei muito de participar das ações sociais a qual o grupo estava inserido, sou quase uma peça coringa no grupo né? Porque faço de tudo um pouquinho. Porém, tenho uma dificuldade muito grande em escrever.

– Olá gente, eu sou Lena, faço Licenciatura em Educação do Campo, entrei por ampla concorrência no PET. Assim, o PET ele tem sido muito importante, depois que eu entrei no programa a minha jornada acadêmica deu uma virada, sabe? Dentro de mim, pessoalmente falando, porque Seropédica é o meu território né? Eu nasci e fui criada aqui e eu vi que eu não conhecia de verdade o meu território. Confesso que entrei no PET não esperando muita coisa, mas gostei muito. Ano passado foi um ano bem intenso pra gente né? Para o grupo, porque a gente trabalhou bastante. Eu gostei disso, eu gosto disso, eu me identifiquei. E ainda mais trabalhar com pessoa com vulnerabilidade socioeconômica dentro do meu território, algo que eu desconhecia. Então foi muito importante para mim, é muito importante. Eu sei que o que já foi conversado aqui, o que a tutora propôs, da gente olhar mais para nossa escrita, de olhar para nossa formação acadêmica e de como a gente se posiciona na universidade, se estamos sendo protagonistas mesmo da nossa formação acadêmica ou se só estamos sendo empurrados e levando com a barriga, né? Então esse olhar para a escrita vai ser muito importante,

importante para mim que estou formando, para outras pessoas que estão no percurso e também para quem está iniciando.

– Eu me chamo Ane, estou no nono período, terminando Biologia e entrei pela modalidade de cotas no PET. Acredito que esse trabalho que vamos desenvolver agora com a escrita vai me ajudar muito, porque agora vou começar a escrever monografia. Confesso que não gosto muito de escrever, mas eu sei que é importante.

– Bom dia! Meu nome é Vinicius, sou de Licenciatura em Educação do Campo, estou no décimo primeiro período e entrei no PET pela modalidade de cotas. E o que me motivou a entrar para o PET foi a bolsa, na época 400 reais. Eu acho muito legal a gente ir para essa parte da escrita, fizemos tanta coisa pratica né? Então ter esse aprendizado agora com a escrita vai me ajudar bastante a escrever a monografia.

– Meu nome é Aline, também faço Licenciatura em Educação do Campo, entrei pela modalidade de cotas. O que me encantou no PET foi esse viés social, de trabalhar com o coletivo, trabalhar com as pessoas daqui de Seropédica, pessoas que a gente não conhecia, num território que a gente não conhecia, porque a gente não sabia quem era o morador de Seropédica. Porque Seropédica é um lugar tão deslocado que as pessoas que estudam aqui não conhecem Seropédica. E isso é problemático, né? A gente tem muitas questões problemáticas nesse espaço. E o que me fez continuar ainda no grupo, com certeza foi a bolsa, mas depois da bolsa é o meu questionamento em relação às pesquisas, né? É o cumprimento da extensão, porque na época da pandemia, a gente estava lutando para publicar artigo, porque a gente tinha que ter registros que o PET estava funcionando. Então, era uma pressão do governo ter registros de que, de fato, a gente estava fazendo alguma coisa. Depois da pandemia, o que houve? A gente trabalhou muito com projetos sociais, que foi o Projeto Realizando, que foi esse projeto de arrecadar alimentos, teve esse projeto das escolas, que também foi muito legal de entregar o material escolar para as crianças, foi bem legal. Então, a gente trabalhou muito em 2023, muito mesmo. Em 2024, a gente já está com essa pegada agora acadêmica, que é uma necessidade muito grande para o grupo. E eu estou com uma expectativa muito grande de escrever, porque como eu estou na reta final e eu quero muito formar, de ter esses registros, de artigo, de publicação científica, porque na época, quando eu entrei no curso de educação do campo, o viés já era acadêmico, já era pressão para publicar, já era pressão para divulgar artigo, essas coisas. Então, com esse resgate que o PET vai tentar trabalhar agora, para mim faz todo sentido. Só que como a gente carece de escrita, a gente precisa de quem nos oriente, né? Como é que a gente vai escrever sem ter alguém para orientar? E acho que essa é a dificuldade muito do grupo que já foi colocada e o meu interesse é continuar no PET para produzir, para continuar fazendo parte das atividades e avançando na parte acadêmica.

– Oi, bom dia! Eu me chamo Diego, sou da LEC também, tô em algum período também, eu realmente não lembro qual é o meu período agora, mas é algo depois do décimo. Entrei também por conta da bolsa, obviamente, porque eu não sabia muito bem como que era o PET. Eu pensava de início que era algo mais voltado para trabalhar com pessoas com deficiência e tudo mais e depois percebi que não. E foi algo muito interessante assim de se iniciar, acho que essa quebra de expectativa também me mostrou um horizonte de possibilidades para inclusão. Não gosto de escrever, mas escrevo. Eu sou mais da prática de pegar e fazer, tipo arroz de festa, que vai fazendo tudo. E acho que vai ser um momento interessante para a gente conseguir desenvolver isso, porque é necessário. Tem que fazer monografia, tem que fazer um monte de coisa, e é realmente necessário pegar e desenvolver coisas grandiosas assim, eu tenho mais dificuldade, eu gosto de escrever pouco. Então vai ser interessante, acho que vai ser interessante, eu não tô criando expectativas, mas estou animado.

Diego foi o último a se apresentar. Ao perceber falas recorrentes dos petianos em relação a bolsa, peço autorização da tutora para direcionar uma pergunta ao grupo. Essa era a primeira grande interferência deste pesquisador no desenvolvimento da reunião. O intuito era refletir sobre a importância da bolsa para o prosseguimento da graduação.

– *Mais alguém veio para o PET pensando na bolsa, nesse dinheiro da bolsa?*

As respostas foram em coro afirmativo. Hellen já emenda relatando sua experiência e os desafios enfrentados para se manter na universidade. Destaca a importância da bolsa de estudos, que é fundamental para sua permanência no curso, devido à necessidade de contribuir financeiramente em casa. Hellen menciona sobre as dificuldades de conciliar estudos com as demandas financeiras, a insatisfação com a estrutura oferecida pela universidade (como o restaurante universitário e o transporte), e a importância da bolsa do programa PET que permite sua continuidade nos estudos. A petiana também comenta sobre sua trajetória antes de ingressar na universidade, incluindo a decisão de não estudar em outra instituição por questões financeiras e o impacto positivo de políticas governamentais, como o aumento da bolsa.

– *Eu vim. Eu vim pela bolsa porque era minha permanência aqui. Assim acho que depois de uma certa idade, não posso falar por todos né? Obviamente, mas depois de uma certa idade você sente muito, assim, inútil. Quando você não trabalha, assim pela minha idade e vindo de muitos anos já no mercado de trabalho, decidir estudar e perceber que diferente do que a universidade dizia que o curso era vespertino e descobri que não, que eu ia passar o período integralmente aqui dentro, foi complicado, muito complicado. E aí, de alguma forma, eu acho que talvez algumas pessoas me entendam, eu precisava continuar contribuindo dentro de casa. Então, assim, eu não podia me dar o luxo de só estudar. Para me manter aqui dentro sem a bolsa seria bem complicado, eu entrei pelo Sisu eu tenho a bolsa de passagem, de alimentação, porém a gente sabe que não se resume a isso. Assim, tinha dias que a gente precisava complementar passagem, meus pais não podiam fazer esse complemento, e a passagem só aumenta e o ônibus só piora. Daí tem pessoas que falam assim, “mas você tem acesso à bandeirão”, então eu só vou almoçar? Porque para eu chegar as 9h da manhã aqui, eu não pego o café da manhã aqui. Então, eu preciso trazer algo para eu comer para segurar até o almoço. Aí tem o almoço, o bandeirão vai de mal a pior. Seja a comida, seja a questão da fila. E aí também tem a questão das disciplinas, por exemplo, agora eu montei minha grade na quarta-feira para ficar de manhã até a noite na universidade. Isso para poder tentar cortar matérias para o período que vem eu me dedicar mais ainda a monografia. Então assim, isso tudo tem uma demanda, lá em casa meus pais não usam internet, eu que tenho que custear. Enfim, tudo isso é custo, eu não posso contar com meus pais nesse sentido financeiro. Então antes do PET eu era aquela aluna que vendia bolo aqui na universidade, então eu vim para o PET por conta da bolsa e é essa bolsa que me faz permanecer na universidade. Então, se eu não estivesse com essa bolsa, provavelmente eu estaria trabalhando e fora da universidade. Porque eu já tinha aberto mão anteriormente. Eu passei em 2020, antes de passar para a Rural, eu passei para PUC Rio. Fiz a inscrição, fiz tudo, mas eu tinha plena consciência de que eu não tinha como me manter na Gávea, morando na Baixada. Quem que ia custear minha passagem? O governo estava aquele caos, não tinha nenhuma perspectiva de bolsa, de auxílio ou permanência na PUC como tinha anteriormente. A Educafro não estava conseguindo manter o auxílio que ela oferecia para alunos que viam do projeto, né?*

Então, assim, eu já tinha aberto mão da PUC para estar aqui, de certa forma, né? Porque, na verdade, a Rural sempre foi o meu maior sonho, mas, assim, estudar na PUC também seria muito bom. Para o meu curso, na verdade, seria até melhor do que aqui na Rural. Para outros cursos, não. Talvez quem for de agronomia, de med-vet. Mas para o meu curso, a PUC seria uma melhor opção. Minha família sabia disso. Mas eu não tinha como me manter lá. Eu abri mão, porque aqui eu seria SISU. Por mais que você entenda, tipo assim, que você tem direito a bolsa de passagem, que você tem direito à alimentação, isso não supre todas as suas necessidades. Então você começa a buscar outros meios. E a bolsa do PET foi esse meio. Fiquei muito feliz, por exemplo, quando o tio Lula entrou, graças a Deus, porque ele aumentou a bolsa. E se ele não tivesse aumentado a bolsa, eu não teria hoje um computador para escrever minha monografia. Assim, fatos, gente. Contra fatos, não tem argumentos. Essa é a realidade minha. Eu acredito que de outras pessoas aqui dentro também, né?

Como ainda não havia atingido o objetivo da minha pergunta, que era saber se alguém estaria ali simplesmente pelo fato de querer avançar academicamente, pensando exclusivamente no currículo independente da bolsa, faço outra interrupção e reformulo a minha pergunta.

– Alguém aqui veio para o PET sem pensar na bolsa, pensando academicamente no currículo?

Maria responde,

– Então, pode ser pelas duas coisas? Quando eu entrei no PET, eu vim também pela bolsa até porque eu não tinha dinheiro para me manter na universidade. Mas na época, o grupo tinha aquele projeto de empreendedorismo social junto aos agricultores orgânicos de Seropédica, foi um projeto que me chamou muita atenção, que era do pessoal de economia junto com a galera de agronomia. Então isso me chamou muito atenção, quem é de agronomia sabe que lá as coisas são bem acadêmicas, tudo é voltado para publicação de artigo e tudo mais. Só que quando eu entrei, eu queria essa experiência mais prática, a vivência do campo em si. Mas acabou que a gente teve aquele problema, vários desligamentos por reprovação em disciplinas, né? O pessoal que era responsável por esse projeto saiu do PET e acabou que eu fui a única interessada em tocar esse projeto dentre aqueles novos petianos que entraram junto comigo. E eu não tinha experiência alguma, então foi algo que se perdeu. Então a bolsa passou a ser meu maior motivo para estar aqui no grupo, para continuar estudando e conseguir concluir meu curso.

Laís também responde,

– O meu caso também foi unir o útil ao agradável. E para eu falar desse ponto, eu vou ter que explicar brevemente a minha trajetória para chegar na universidade. Meus pais quase não estudaram, possuem ensino fundamental incompleto. Minha mãe veio da roça lá do Espírito Santo e meu pai sempre morou em Inhoaíba aqui mesmo no Rio, em Campo Grande. Quando eu vim para universidade meu pai trabalhava como barbeiro, meu pai naquela época cortava cabelo dos bandidos, né? E ele que me ajudou a me manter no primeiro período aqui na universidade, depois eu comecei a trabalhar, com 19 anos mais ou menos, comecei a trabalhar numa escola. Entrei na escola achando que seria uma estagiária, mas na verdade me colocaram como professora de educação infantil. Esse trabalho me traumatizou muito, primeiramente porque eu não tinha formação suficiente para ser professora, e também porque presenciei um caso muito complicado nesse ambiente, em que eu me senti mais impotente do que eu já me sentia. O que sempre me motivou era querer um dia poder dar uma condição melhor para minha família. Acabei não aguentando trabalhar mais na escola e fui trabalhar num bar, no período noturno.

O ponto é que eu estava totalmente traumatizada, eu não queria fazer estágio, não conseguia, não tinha força para fazer estágio por conta desse meu trauma lá na escola. Eu contei isso para uma amiga, disse que estava prestes a largar a universidade e ela me falou sobre o PET, que eu conseguiria eliminar o estágio com as atividades desenvolvidas pelo PET. Então, esse foi o motivo para eu ter vindo parar no PET, mas eu não sabia que esse programa seria tão importante para mim. Depois de ter feito todos esses trabalhos, lidando com criança, lidando com o social e dentro de diversas áreas aqui, eu consegui me tratar ao ponto de hoje fazer estágio numa escola, de hoje lidar com problemas muito semelhantes com aquele trauma do passado. Então, essa foi a importância. A importância para minha formação acadêmica, né? Já que eu tô me formando para ser uma professora de artes.

Depois que a Laís termina sua fala, eu agradeço pela contribuição e peço desculpas a tutora pelo desvio da reunião. Em resposta, Laine expõe,

– Eu acho que não foi desvio não. Eu acho que tudo que vem, precisa ser olhado. Eu acho que essa reflexão é gratificante, eu acho que vai ser nutritivo para o grupo que ela continue permanecendo nas nossas reuniões. Eu acho que todo mundo que falou, o pouco que falou, a Laís foi um pouco mais concentrada na narrativa dela, é um ganho não só para pesquisa do Willian. É um ganho para quem tá aqui, um ganho sobretudo para ela se olhar, né? A pesquisa nada mais é do que refletir. Pesquisar nada mais é do que refletir com algumas regrinhas, alguns parâmetros. Vocês mesmos já estão apontando o que vão pesquisar, o que podem pesquisar. É por isso que eu acho que o grupo se direciona. Quando ele vai percebendo os sinais, né? É tipo o nosso corpo. Eu tô com dor de cabeça, a dor de cabeça não apareceu do nada. Ela é uma consequência. Ela é um sintoma. Certo? E aí ela tem que ser cuidada dentro dessa perspectiva. Se não, ela vai gerar coisas piores. Aí vai só aumentando o grau do problema. Então, se a gente olha para o grupo hoje e percebe que a gente tem que olhar para a gente, para o nosso fazer, para a nossa existência dentro da universidade, dentro desse grupo, é isso que a gente tem que fazer. Que bom que vocês tiveram experiências, acho maravilhoso. E continuem com essas experiências, a gente não tá aqui para podar ninguém no campo dessas experiências, né? Vamos fazer? Vamos fazer. Espera aí, ela está dentro de um quadro reflexivo? Ela está dentro de uma proposta de algo que foi discutido amplamente entre nós? Tá, ok. Se está só no campo do fazer, a gente ainda está reproduzindo um padrão que a gente viu que não sustenta o grupo. Porque a gente olha muito para a concepção do grupo. Então, como o grupo parece estar um pouco descolado, desconectado. E agora a gente está vendo qual a razão de estar em grupo, os motivos de estar em grupo. E aí, Thaís, você já tem um conteúdo que você pode trabalhar em cima dele. Quem quiser olhar para o seu próprio conteúdo. Porque, no fundo, a gente não precisa de um curso de escrita acadêmica. Gente, isso daí é só uma evidência que vai estar no sistema, que vai estar entre nós, que a gente vai fazer. No fundo, a gente vai criar conteúdo. Eu não quero que vocês só escrevam artigos. É muito pobre. É algo muito pobre. Você pode fazer? Pode. Mas é algo que está para além. Essas experiências, a experiência de cada um aqui. Está para além de um artigo. Às vezes está para uma publicação mesmo, mais densa, né? Ou está para criar um algo que não foi criado ainda, um material didático, um recurso, sei lá. A gente está dando o aspecto da escrita acadêmica para lançar uma âncora. A escrita acadêmica exige o quê? Reflexão, ela exige estudo, exige retorno para si, para se olhar e se ver, e olhar para o que é possível fazer. Eu acho que se vocês tiveram uma ótima experiência, por que não se juntar e escrever sobre aquela atividade? Seria interessante? Então, vamos fazer. Para onde a gente vai fazer? Porque tudo tem um destino, tudo tem algo que precisa ser feito dentro de um fluxo. E aí, eu acho que a gente está aqui para ver nesse leque maior. Mas é claro que a gente tem que ancorar aqui, um curso de escrita acadêmica. O que não vai ser válido é uns fazer e outros

ficarem no conforto de não fazer. Porque às vezes essa zona de conforto, ela nos gera esses desníveis. E é por isso que eu sou muito preocupada com a questão da desigualdade dentro do grupo. O que é isso? A gente pode ter diversidade. Agora, a desigualdade é outra coisa. A desigualdade é, um tem leitura numa coisa que precisa ter, o outro não tem nada. Espera aí, isso é desigual. Se precisa ter, a gente vai ter que democratizar essa linguagem, ou esse código. Então, a gente tem que, aqui, compartilhar de códigos num mesmo nível. Por isso que eu estou focando muito na questão da escrita acadêmica.

A reunião se estendeu e foram discutidas questões fundamentais para a participação e permanência dos membros no programa. Abordaram sobre a necessidade de regras sobre a frequência dos membros nas reuniões e de um número máximo de faltas. A tutora tentava estabelecer um compromisso positivo com a presença, para assegurar a participação ativa dos integrantes no desenvolvimento das atividades do grupo.

O grupo também discutiu sobre o curso de escrita acadêmica, decidiram por realizar de forma online, oferecido pela UFMS. Com o curso, o grupo poderia melhorar as habilidades de escrita e ajudar na produção de diversos tipos de conteúdo acadêmico, como monografias, artigos e publicações para redes sociais do PET-Inclusão.

Outro ponto importante da reunião foi a reflexão sobre a realização de um seminário, o intuito era dialogar com outros grupos PET e com a comunidade acadêmica, além de convidar estudantes da rede básica. Foram estabelecidos também, desafios e metas, como a criação e atualização do currículo Lattes. A tutora explicou sobre a importância de ter o currículo atualizado com suas atividades acadêmicas e profissionais, para futuras oportunidades, como mestrados e concursos públicos. Chegamos ao fim de mais um dia imerso ao campo com a tutora reforçando sobre a importância da organização e o planejamento das atividades do grupo, assegurando que todos estejam cientes do progresso e das responsabilidades compartilhadas. Sendo assim, houve uma ênfase na necessidade de manter registros e comprovações das atividades realizadas, bem como na elaboração e manutenção de atas das reuniões.

4.5 GERANDO NOVAS PERSPECTIVAS: ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DO SEMINÁRIO

Na manhã do dia 19 de março de 2024, enquanto caminhava pelos corredores do Instituto de Educação da Rural para mais uma reunião, encontrei o petiano Diego, um jovem alegre e simpático. Com um sorriso no rosto, ele me abordou e, brincando, fez a seguinte pergunta:

– *Você não fica anotando aquelas bobeiças que a gente fala não, né?*

Diego foi o primeiro de sua família a cursar o ensino superior numa universidade federal. Nos contou em entrevista que tomou essa decisão por conta própria, sem que sua família soubesse ou o incentivasse.

O impacto de entrar numa universidade foi muito grande, por eu ser o primeiro da minha família estar em um espaço desse e por eu ter ido por conta própria, digamos assim, não foi algo que a minha família falou que eu tinha que fazer, não foi algo que a minha família sabia que eu estava fazendo, eu simplesmente me inscrevi no vestibular, fiz, acho que eu fiz umas duas ou três vezes até conseguir entrar e entrei. E aí quando eu falei, tipo, a minha mãe sabia que eu estava passando por esse processo, mas ela não estava acompanhando muito de perto, porque eu não queria criar nela essa expectativa de que eu iria entrar e depois acabar não conseguindo entrar, sabe? Então, tentei organizar de uma forma que, quando desse certo, eu realmente falasse, de fato, com ela sobre isso. Minha mãe se emocionou muito quando ela soube da minha aprovação, ela não sabia muito bem como funciona a universidade, mas ela sabe que tem uma importância, sabe que tem um peso na vida de pessoas como eu e hoje em dia ela já sabe mais como funciona a universidade.

Perguntei para o petiano o que ele queria dizer quando disse “pessoas como eu”. Diego me respondeu “pessoas como eu, preta, gay, LGBT, da periferia, que vem de uma família que não foi ensinada a sonhar, que não foi ensinada a ter uma visão de futuro, que não foi ensinada a construir objetivos”. Perguntei também como estava sendo a sua adaptação na universidade, em resposta:

Para mim, o espaço da universidade foi muito difícil, eu não achei tranquilo. Porque é um outro ambiente, eu tinha saído do ensino médio, estava fazendo ensino técnico ainda e é um outro ambiente, uma outra linguagem. É outra forma de se ver o mundo, são termos muito difíceis assim, né? A universidade é muito grande, o campus é muito grande, então, o meu curso, ele tem essa dificuldade de ter um espaço próprio, assim, tem ali o IE, mas tinha aula que era no Dutra, outras no PAT, as aulas eram assim, bem espalhadas, e até eu entender onde era cada espaço, até eu entender o que significava cada sigla, eu não sabia o que era ICHS, eu não sabia o que era IE, eu não sabia o que era PAT, aí eu fui aprendendo, até conseguir entender de fato como que funcionava ali, aquele espaço. Então, não foi fácil, não foi tranquilo, não tinha alguém que

segurava na minha mão. Era algo que a gente ia aprendendo mais com o tempo mesmo.

Além disso, Diogo enfrentou dificuldades na produção de trabalhos acadêmicos. A falta de uma disciplina específica que ensinasse escrita acadêmica e as diversas formas de se produzir textos, gerava confusão. Até hoje, ele ainda luta para entender qual formato de escrita é adequado para cada trabalho.

Uma das minhas maiores dificuldades é na produção de trabalhos, que é uma dificuldade que eu tenho até hoje, que não foi algo que tivemos, de fato, uma disciplina. Que trabalhasse isso, sobre produção acadêmica, sobre escrita, e como as coisas elas são bem diversificadas, têm várias formas de se escrever, de se produzir, então gera essa confusão também às vezes, pô, tem que fazer esse trabalho, mas de qual forma eu vou escrever esse trabalho? Da forma que eu escrevi o outro ou vai precisar de uma outra forma? Eu acho que essas são as maiores dificuldades assim, até hoje.

Ao ingressar no grupo PET-Inclusão, Diego encontrou um ambiente colaborativo e que serviu de suporte para sua trajetória acadêmica. Nossa observação nos leva a acreditar que o grupo proporciona a oportunidade de trocar experiências uns com os outros, colegas que, por vezes, têm histórias parecidas. Acreditamos que embora o foco do grupo esteja caminhando para desenvolver uma abordagem mais estruturada sobre o meio acadêmico, o ambiente com pessoas na mesma situação e o apoio contínuo do grupo, ajuda a aumentar a confiança e determinação, facilitando a superação dos desafios e ao mesmo tempo, contribuindo para minimizar a evasão acadêmica.

A reunião iniciou com a discussão sobre a organização do seminário. O objetivo era fomentar a discussão e a reflexão sobre o conceito de inclusão, abrangendo diferentes segmentos sociais. Laine deu a ideia de envolver diversos grupos, como indígenas, povos tradicionais, pessoas de origem popular, pessoas com deficiência (PCD), alunos da educação básica e graduandos da Rural.

– A gente decidiu de fazer o seminário sobre inclusão naquela perspectiva de diferentes frentes. Analisar diferentes segmentos sociais, não só indígenas, povos tradicionais e PCD's, mas também as pessoas de origem popular; que é o nosso foco aqui. Então, são pessoas que têm a diversidade caracterizada na sua definição, mas também que sejam de origem popular. Então, é um recorte bastante complexo que a gente está fazendo.

A complexidade desse recorte visava garantir que a diversidade, em todas as suas definições, fosse amplamente representada. Durante a reunião de planejamento, diversos aspectos logísticos foram debatidos, local do evento, o horário e as datas possíveis. A

metodologia do seminário também foi colocada em debate, decidiu-se que o evento deveria começar com uma autorreflexão dos próprios membros do PET-Inclusão, posteriormente, essa reflexão se expandiria para outros segmentos da universidade. Seria proposto um convite para diversos grupos PET, como uma forma de enriquecer a discussão e despertar interesse em grupos mais fechados em suas áreas do saber. No entanto, a organização do evento podia enfrentar certas dificuldade e desafios como a greve¹⁹ do corpo técnico da Rural, que poderia afetar o registro e a gestão do seminário. Como solução, foi sugerido o uso das plataformas digitais focalizadas na organização de eventos, assim conseguiriam realizar o cadastro e a gestão do evento de forma paralela ao sistema da Rural.

– Então, a ideia é a seguinte. A gente pode gerar hoje aqui um momento de oficina para a gente fazer o quê? A divisão de tarefas básicas. Vão surgir outras? Pode ser que sim. Mas hoje, tarefas básicas, que vocês possam estar se contornando em relação a isso. Por exemplo, a elaboração do texto do evento e cadastro na plataforma, quais pessoas vão estar com essa tarefa? Divulgação, tem que fazer os cartazes, tem que fazer o material, tem que postar nas redes sociais, tem que fazer um convite a cada PET, tem que enfim, fazer essa divulgação. Sistematização das falas na roda de conversa. Vai ter lanche? Temos que decidir isso. O que mais? Os certificados. E aí cada um vai pegar pelo menos uma ou mais atividades.

O seminário seria dividido em duas fases. A primeira fase, em abril, seria focada na apresentação dos membros do PET-Inclusão, que compartilhariam suas narrativas e experiências na universidade. A segunda fase, prevista para junho, abordaria temas mais específicos e aprofundados, relacionados às questões étnico-raciais, de gênero, e outros aspectos da inclusão. Essa divisão permitiria um aprofundamento gradual e estruturado dos temas, garantindo uma compreensão mais ampla e detalhada. A participação ativa desses grupos, com membros falando sobre suas práticas e desafios, seria essencial para atrair um público mais expressivo e engajado. A metodologia adotada permitiria que todos os participantes tivessem voz, promovendo uma democratização das falas e uma troca de experiências mais rica.

A reunião se desenrolava e eu ia percebendo uma consciência social muito forte do grupo, entre uma discussão e outra o grupo ia se entendendo e avaliando o que seria melhor para todos. Teve uma fala em particular que me marcou muito neste dia, Cinha contando a história de uma criança que fazia parte do Projeto Realizando, cuja mãe era catadora de matérias recicláveis. O sonho dessa criança era ser jogador de futebol, no entanto, quando perguntado o que queria ser

¹⁹ A categoria dos técnicos-administrativo da UFRRJ aprovou a deflagração da greve a partir do dia 11 de março. A categoria reivindicava reajuste salarial e reestruturação do plano de carreira. Para mais informações, disponível em: <<https://sintufj.org.br/2024/03/Rural-aprova-greve/>>. Acesso: 06 de maio de 2024.

quando crescesse, caso não fosse jogador de futebol, o menino não tinha outra perspectiva a não ser a de catador.

– A probabilidade dele conseguir ser jogador e ganhar dinheiro é muito baixa, então se ele não for jogador ele vai ser catador? E aí a gente que tá aqui, vendo isso, a gente vai permitir? A gente tem que levar perspectiva, tá ligado? A gente precisa mostrar que existem outras formas, existem outros caminhos e que tem outras possibilidades. Porque se a gente que tá aqui, que descobriu essa possibilidade, ficar só guardando isso pra gente, não faz sentido.

No contexto educacional, especialmente na universidade, a capacidade de enxergar o próximo e as suas necessidades, ajuda a construir um ambiente inclusivo e solidário. Enxergar o próximo significa reconhecer que cada estudante traz consigo uma história única, com desafios e experiências distintas. Cinha ao trazer essa fala, mostrou para o grupo que “o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (Freire, 1987, p. 43). Nesta perspectiva, a universidade, sendo um espaço de formação e crescimento pessoal, deve promover não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também esse diálogo apontado por Freire, com empatia e a responsabilidade social. Muitos jovens ingressam na universidade enfrentando dificuldades econômicas, sociais e emocionais, que podem impactar seu desempenho e bem-estar. É importante que a comunidade acadêmica – composta por professores, alunos, e funcionários – esteja atenta a essas diferenças e disposta a oferecer apoio. A importância desse olhar atento se revela em várias dimensões como: inclusão e equidade, quando a universidade se compromete a atender às necessidades de todos os seus membros, promove um ambiente mais justo e equitativo; fortalecimento da comunidade, a solidariedade e o apoio mútuo fortalecem os laços entre os estudantes e demais membros da comunidade acadêmica; desenvolvimento pessoal e coletivo, perceber o próximo também é uma forma de aprendizado, pois ao se envolver com as histórias e desafios dos colegas, os estudantes desenvolvem habilidades socioemocionais como empatia, compaixão e responsabilidade; impacto social, a universidade tem um papel transformador na sociedade, formar indivíduos conscientes e engajados com as questões sociais amplia o impacto positivo da instituição para além de seus muros.

Todas essas questões, podem ser traduzidas em políticas de assistência estudantil, programas de mentoria ou ações afirmativas que garantem que todos tenham as mesmas oportunidades de sucesso. Ao ajudar o próximo, cria-se um senso de pertencimento e coesão, que é essencial para um ambiente educativo saudável e colaborativo. Essas competências são

essenciais não apenas para a vida acadêmica, mas também para a vida profissional e pessoal. Estudantes que aprendem a valorizar e apoiar o próximo tendem a se tornar profissionais e cidadãos mais comprometidos com a construção de um mundo mais justo e inclusivo.

Chegamos ao fim de mais uma reunião percebendo uma postura mais engajada do grupo. Tiveram muitas discussões paralelas, o que talvez tenha comprometido um pouco o andamento da pauta principal, mas também foi entendido que aquelas discussões eram necessárias, foi um momento para construção das ideias. A tutora Laine demonstrava bastante experiência na condução da reunião, não apenas nessa, mas também nas passadas. A tutora nos contou em entrevista que já teve experiências anteriores, trabalhando com estudantes de origem popular dentro da universidade. Finalizamos mais um dia de campo conhecendo um pouco mais sobre o histórico de Laine.

– Eu tenho um histórico de ter sido monitora lá quando era a composição aqui na Rural do Conexões de Saberes. Eram dois programas, Escola Aberta, que era atividades nas escolas, tipo um contraturno no final de semana nas escolas. Nós do Conexões de Saberes, a gente atuava nas escolas com oficinas, com trabalhos, com as comunidades. Então eu fazia esse trabalho de supervisionar, dar suporte pedagógico nas oficinas, de acompanhar os estudantes nas suas questões acadêmicas e tudo mais. Então esse trabalho histórico me ajudou a ter um pouco mais de propostas, de visão em relação ao PET. Eu acompanhei um pouco o PET do Chico, e a gente fazia algumas atividades com os estudantes. Fizemos oficinas de alimentação viva, de alguma forma eu ajudava algumas atividades educativas com eles. Tendo sempre a ideia de que o programa vem realmente para somar, para dar suporte a essa carreira acadêmica durante a graduação. Então eu trabalhei com diversos grupos dentro da universidade, realmente enfatizando as coisas que eram para além do acadêmico, mais para questão de convivência, para questão do que era necessário de adquirir, de recursos internos. Capacidades e habilidades a serem adquiridas durante a trajetória acadêmica.

4.6 REPENSAR E REAJUSTAR: MOMENTO DE ACOLHIMENTO

A reunião inicia com a tutora apontando para as pautas que ela pretendia discutir com o grupo naquele dia. O primeiro ponto mencionado foi em relação ao cumprimento da solicitação de atualização do currículo lattes, Laine perguntou se todos haviam conseguido concluir o preenchimento na plataforma. A resposta do grupo foi comum, todos haviam conseguido atualizar o currículo lattes.

– As certificações que vocês forem adquirindo ao longo do percurso acadêmico é para serem guardadas em uma pasta, um drive. Vamos lá, precisamos ser estratégicos, porque se aí, aparece um processo seletivo de última hora, vocês já estão com isso organizado, né? Então, superamos o desafio do Lattes, vou dar um ok. O próximo ponto é o seminário, como não sabemos se teremos greve, a princípio está mantido.

Aquela canetada de “ok” no seu caderno de anotações, significava a primeira atividade cumprida pelo grupo. O próximo ponto de pauta seria o seminário, que naquele momento, parecia ter certa preocupação do grupo. A Rural enfrentava uma greve dos técnicos-administrativo e com discussões de uma possível adesão da categoria docente. Observei um desconforto por parte de alguns petianos, não consegui identificar, de forma precisa, o que realmente estaria causando aquele clima meio tenso. Anotei no meu caderno que o grupo parecia estar triste.

Rocha fala sobre a necessidade de criar novos posts para a conta do PET no Instagram, menciona que quando precisaram utilizar o Instagram como divulgação de trabalhos, obtiveram um bom retorno. Ainda destaca

– Esses dias estava fazendo uma pesquisa no Instagram dos outros PET's, e eu percebi que há uma padronagem normal, né? Que sempre existe, e o nosso não tem né? Eu estava pensando, se vocês concordarem, em eu e Laís modificar, não apagar o que a gente já tem, mas talvez identificar uma nova identidade visual para o nosso grupo e para o seminário.

Laine concorda com Rocha e sugere a continuação dessa discussão pelo grupo no WhatsApp do PET-Inclusão. E destaca que essa construção não pode ser feita apenas por duas pessoas, todos devem aprender a utilizar as ferramentas, como por exemplo, a criação de uma imagem de padronização de post para o Instagram.

– A gente tem que fazer isso como uma ação que tenha interlocuções. Para vocês não ficarem sozinhas nessa produção de conteúdo, porque daqui a pouco, quando vocês saírem, o grupo possa ter condições de manter aquilo.

Laine retoma a pauta do seminário, e pede a atenção de todos, aliás, prática corriqueira. Os petianos eram sempre bem empolgados e abriam nuances de qualquer colocação que surgisse. Eram sempre ideias empolgantes, mas que acabava prejudicando o avanço das pautas estabelecidas para reunião. Ainda não sabiam bem o momento de falar e de ouvir. As vezes todos falavam ao mesmo tempo e a impressão que dava era que eu estava em uma turma de ensino

médio. Laine sabia o momento certo de interromper e trazer eles de volta para o que estava sendo discutido.

– Então vamos lá? Dando continuidade ao seminário gente, eu já reservei o auditório Paulo Freire. Como vamos realizar primeiro uma roda de conversa, eu achei o Paulo Freire um bom tamanho. Marquei para o dia 30 de abril, pela manhã.

Laine continuou a discussão em torno do seminário, a tutora cobrou uma maior participação de todos. Fui anotando cada ponto discutido, os petianos foram escolhendo em qual grupo de trabalho abaixo gostariam de ficar.

- Palestrantes
- Arte e divulgação
- Inscrições e certificados
- Coffee break

O último grupo que ficaria responsável pelo coffee break não havia atingido pessoas suficientes. A tutora falou,

– Gente, o grupo do coffee break precisa de mais gente, quem se dispõe para ajudar?

Fernanda se ofereceu para participar, mas Laine alertou que ela já estava em dois outros grupos. Então conferiu os nomes no seu caderno de anotação e disse:

– Cinha, querida, você está em apenas um grupo, você poderia ajudar no coffee break?

Cinha concordou em ajudar e após todos escolherem suas funções para o seminário, Laine prosseguiu com os pontos de pautas. O próximo ponto e último, era a autoavaliação. Laine tentou adiantar os outros pontos para que quando chegasse esse momento, todos pudessem autoavaliar a sua participação no grupo PET-Inclusão. Laine resolveu testar uma metodologia diferente, algo que esse pesquisador também não conhecia, consistia em criar um ambiente que buscava o respeito pela fala, pois assegurava que cada pessoa tivesse seu momento de se expressar sem ser interrompida. Como eu também já estava incomodado naquele ambiente, com a falta de senso de coletividade que o grupo as vezes demonstrava, e demonstrava talvez por uma certa imaturidade que a gente sabia que necessitava ser trabalhada.

– Outras pessoas já haviam levantado essa questão da autoavaliação, mas eu achei que não seria importante, naquele momento, a gente trabalhar nessa pauta da autoavaliação e sim deixar para as próximas reuniões. Por quê? Porque a gente precisa de tempo para encaminhar isso. Então, assim, por uma questão de dinâmica do que um ponto desse requer, porque requer a fala de todo mundo. Isso é um esforço que a gente vai fazer, né? Então, eu coloco essa pauta agora pra gente tratar dela, mas com a metodologia seguinte, eu esqueci um instrumento que eu utilizo nas aulas que se chama bastão da fala, não sei se vocês conhecem, mas em algumas aulas eu

utilizo essa dinâmica. O bastão de fala é um instrumento xamânico, uma simbologia indígena, que enquanto a pessoa estiver com aquele bastão, a fala dela tem que ser respeitada, ela tem que ser ouvida. Até pra gente exercitar esse diálogo que precisa, em um momento você falar e em outro momento ouvir. E aí, como a gente não tem esse bastão, eu pensei da gente poder utilizar outra simbologia, não sei se vocês concordam com essa metodologia, mas aí só para vocês conhecerem, a partir disso vocês optam por fazer ou não.

Essa metodologia, conseguiu conter o grupo, ao ponto de despertar um conforto e fazer os petianos expor as suas maiores dificuldades, e não estamos falando do percurso acadêmico. Estamos falando de um momento de experiências individuais, que não pode ser descrito aqui, não pode ser descrito porque pesquisar também é entender os limites da pesquisa e do pesquisado. Meu gravador captou vozes de pessoas que queriam usar o PET para evoluir no seu processo acadêmico, outras que estavam em um vicioso ciclo de procrastinação, umas diziam estar prestes a desistir da universidade, algumas com sérios problemas familiares, teve gente que disse que não estaria ali se não fosse pela bolsa, gente que usava o dinheiro da bolsa para financiar consultas e comprar remédios antidepressivos e, todos, todos com a saúde mental bastante comprometida. Apesar de não entrarmos nos detalhes das falas dos petianos, tem uma em específico que gostaríamos de destacar, acreditando na importância dessa fala para a nossa pesquisa e, principalmente, para o grupo.

Ela foi a última a falar, por isso reescrevo, Cinha, mulher, preta, mãe de 4 filhos e avó, cursando Ciências Sociais aos 40 anos de idade, compartilhava muito das suas vivências com o grupo. Separei esse trecho da fala de Cinha que muito nos ensina sobre esse processo formativo:

– [...] mas eu acho que a gente pode aproveitar esses momentos para refletir também sobre o que a gente vai fazer da vida. Porque não vai ser só aqui que vocês vão ter esse tipo de contato. A vida é grande à beça, vocês vão passar ainda por muitas coisas por aí. E eu acho que ter consciência de que a gente tem que perceber o outro quando a gente está em algum ambiente coletivo, é importante até para que a gente consiga produzir. Porque se a gente não se acolhe, a gente fica assim, do jeito que a gente tá. Todo mundo batendo cabeça, todo mundo doente e ninguém se entende, né? Então, assim, é um trabalho que é feito com uma excelência, na minha opinião, miserável, tá ligado? Porque é às custas da saúde mental de todo mundo.

Enquanto pesquisador, digo, não foi fácil acompanhar essa reunião, tentava refletir ainda absorvendo os relatos, em como a tutora lidaria com aquela situação. De uma forma sábia, Laine mencionou a necessidade de uma pausa coletiva nas atividades do grupo após a autoavaliação. Ela sugeriu que todas as atividades programadas fossem suspensas por uma semana, adiando o seminário planejado.

– Eu queria fazer um encaminhamento a partir da nossa autoavaliação, que ela tenha um desdobramento depois, mas que a gente não se reúna na próxima semana, vocês vejam uma coisa

melhor para fazer. Sei lá, meditar, visitar um parente, ir à praia, sei lá, vejam alguma coisa legal, alguma coisa bacana. E se necessário adiar o evento, adiar o seminário, que a gente já trabalhe com essa ideia também, que eu já anotei aqui no caderno para adiar em uma semana.

Durante essa pausa, o objetivo era que os membros do grupo dedicassem esse tempo a atividades pessoais e relaxantes, evitando o uso de telas e promovendo contatos reais e experiências presenciais. A tutora termina a reunião dizendo,

– E aí a gente fica uma semana de respiro, sem atividade no WhatsApp. Vamos paralisar? Vamos paralisar. Sem atividades, sem estímulos, o quanto você puder evitar telas também. Procure atrativo que não seja a tela. Que seja coisa real, contato. A minha orientação nesse momento aí é essa. Tudo bem? A gente não se reúne na próxima semana, a gente paralisa todas as nossas atividades e a gente retoma daqui a 15 dias, numa reunião nossa, novamente, de perceber onde a gente está e o que a gente pode replanejar. Pode ser?

4.7 AUTORREGULAÇÃO E A BUSCA POR UMA NOVA IDENTIDADE

A decisão de Laine em paralisar as atividades em uma semana após os relatos da última reunião, era uma forma de aliviar a sobrecarga emocional a qual os integrantes do grupo vivenciavam. No entanto, na semana de retorno das atividades esse prazo de descanso necessitou ser estendido. No dia 08 de abril de 2024 a guerra entre milícias vitimou um aluno da Rural. Se já não bastasse os problemas internos que a própria universidade demandava, seja nas condições de alimentação, transporte ou para manter um bom coeficiente de rendimento, os petianos agora se preocupava em conseguir retornar com vida para suas casas.

No dia 7 de maio, retornei ao campo para continuar acompanhando o grupo PET-Inclusão. O clima ainda era um pouco tenso, confesso que estava com medo de fazer o trajeto até a Rural. Ao chegar na sala de reunião do grupo, avistei Laine preparando uma mesa de café da manhã. Aquele momento de confraternização antes das reuniões havia se tornado uma prática recorrente. Assim que a reunião começou, Laine iniciou a discussão, compartilhando suas ideias sobre como pretendia trabalhar com o grupo após os últimos acontecimentos.

– Devido as experiências do que a gente vivenciou nas três semanas que nós ficamos fora, né? E foi uma opção nossa, da gente paralisar as nossas atividades, né? Enquanto PET, e da gente tentar frear as outras atividades acadêmicas, né? Porque a gente pega muita coisa pra fazer, acaba se colocando fardos gigantes e acaba não dando conta de gerenciar isso tudo. Então, o meu olhar nesse momento, é justamente para a gente fazer uma autorregulação de cada um de nós do grupo, da gente passar a comemorar os nossos aniversários, a gente começar a se olhar com essa proposta da gente se acolher melhor, né? Que a gente faça nesse grupo um exercício de acolhimento, para que a gente tenha esse espaço como um instrumento de apoio da nossa vida acadêmica. Que às vezes a gente acha que é o fazer, que é ter mais pontos no currículo, mas não é isso, né? É justamente para gente se autorregular. A gente ter uma saúde mental, psicológica dentro desse processo. É um desafio, né? Então a gente lança um desafio, a gente pode modificar todo o nosso planejamento em função disso. Porque o nosso objetivo é justamente se fortalecer dentro desse processo de formação. Então aí em função disso, a gente vai fazer uma revisão de tudo o que a gente está fazendo. E realmente trazer coisas que nos sirvam, que atenda aos nossos objetivos. Porque aqui como grupo, a gente tem que ter um sucesso acadêmico, mas esse sucesso acadêmico não é pela competição, não é pelo fazer. É pela capacidade realmente de se estruturar enquanto estudante de graduação. Que vive em um contexto violento, que vive em um contexto complexo. E a gente se entender dentro disso.

Observei todos sentados em volta da mesa oval com uma disposição que promovia a sensação de igualdade, abertura e que permitia os petianos a oportunidade de compartilhar suas ideias e sentimentos. Esse ambiente refletia uma abordagem que rejeitava a hierarquia tradicional

e valorizava a criação de um conhecimento em conjunto. No entanto, apesar das características de uma metodologia que buscava compreender as dificuldades do grupo, Laine entendeu que o momento necessitava de um avançar ainda mais profundo, a sala de reuniões agora era um ambiente focado no acolhimento.

Laine continua.

– Que a gente comece a trazer as nossas questões que nos incomoda, igual fizemos no último encontro. De professores que elaboram coisa que acabam com a nossa saúde mental aqui dentro. Vamos tentar explorar uma abordagem que desenvolva um conhecimento para saber lidar com essa educação retrógrada, de uma educação bancária.

Laine traz para o grupo um conceito de Paulo Freire (1987), em que o autor critica um modelo no qual o conhecimento é visto como uma mercadoria que é depositada nos alunos. Nesse modelo, o educador é visto como o detentor do saber, enquanto os alunos são considerados meros receptores desse conhecimento, sem espaço para questionamento ou reflexão crítica. Paulo Freire reflete sobre as exigências da prática docente e sua profunda relação com o diálogo, descrevendo o professor como “sujeito que se abre ao mundo e aos outros, inaugura com seu gesto a relação dialógica” (FREIRE, 2002, p. 70). A tutora ao adotar essa postura de mudar seu planejamento, mostrou para o grupo que ela estava aberta ao diálogo, que estava ali para segurar na mão deles e ajudá-los nesse percurso universitário.

– Tem uma frase que diz que “para se criar uma criança necessita de uma comunidade inteira”. Então, pensando nesse princípio, para formar um estudante, um profissional, a gente precisa de um grupo que se acolha minimamente, a gente precisa de uma estrutura mínima dessa. Então a gente é convidado a pensar nesse espaço como uma estrutura de acolhimento, de fortalecimento da nossa passagem pela universidade, porque realmente não é fácil. Ao longo da vida a gente vai precisar de apoios, a gente vai precisar ser adotado por alguém, a gente vai precisar de alguém que nos acolha. Um amigo, um grupo de pessoas, um professor; enfim, contar com isso. Como a gente trouxe relatos na última reunião, das nossas dores, dos nossos afetos, em relação ao contexto de violência que a gente vive, a gente precisa usar isso em nosso favor. Não no lugar de ser uma pessoa vitimizada, mas em um lugar de ser um sobrevivente. Cara, eu sobrevivo essa realidade, eu sou potente pra caramba, sou muito potente. Não é fácil sair de casa dentro de uma lógica dessa. Eu aprendi muito aqui, nessa lógica. É eu olhar isso como algo muito valioso, precioso. Porque eu conquistei um conhecimento ali, de sobrevivência e de potência. Eu não me vitimizei, eu não desisti no meio do caminho, eu tô lutando, eu sou estudante na Baixada Fluminense. E isso é um engajamento do cão. Isso tem que voltar para você. Isso não pode ser desperdiçado com um professor que é abusivo, ou com uma universidade que às vezes não te apoia, né? Então, assim, é criar esses estímulos entre nós aqui. Então, essa é a proposta. A gente não tem ainda como fazer isso. Não é mágica, né? A gente vai ter que elaborar, a gente vai ter que trazer dentro dos nossos afetos. E por isso é importante esse espaço da gente sentar, tomar um café da manhã juntos, né? Hoje tivemos um bolo que a Hellen fez com tanto carinho, né? E aí compartilha entre nós, né? Porque até nesses momentos que as vezes parecem não haver tanta

importância, dessa conversa que a gente tem antes da reunião, que parece ser boba, mas no fundo não tem nada de bobo. Porque também tem muito conteúdo ali que a gente vai aproveitar.

Além dos problemas que o grupo havia sinalizado, teve outra justificativa para a tutora interromper as atividades que estavam sendo programadas. Como já citamos anteriormente, a Rural estava com servidores técnicos-administrativo paralisados em greve e com uma possível adesão por parte do corpo docente.

– A gente tinha uma urgência dos eventos, mas a gente resolveu paralisar, até por uma situação de greve, a gente não sabe se semana que vem vai ser votado uma greve ou não. Então, por experiência própria, que gastei muito dinheiro, muita energia e tempo organizando um evento, que não aconteceu em função daquela tragédia. Então, assim, o que vem de resposta para mim é: paralisa. Paralisa e se olha, né?

Dentro das atividades que haviam sido acordadas, a única que continuou foi o curso de escrita acadêmica. Como se tratava de um curso online, a tutora optou pelo prosseguimento dessa atividade. Após resolvidas essas questões, Laine abriu uma pauta importantíssima para o grupo, da abertura de um novo edital. Três petianos formariam até o final do ano e a tutora não queria correr o risco de ficar com vagas ociosas dentro do grupo. A discussão girou em torno de como se daria esse processo seletivo, quais seriam os critérios estabelecidos pelo grupo para o ingresso de novos petianos. A tutora abriu esse momento para se pensar em propostas, ia anotando cada ideia no seu caderno e instigando o grupo a refletir. A seleção de novos petianos gerou diferentes opiniões. Um dos pontos mais polêmicos e que gerou muita discordância foi sobre a delimitação de ingresso pelo tempo de graduação. Alguns acreditavam que seria melhor selecionar estudantes logo no início da graduação. Outros defendiam a seleção de alunos que estivessem mais para o meio do curso. Além disso, havia quem acreditasse que não deveria haver uma delimitação de ingresso por período. Percebi que a tutora não possuía uma opinião formada ou, se possuía, optou por não se pronunciar sobre o assunto. Sua proposta foi que o grupo continuasse amadurecendo a pauta, e que na próxima reunião teria outro momento para continuar avançando nas discussões para definir os critérios do edital.

A próxima pauta foi sobre a logotipo do grupo. Laine pede para que os petianos olhassem para logotipo que a Laís havia postado no grupo.

– Peguem seus celulares e verifiquem o que Laís colocou. Ela fez um ótimo trabalho e achei muito bonitinho. Acho que podemos pensar em adicionar mais cores para trazer mais diversidade. O que vocês acham?

Rocha deu sua opinião.

– *Eu sugeriria usar azul, verde, amarelo e rosa. Como o tema é diversidade, acredito que é importante refletir isso nas cores escolhidas.*

Laine responde.

– *Vamos evitar repetir as cores, pois estamos tratando de inclusão e diversidade. Vamos adicionar mais cores para representar isso melhor. Laís já apresentou algumas ideias com as cores primárias, mas acredito que poderíamos incluir mais algumas cores.*

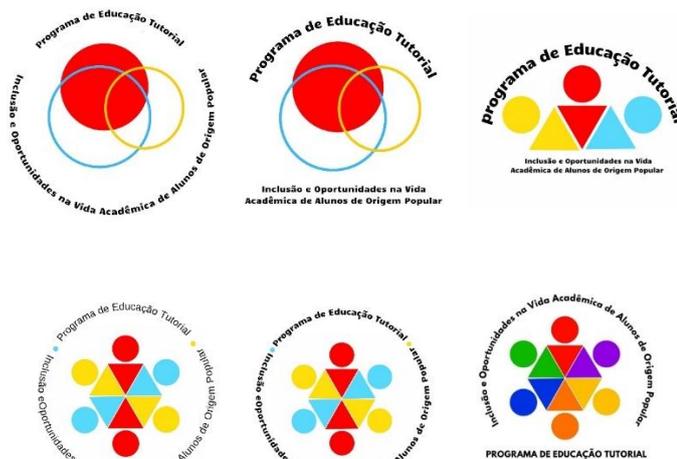
Laine não quis estender muito a reunião, decidiu que seria melhor continuar a discussão das novas propostas de identidade visual do grupo de WhatsApp, onde também seria votada e escolhida a nova logotipo do grupo. Dito isto, trouxemos o atual logotipo e as opções de logotipos que estavam em votação no WhatsApp.

Figura 15 – Atual logotipo PET-Inclusão



Fonte: Grupo PET-Inclusão 2024.

Figura 16 – Propostas para o novo logotipo PET-Inclusão



Fonte: Grupo PET-Inclusão 2024.

Finalizamos mais um dia de pesquisa empírica, e, para situar os leitores, o resultado da votação no WhatsApp teve como logotipo mais votado o que se segue abaixo.

Figura 17 – Logotipo escolhida em votação pelo grupo PET-Inclusão



Fonte: Grupo PET-Inclusão 2024.

Com a participação de todos os integrantes, o design escolhido reflete perfeitamente a essência do grupo, com uma ideia que transmite inclusão. A escolha de um novo emblema reforça a determinação em continuar o trabalho, atendendo às demandas atuais e mantendo o projeto alinhado com as expectativas do grupo. Esse símbolo não apenas marca uma nova fase, mas também reflete o compromisso de evolução e adaptação do grupo PET-Inclusão.

4.8 SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS EM MEIO A GREVE

Antes de darmos início a mais um dia de acompanhamento das reuniões do grupo PET-Inclusão, é importante atualizarmos o contexto acadêmico da UFRRJ. A paralisação, iniciada pelos servidores técnicos-administrativo em 11 de março, teve enfim a adesão dos docentes a partir do dia 23 de maio. A greve dos servidores técnicos-administrativo, que já estava em andamento há alguns meses, havia provocado impactos perceptíveis em vários setores administrativos da universidade. Esses profissionais desempenham papéis essenciais no funcionamento diário da instituição, sua ausência gerava dificuldades tanto operacionais como logísticas. Por outro lado, a greve dos docentes, que começou mais recentemente, está afetando diretamente as atividades acadêmicas, incluindo ensino, pesquisa e extensão. Esta paralisação reflete a necessidade urgente de valorização do trabalho docente e a defesa da universidade pública. Os professores estavam lutando por uma recomposição salarial justa e a reestruturação de suas carreiras, além de exigir um aumento no orçamento destinado às universidades, que tem sido historicamente insuficiente para atender às demandas acadêmicas e administrativas.

Mesmo com a greve, o grupo PET-Inclusão manteve suas atividades e decidiu por avançar de modo remoto, em sua maior dificuldade: a escrita acadêmica. E como se deu esse processo? Como era possível discutir sobre isso em meio a greve? Como seria possível Laine cobrar desses alunos um retorno em torno da escrita?

Esse momento de greve foi utilizado para criar um despertar criativo. Observei que as três reuniões online tiveram grande importância na construção de um caminho de pré-escrita. Laine transformou um momento de dificuldade em oportuno, organizou um ambiente que buscava estimular as ideias antes de colocar a caneta no papel ou os dedos no teclado, aspecto fundamental e que muitas vezes é subestimado. Esse momento inicial, em que a inspiração é cultivada, pode determinar a fluidez e a profundidade do texto que será produzido. Esse processo propõe que a escrita começa muito antes da ação física de escrever, envolvendo um período de incubação e amadurecimento das ideias.

João, petiano que ainda não apareceu por aqui, era bem tímido e falava pouco. Mas compartilhou conosco, em entrevista, um pouco da sua experiência no grupo. Quando perguntado como estava sendo participar do PET-Inclusão, respondeu:

Cara, estou gostando muito, porque assim, é uma coisa que me pegou muito porque eu entrei aqui no quinto período, necessitando saber sobre escrita. Puxei matérias específicas sobre a questão da escrita, no meu caso, mais específico, para o curso de história, mas a teoria no geral sobre a escrita serve pra todo mundo. Mas assim, foi um momento ali, digamos assim, nesse quinto período, um momento decisivo. Eu gostei muito que a Laine fez isso, de ter colocado ali pra gente começar a escrever, aprender alguns conceitos sobre a escrita e tudo mais, entendeu? Eu acho muito interessante. Gostei muito, não só pelas questões que a gente tenta avançar dentro do PET, mas também para gente desenvolver isso depois. Nos nossos trabalhos pessoais, a gente saber disso, saber construir um texto de forma acadêmica e também às vezes até para uma questão pessoal, caso a gente queira escrever um artigo e tenha oportunidade fora do PET. É importante a gente ter uma noção do que a gente pode escrever, em como escrever e o porquê escrever, né?

O relato de João mostrava um pouco sobre como o trabalho desenvolvido por Laine estava contribuindo para a escrita de todos do grupo. A estratégia utilizada por Laine não foi a de criar algo novo, foi de despertar os petianos para as suas próprias questões, sobre o que cada um gostava de fazer, sobre o que cada um se sentia confortável e, principalmente, empolgado em escrever. Aliando o aprendizado do curso de escrita com mais todas as ideias ia surgindo nos encontros do grupo, o importante naquele momento não era cobrar um tema específico, era instiga-los a colocar algo no papel.

Hellen falou um pouco em como estava sendo seu processo de escrita.

– Acho que a minha monografia tem um pouco a ver com essa questão, porque eu estou escrevendo sobre “as vivências de uma mulher preta na universidade pública”, mas eu não sei até que ponto isso poderia ser associado ao que eu gostaria de produzir com o PET. Porque de alguma forma eu acabei chegando nesse ideal de monografia, mas não é sobre isso que eu procuro no meu mestrado. Então assim, eu acho que talvez seja uma possibilidade também de eu tentar buscar outras coisas pra escrever aqui no PET, sobre as questões que eu gostaria de trabalhar no meu futuro. Olhando para tudo isso que você falou Laine, porque a graduação não é algo definitivo, não é algo que precisa de uma contestação 100% científica, né? Então eu escolhi esse assunto pra trabalhar porque é algo que tá muito mais vivo, neste momento, dentro de mim. Porém não é algo que eu quero trabalhar pro meu futuro, assim eu entendo que talvez isso seja um ponto positivo por um lado, que vai me facilitar a escrever agora, talvez agilize um pouco. Mas negativo por outro, porque o que eu quero para o meu mestrado é totalmente diferente. Então eu queria tentar aproveitar o PET pra poder escrever algo mais relacionado a ao que eu quero para o meu mestrado, que seria trabalhar com criança.

Tivemos petiano que queria escrever sobre teatro, petiano que queria escrever sobre as dificuldades de mães em permanecer na universidade e petiano que queria escrever sobre educação infantil especial. Diversos temas, diversas ideias, esse era o foco principal, se encontrar nesse processo de escrita e começar a se direcionar por esse processo de escrita era fator

fundamental para construção de uma estratégia maior. Era começar a se pensar para além da universidade. Laine explica que,

– Precisamos entender que tem coisas que talvez produziremos, mas que não serão utilizadas aqui. E aí, vai como uma etapa, vai como um projeto de mestrado. E aí, você avança em outro segmento, na sua formação continuada, ok? E detalhe, tem muitas coisas que a gente escreve para jogar fora, e o que é isso? Aqui é só a primeira fase do jogo. É importante para você, para você estabelecer uma segurança sobre aquilo que você está escrevendo, mas ao mesmo tempo, você precisa externar isso, e externar na escrita é maravilhoso. E aí você pode decidir se aquilo ali é publicável ou não.

Laine fala que o ato de escrever ajuda a organizar pensamentos de maneira mais lúcida e estruturada. Muitas vezes, nossas mentes estão repletas de ideias e emoções conflitantes, que se revelam ao escrever. A prática da escrita nos auxilia não apenas nos aspectos técnicos exigidos pelo meio acadêmico, mas também nos força a dar forma e coerência a essas ideias. Isso pode levar a uma melhor compreensão de nós mesmos e de nossas situações.

– Quando escrevemos, precisamos pensar em quem vai ler, no nosso público-alvo. Estamos produzindo algo para a sociedade, e é nesse sentido que devemos refletir. Isso é publicável? É de interesse comum ou apenas pessoal? Pode ser de interesse pessoal, e nem tudo precisa ser exposto.

A tutora alerta que as vezes escrevemos para nos auto-organizar, e isso nos ajuda a avançar em uma escrita mais complexa. Muitas pessoas acham o processo de escrita sofrido, mas ela se torna assim quando não estamos conscientes. Se estamos envolvidos na dinâmica da escrita sem perceber sua importância como ferramenta libertadora, é hora de parar e analisar nossos conflitos internos.

– Às vezes, é apenas falta de concentração. Se for o caso, devemos nos perguntar: o que preciso para me concentrar? O que é necessário para que isso faça sentido para mim?

Durante a paralisação da UFRRJ, o grupo PET-Inclusão mostrou-se resiliente e continuou avançando e adquirindo conhecimentos sobre a escrita acadêmica. Mesmo com as atividades presenciais suspensas, o que de certa forma, impactava no trabalho que estava sendo desenvolvido, o grupo não se deixou abater e persistiu remotamente. Sob a tutoria de Laine, esse período que seria de dificuldades, transformou-se em uma oportunidade de respiro dos afazeres acadêmicos e de tudo que o grupo vivenciou neste primeiro período de 2024. Laine, incentivou os petianos a explorarem suas próprias questões e interesses, o que não apenas manteve o grupo ativo, mas também fortaleceu os laços e habilidades de cada integrante. Como pesquisador,

observei essa troca de experiências, com relatos dos petianos sobre as temáticas que os impactavam e que emergiam a cada encontro a aptidão pelo ato de escrever. Eles começaram a perceber e a se perceber na escrita. Entendendo que nem sempre escrever é uma atividade agradável, mas se for feita com estratégia, principalmente, trabalhando com que te dar prazer, o processo se torna muito mais gratificante.

Finalizamos esse período de observação participante da Rural em greve, resumindo os três encontros que o grupo teve de modo remoto. Por fim, terminamos esse subcapítulo com relato da petiana Cinha.

– Quando eu comecei a escrever a minha monografia, eu já sabia que esse tema era pra toda minha vida acadêmica. Porque quanto mais eu mexo, mais coisa aparece, e eu não vou conseguir dar conta, né? Acho que ninguém daria, de colocar tudo isso numa monografia, até porque não é a proposta da monografia. Tem muita, muita coisa que você vai mexendo e vai crescendo mais. E tem horas que eu fico doida, porque a vontade é de colocar tudo, de trazer todos os elementos, de todas as coisas que eu venho descobrindo. Mas aí eu não posso, eu tenho que recuar e recomeçar de novo, porque eu tenho muito a ver com o meu tema. Eu acabo também trazendo muitas das minhas emoções e dessa necessidade de ser para ontem, né? Porque eu vejo que as pessoas estão sofrendo. E aí eu fico nervosa, ansiosa, mas aí eu paro, respiro fundo e bebo uma água. E falo pra mim mesma “não, não dá para fazer isso tudo agora, você ainda tem mestrado e doutorado”. Então, o PET tem me ajudado muito nesse processo de escrita, de entender que no momento eu preciso ter o pé no chão, de diminuir agora para ir crescendo aos poucos, no decorrer da minha vida acadêmica.

4.9 RESERVA DE VAGAS: UMA ESTRATÉGIA PARA GARANTIR A PERMANÊNCIA DE ALUNOS COTISTAS

Com o fim da greve, retornei a campo no dia 16 de julho para continuar acompanhando o grupo PET-Inclusão. Cheguei já pegando meu cafezinho, sentando na mesa e aguardando todos chegarem para Laine poder dar início a reunião. Estávamos próximos de encerrar nosso trabalho de campo, depois dessa etapa, era o momento de nos concentrarmos apenas nesta escrita. Senti que todas aquelas reuniões também contribuíram para meu avanço acadêmico e, principalmente, para despertar um olhar de pesquisador. Por vezes, tentei trazer um pouco do famoso “*making of*”, ou seja, desse processo de bastidores da pesquisa, deixando aqui também um pouco da identidade deste pesquisador.

A reunião iniciou com Laine distribuindo uma tarefa para o grupo, era uma nova tentativa de produzir algo acadêmico. A última tentativa havia sido a organização de um seminário, lembram? Mas dessa vez, a proposta era elaborar um artigo.

– Então, como vocês não vão ter mais reunião, só a partir da segunda semana do próximo período. Vocês vão ter duas semanas para se dedicarem ao artigo. E o artigo é interessante para vocês poderem treinar, né? Uma reflexão, a análise e síntese, a pesquisa. E aí, no retorno a gente vai sentar e discutir com cada um de vocês e vê o que precisa de ajuda. A gente vai fazer um oficina.

Todos estavam cientes dessa necessidade de produção e pareciam estar prontos para esse desafio. Como ninguém demonstrou dúvida, Laine avançou para próxima pauta.

– Vamos falar sobre o nosso edital? No início do próximo período vamos abrir um edital para substituir as pessoas que estão formando. Quem se dispõe a trabalhar comigo nesse processo seletivo?

Ao todo, quatro pessoas quiseram participar do processo de seleção dos novos petianos, sendo eles: Diego, Lena, Carol e Vinicius. Em seguida, foram decididos quais seriam os critérios de seleção.

– Gente, e a seleção de vocês costuma ser como? Currículo e entrevista?

Em coro, os petianos respondem.

– E carta de intenção.

Laine anotando em seu caderno, pergunta:

– E as cotas? No último edital qual foram os grupos que entraram nas cotas?

O grupo Inclusão e Oportunidades na Vida Acadêmica de Alunos de Origem Popular, vinculado ao Programa de Educação Tutorial (PET), passou a reservar vagas para cotistas em 2019 no seu edital de seleção. Antes desse período, a escolha para ingressar no programa seguia os critérios tradicionais como podemos observar no recente edital de 2023 do grupo Conexões de Saberes por uma Formação Integradora e Cidadã, também vinculada ao Programa de Educação Tutorial (PET).

7. DAS ETAPAS E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

7.1. Na primeira etapa, de homologação das inscrições, de caráter eliminatório, será verificado o cumprimento dos requisitos do item 4 e a realização da inscrição conforme o item 6.

7.2. Na segunda etapa serão avaliados o Currículo e a Carta de Apresentação/Intenções.

7.2.1. O Currículo, no qual deverá ser informada a trajetória acadêmica e profissional, será avaliado em até 3,0 (três pontos), no qual serão considerados os seguintes itens: apresentação de trabalho em eventos (0,1 por trabalho; máximo de 0,5 ponto); publicação científica em anais de evento ou em periódico (0,2 por artigo; máximo de 1,0 ponto); participação em programas/projetos - Programa de Educação Tutorial, Programa de Extensão, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, Programa Institucional de Residência Pedagógica, Iniciação Científica (0,25 por participação; máximo de 0,5 ponto); participação em grupo de estudo/pesquisa e outros - (0,1 por participação; máximo de 0,2 ponto) e participação em eventos (0,2 por participação; máximo de 0,8 ponto).

7.2.1.1. A atividade do Currículo, que tenha sido promovida pelo grupo Conexões de Saberes, terá sua pontuação multiplicada por 2 (dois).

7.2.1.2. Somente serão pontuadas as atividades para as quais forem apresentados os documentos comprobatórios.

7.2.2. A Carta de Apresentação/Intenções será avaliada em até 7,0 (cinco pontos), na qual serão considerados os seguintes itens: conformidade com o Anexo III (máximo de 1,5 ponto), conhecimento da proposta do Programa (máximo de 1,5 ponto) e proposta de atuação (máximo de 4,0 pontos).

7.3. Serão convocados para participar da 3ª etapa os 25 (vinte e cinco) primeiros candidatos aprovados na segunda etapa.

7.4. Na terceira etapa será realizada uma Entrevista, que será avaliada em até 10,0 (dez) pontos, na qual serão considerados os seguintes itens: perfil de aderência às atividades desenvolvidas no grupo PET (máximo de 4,0 pontos), disponibilidade de tempo para realização das atividades (máximo de 2,0 pontos), experiências em atuação em equipe (máximo de 1,0 ponto) e propostas para atuação no grupo (máximo de 3,0 pontos).

7.4.1. Esta etapa será realizada através de webconferência, na data indicada no Anexo I, conforme orientações (horário, plataforma e procedimentos de acesso)

enviadas para o e-mail informado no formulário de inscrição que consta no subitem 6.1.

7.4.2. Caso o candidato apresente problema de conexão com a internet que impeça ou interrompa a participação na terceira etapa, deverá enviar e-mail para petconexaosaberestr@gmail.com até às 23:59h do dia de realização da etapa em curso para reagendar a participação.

7.5. A nota final será igual a $(E2+2E3)/3$; onde E2 significa nota da segunda etapa e E3 significa nota da terceira etapa, totalizando 10 (dez) pontos.

7.5.1. A nota final será obtida a partir da média das pontuações atribuídas pelos membros da banca examinadora.

7.6. Como critérios de desempate serão considerados nesta ordem:

7.6.1. – 1º Maior pontuação na Entrevista;

7.6.2. – 2º Maior pontuação na Carta;

7.6.3. – 3º Maior IRA.

7.7. Serão aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 6,0 (seis) e selecionados os que forem aprovados de acordo com a quantidade de vagas.

7.8. Os resultados serão divulgados no endereço eletrônico do Programa de Educação Tutorial: <https://portal.ufrrj.br/pro-reitoria-de-graduacao/programas/programa-deeducacao-tutorial-pet/> (UFRRJ, 2023).

Ao longo da história, a habilidade de dominar uma linguagem específica tem sido um dos principais sinais de poder. O conhecimento da norma culta, especialmente na forma escrita, reflete também uma distinção de classe. E o que “está implícito nessas relações com a linguagem é todo o significado que as classes cultas conferem ao saber erudito e à instituição encarregada de perpetuá-lo e transmiti-lo” (BOURDIEU, 1998b, p. 63). Para obter uma boa pontuação e aumentar as chances de aprovação em programas de ensino, pesquisa e extensão, é essencial desenvolver habilidades específicas. Além disso, a atividade intelectual exige uma aprendizagem técnica de concentração, fundamental para o desempenho acadêmico. O edital acima opta por selecionar discentes que tiveram mais oportunidades em sua trajetória acadêmica. Isto é, aqueles que buscam construir e adquirir conhecimentos, que transitam pelas múltiplas formas de acesso a esse conhecimento: aulas, leitura dos livros, estudo em grupo, pesquisas extras, resolução de listas de exercícios, participação em monitorias, apresentação de trabalhos, produção de artigos científicos, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão, dentre outros. O problema desse tipo de seleção é que ele deixa de desconsiderar as desigualdades presentes no ensino superior, optando por padrões meritocráticos e excludentes de acesso, resguardando assim a manutenção da tradição universitária em círculos fechados para os herdeiros destas elites

nacionais (REIS; SANTOS, 2022, p.148). Vivemos em uma sociedade marcada por grandes desigualdades, na qual o acesso à educação não é igual para todos. Nesse contexto, políticas de ações afirmativas são implementadas para reduzir essas diferenças socioeconômicas e promover uma maior equidade. A Lei de Cotas busca cumprir esse papel no ensino superior, promovendo a inclusão de grupos historicamente desfavorecidos e contribuindo para a redução das desigualdades educacionais. No entanto, muitos estudantes provenientes de uma educação pública defasada, enfrentam dificuldades para acompanhar o ritmo exigido nas universidades. Isso se deve tanto ao desfavorecimento no acesso ao conhecimento necessário quanto às condições financeiras adversas, que frequentemente os obrigam a trabalhar e, assim, comprometem sua dedicação plena aos estudos. Gramsci (2014, p. 52) afirma que “deve-se convencer muita gente que o estudo é também um trabalho, e muito cansativo, com um tirocínio particular próprio, não só intelectual, mas também muscular-nervoso: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e até mesmo sofrimento”. Esse “processo de adaptação” ou “hábito adquirido”, muitas vezes não ocorre devido às dificuldades ligadas ao passado e ao modo como se deu a formação desse aluno. Muitos estudantes da rede pública vêm de contextos socioeconômicos desafiadores, em que o acesso a uma educação de qualidade e a recursos básicos é limitada. A formação desses alunos muitas vezes ocorre em ambientes com infraestrutura precária, com falta de materiais didáticos adequados e suporte pedagógico insuficiente. Em que, até mesmo pequenas sutilezas, como a falta de incentivo e a ausência de exemplos de sucesso acadêmico em suas comunidades, podem desestimular o engajamento e a busca por oportunidades educacionais. Esse histórico de privação afeta a percepção e a valorização do estudo, bem como as oportunidades oferecidas por programas de ensino, pesquisa e extensão. O entendimento de que "o estudo é também um trabalho" nem sempre é compreendido por esses estudantes. Muitos deles veem a escola só como um meio para garantir a sua alimentação ou que não foram incentivados aos estudos por parte dos pais. Esse contexto pode dificultar a valorização do estudo como um esforço significativo e recompensador. Essas diferenças ficam ainda mais evidentes ao analisarmos o grupo PET-Inclusão. O grupo conta com duas petianas não-bolsistas, Madu e Fernanda, que, apesar de não receberem bolsas, escolheram participar do programa. Madu em sua apresentação disse “estou no quinto período de Ciências Sociais, eu também faço PIBID, já vai fazer 1 ano e 4 meses. Também gosto de escrever e não acho que o curso de escrita será um problema para mim, acredito que contribuirá para minha formação aqui na Rural”. Neste primeiro exemplo, podemos notar as diferenças sobre o entendimento acadêmico que essa aluna possui. Para ficar mais nítida a análise, direcionamos

o olhar para lembrar a apresentação da petiana Fernanda, “curso história, sou bolsista de iniciação científica e continuo aqui no Pet porque gosto das atividades que o grupo realiza e também gosto da escrita. Acho que pra mim não vai ser um problema o grupo avançar os estudos nessa área”. São duas discentes que estudaram em escolas privadas, participam de outros programas e buscam melhorar seus currículos e experiências acadêmicas. Elas encontram no PET-Inclusão uma oportunidade valiosa para expandir seus conhecimentos e vivências, aproveitando tudo o que o grupo tem a oferecer. Em contrapartida, quando perguntamos “mais alguém veio para o PET pensando na bolsa, nesse dinheiro da bolsa?”, todos os bolsistas presentes na reunião afirmaram estar no grupo pela bolsa, com duas bolsistas demonstrando também o interesse acadêmico, mas deixando nítido que se não fosse pela bolsa, não estariam no programa. E o que mais realça essa análise, é o fato de todos terem vindo de escolas públicas.

Se não fosse pela bolsa, esses estudantes teriam que arrumar outros meios para continuar sobrevivendo dentro da universidade, aumentando os riscos de evadir. A intenção não é vitimizar esses estudantes, é buscar por políticas que deem melhores condições de adaptações ao sistema superior público, que busque garantir a permanência e conclusão em seus cursos. Acredita-se que uma maneira importante para a diminuição da taxa de evasão é a reserva de vagas em programas de ensino, pesquisa e extensão. A partir de 2019 o grupo PET-Inclusão passou a reservar vagas para estudantes cotistas, os critérios de ingresso no grupo seguiram pelas seguintes disposições abaixo:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O grupo Inclusão e Oportunidades na Vida Acadêmica de Alunos de Origem Popular é de abrangência interdisciplinar, pois possibilita a concessão de bolsas para professores e estudantes pertencentes a qualquer curso de graduação previamente definido pela IES.

1.2 O grupo é voltado para a permanência de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, visando o sucesso acadêmico daqueles que tem dificuldades na conclusão do Curso de Graduação.

1.3 Este edital destina-se a seleção de 2 (dois) estudantes bolsistas e 6 (seis) não bolsistas, que integrarão o grupo de acordo com o surgimento de vagas.

1.3.1 Das vagas, 50% (cinquenta por cento) serão reservadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que ingressaram na Universidade por meio das modalidades de cotas, sendo contemplados pelos grupos: L3, L4, L7 ou L8 (<http://r1.ufrj.br/sisu/quadro-devagas/>) (UFRRJ, 2019).

No edital de 2019, este pesquisador participou do processo seletivo e ingressou no grupo pela modalidade de ampla concorrência. Participar do grupo PET-Inclusão durante os anos de 2019 a 2021, despertou o interesse pela realização dessa pesquisa. Durante esse período, muitas

atividades foram desenvolvidas, tivemos minicursos e palestras sobre agroecologia com alunos da escola Waldemar Raythe, também teve o desenvolvimento de um livro de receitas pelos alunos da escola, buscando resgatar as raízes familiares com pratos feitos com alimentos colhidos na horta escolar. O projeto visava aproximar a comunidade escolar e as famílias dos estudantes, integrando-os no processo formativo. Os projetos sempre promoviam um pensamento crítico sobre as diversas temáticas, como inclusão social e educacional, o que contribuía para o grupo desenvolver aprendizados e habilidades interpessoais, acadêmicas e profissionais. Depois tivemos um período delicado, de pandemia, em que o grupo precisou se adaptar para manter as atividades de forma remota. Ao participar do programa, observei uma melhora no meu desenvolvimento acadêmico e um interesse maior pelo enriquecimento curricular. Ademais, o programa me ensinou a ser um aluno estrategista e a buscar por oportunidades antes não imaginadas, como por exemplo, a de continuar o processo formativo através do mestrado. Ao ingressar no mestrado em educação, na linha de políticas e instituições educacionais, construí um projeto que buscava analisar como programas de ensino, pesquisa e extensão poderiam contribuir para a permanência estudantil e, conseqüentemente, seu sucesso acadêmico.

Dando prosseguimento a nossa observação participante, o grupo continuou as discussões em torno da reserva de vagas. Laine perguntou quais eram as modalidades de cotas que o grupo atendia.

– Para quais cotistas nós reservamos vagas no último edital? Já tem reserva de vagas para PcD?

O PET-Inclusão reserva vagas para os seguintes grupos: L3 – candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; L4 – candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; L7 – candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e L8 – candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Além dessas modalidades de reserva de vagas, Laine propôs a possibilidade de uma ampliação para L2 – candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e L6 – candidatos com deficiência que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

– Gente, eu preciso analisar o edital antes, vamos voltar a discutir sobre o assunto no início do próximo período? E aí, a gente encerra por hoje, pode ser?

Como a tutora ainda não havia tido contato com edital, optou por analisá-lo antes e voltar a discutir sobre os critérios de seleção no início do próximo período, 2024.2. E foi assim que terminamos mais um dia da nossa pesquisa de campo.

4.10 FESTINHA DE DESPEDIDA: UMA ANÁLISE GERAL

Enfim, chegamos ao último dia de pesquisa empírica. O dia 23 de julho de 2024 foi de comemoração, análise geral e um profundo sentimento de agradecimento. O grupo havia se organizado para uma festinha de despedida do período, cada integrante se movimentou para contribuir com um parto de comida em cima da temática de festa julina. Aquele dia representava não apenas a finalização de um período letivo doloroso, era também a oportunidade de olhar para os avanços conquistados.

Laine relembra, em entrevista, que,

– [...] inicialmente, eu senti uma resistência dos estudantes em relação a mim, meu nome, eu não sei o que era relacionado, mas quando eu entro no PET, eu vou avaliando esse grupo. Primeiro eu peço uma avaliação e eles trazem uma avaliação. Eu percebia um grupo um tanto imaturo, eu percebia, às vezes, muito voltado para um fazer e pouco para reflexão e pouco para o aprofundamento teórico-metodológico daquilo que eles estão realizando.

A partir disso, Laine vai aprofundando seu trabalho em ouvir esses alunos, tentando transformar o grupo em um espaço de acolhimento, de fala e de escuta. No entanto, percebia que Laine não conseguia desenvolver bem suas propostas dentro do grupo, ainda estava muito atropelado, eles falavam muito, eram uma relação conflituosa, eram umas falas conflituosas, as pessoas não se ouviam, todo mundo queria falar ao mesmo tempo. A tutora conta que começou a trabalhar isso com bastante calma, para que eles fossem percebendo isso aos poucos, quais eram as suas intenções.

– E depois eu comecei a atuar mais profundamente a respeito das demandas de cada um, das demandas pessoais mesmo, como eles se sentiam nesse espaço acadêmico, como eles se sentiam frente os professores, as disciplinas, a carga horária de aulas. Então, todo esse universo acadêmico, eu fui tentando pesquisar com eles, em como eles sentiam isso tudo.

Acompanhar esse crescimento do grupo foi muito bonito, porque eles realmente se abriram, eles conseguiram ter segurança na tutora e no próprio grupo, começaram a se perceber em um território muito agressivo, violento, marcado por faltas. Falta de estrutura, falta de segurança, falta de direitos básicos, de acessos básicos, de uma boa alimentação, de acesso. Vivem na Baixada Fluminense, em cidades sem muita infraestrutura. São estudantes que sofrem esse contexto de violência, de precariedades sociais. Depois que Laine começou a trabalhar a questão da escuta, percebemos que, na verdade, todo o grupo estava emocionalmente doente. Isso fez com que os membros não se identificassem com o grupo PET, com a rotina acadêmica,

ou com as atividades que realizavam dentro do grupo. O relacionamento deles dentro do grupo era descompassado e desarmônico.

E a partir disso, Laine percebeu que os integrantes do grupo e o próprio grupo, precisavam investir mais no tempo de qualidade para si mesmo. Não só o tempo do estudo, mas também o tempo da convivência, o tempo livre, a qualidade do tempo livre e o quanto isso é importante para as juventudes.

– Eu também estudei juventude e o nosso grupo é composto em sua totalidade, por jovens. Então essa juventude que está muito marcada pela vulnerabilidade, pela falta de perspectiva e às vezes pela falta de diálogo dentro da própria família.

Nesse avançar do trabalho de Laine, o grupo começou a praticar o acolhimento e a convivência entre si. Concluí o trabalho de campo olhando para discentes capazes de promover um apoio interno de maneira eficaz e demonstrando maturidade suficiente para identificar em quais aspectos cada um precisa avançar na trajetória acadêmica. Por exemplo, avaliam se há membros sem pesquisa, sem trabalho de extensão ou publicações e começam a refletir sobre como atender às exigências do universo acadêmico, entendendo a necessidade de dar esses retornos em relação à cultura acadêmica.

– Isso foi feito dentro de uma realidade de potências e de vulnerabilidades, né? Então eu percebo que o grupo, hoje, está muito mais maduro. Eles se acolhem, sabem se acolher, eles sabem se comunicar melhor; o grupo percebeu a importância de um espaço protegido, espaço deles, para falar, para se acolher. Eu sinto o grupo, hoje, bastante colaborativo, a gente banuiu essa ideia da competição. Tudo relacionado a um movimento que eles quiseram fazer; eles poderiam muito bem ter resistido e não ter feito. Mas eu insisti na necessidade de ter relações harmônicas, de construir relações harmônicas, de construir espaços de acolhimento. Então a gente está nesse treino hoje.

Quanto às atividades que Laine havia planejado, elas não foram totalmente cumpridas. Devido a questões de violência, greves e falta de estrutura. O grupo conseguiu realizar apenas uma parte do que havia planejado e, mesmo assim, os resultados foram importantes e significativos.

– Então, hoje a gente tem um grupo fortalecido. Claro, precisa caminhar, precisa ter mais atributos, desenvolver mais atributos, mas percebo que estão muito, muito bem em relação ao início. Então, já são sete meses de caminhada com esse grupo que a gente já vê bons frutos.

A saída de campo veio acompanhada com submissões de trabalhos desenvolvida pelo grupo, para XXIII edição do SudestePET, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Os resumos estendidos intitulados “*Incluindo, Sensibilizando e Educando para as Relações Étnico-*

Raciais” e *“As Múltiplas Representatividades de Mulheres Negras e Olhares Sociais*” mostram mais que uma conquista do grupo, mostram o comprometimento e desenvolvimento acadêmico. Foi nítido a evolução do grupo, que em meio a todas as dificuldades conseguiram em pouco tempo, principalmente, uma evolução em termos estratégicos. Um aluno que se entende neste ambiente universitário, que entende as demandas exigidas no meio acadêmico, tem grandes possibilidades de se desenvolver em termos curriculares e a concluir sua graduação com maior facilidade. Por fim, terminamos com fotos que ilustram nossa despedida de campo e a fala da tutora Laine.

Figura 18 – Logotipo escolhida em votação pelo grupo PET-Inclusão



Fonte: Grupo PET-Inclusão 2024.

– Eu queria agradecer a vocês por me acolheram neste início. Olhar para vocês agora depois de mais sete meses comemorando o final do período, é muito bom. Estou aprendendo muito, sabe? Nessa coisa da gente falar, ouvir e acolher. É um novo grupo, com linguagens diferentes, as meninas fazem muitas coisas legais, são meninas muito sérias, comprometidas, muito mesmo. E assim, pode ser que no período que vem a gente não encontre todo mundo né? Porque alguns estão saindo, estão formando e a gente vai entrar no processo seletivo, né? Para quem está saindo eu desejo muito sucesso, são mulheres jovens, bonitas, inteligente, cada um com seus talentos preciosos e específicos. Com certeza o PET foi esse apoio para vocês, para vocês caminharem, para ir para frente com essa graduação. O que é motivo de alegria, concluir, vencer esse rito e saltar para o próximo ciclo. Vocês agora podem concorrer a bolsas maiores, bolsa de mestrado, até intercâmbio. E esse é o meu papel, sabe? Eu fui uma pessoa que usei os programas de permanência para sobreviver, desde do meu segundo período. Façam intercâmbios, entrem

para os programas, não façam só para um programa, façam para dois, três, quatro, cinco, fora do Estado. Vai, gente, sem medo. Vão para outros países, conhecer outras culturas, outros lugares. Encarem a graduação de vocês, a vida acadêmica, como uma aventura. Não fique muito tempo ali, parado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de apresentarmos as nossas considerações finais afirmamos a importância de adotarmos uma postura favorável à investigação aberta, compreendendo que não há uma metodologia fixa ou definitiva e que cada abordagem oferece suas próprias possibilidades, sem que nenhuma se destaque como superior ou inferior.

Em nossa justificativa, via-se a necessidade de uma investigação sobre as experiências dos estudantes cotistas na UFRRJ, por meio de uma abordagem de pesquisa participante, com o intuito de revelar a importância de compreender as especificidades vivenciadas pelo grupo PET-Inclusão. Com a temática intitulada “A reserva de vagas no Programa de Educação Tutorial – Inclusão/UFRRJ: uma estratégia para permanência de estudantes cotistas” a pesquisa tentou fugir das generalizações e deu voz às narrativas frequentemente ignoradas, com intuito de contribuir para a construção de uma universidade mais inclusiva e consciente das necessidades de seus estudantes.

Ao buscar identificar como a reserva de vagas nos Programa de Educação Tutorial – Inclusão e Oportunidade na Vida Acadêmica de Alunos de Origem Popular (PET-Inclusão), contribui para o desenvolvimento acadêmico e a permanência dos estudantes cotistas na UFRRJ, constatamos que nosso objetivo geral foi atendido, mas entendemos que esse tema exige outras nuances em termos quantitativos, como por exemplo, dados percentuais de desempenho, taxa de evasão e análise dos egressos, observando continuidade acadêmica e mercado de trabalho.

Em nossos objetivos específicos, tratamos de contextualizar a ampliação e democratização do ensino superior no país, os debates em torno do acesso ao ensino superior, ações afirmativa e Lei de Cotas. Outro objetivo específico foi descrever as ações de assistência e permanência estudantil na UFRRJ, acreditamos que esse objetivo foi concluído de modo parcial, pois abordamos apenas as bolsas e auxílios oferecidos pela Universidade, no capítulo três, mas deixamos de citar alguns programas de assistência estudantil como exemplos: Programa de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional (PDAI); Apoio à participação e à organização estudantil; Acolhimento, assistência médica e social aos estudantes; Apoio à cultura, ao esporte e ao lazer nos campus; Apoio ao esporte; Assistência Alimentar aos Estudantes; Moradia Estudantil e Espaços de Convivência. Nossa justificativa para o não cumprimento total desse objetivo específico foi o pouco tempo disponível para cumprir os prazos estabelecidos pelos

Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ (PPGE) entre disciplinas e o desenvolvimento desta dissertação. Avançar a pesquisa em torno dos programas consistia em analisar editais, ouvir setores responsáveis e verificar quais programas estavam ativos, visto que o site da UFRRJ não esclarecia com precisão o quantitativo de vagas, as remunerações, os horários de atendimento ou como o aluno interessado faria para participar dos programas. Como último objetivo proposto, o de identificar e analisar narrativas e percepções de estudantes cotistas no programa PET-Inclusão, compreendemos que a pesquisa cumpriu o esperado, por tudo que foi apresentado no capítulo quatro.

Nossas considerações finais confirmam a hipótese inicial de que a utilização da reserva de vagas nos programas de ensino, pesquisa e extensão nas instituições de ensino superior públicas pode, de fato, aliar desenvolvimento acadêmico a apoio financeiro, configurando-se como uma eficaz política de ação afirmativa interna. Ao utilizarmos a pesquisa participante no grupo PET-Inclusão, confirmamos que essa política não apenas fortalece a trajetória acadêmica dos estudantes de origem popular, mas também contribui significativamente para sua inserção e sucesso no ambiente universitário.

Ao refletirmos sobre a metodologia empregada, concluímos que alcançamos bons resultados e profundidade tanto na coleta quanto na análise dos dados. Nossa pesquisa entende esta dissertação como a primeira etapa de um estudo mais amplo. Como a dissertação de mestrado exige um prazo relativamente curto, optamos por dividir o estudo em duas etapas. Essa escolha estratégica permitiu que a pesquisa avançasse de forma estruturada, com a pesquisa participante oferecendo uma base sólida para o Estudo de Caso que será desenvolvido futuramente, na próxima fase, possivelmente em nível de doutorado.

Para esta primeira etapa, iniciamos uma tentativa de interação direta com as instâncias institucionais responsáveis por políticas e decisões que afetam nosso objeto de estudo. Inicialmente, a instituição se mostrou aberta ao diálogo, expressando disposição para nos ouvir e discutir as questões levantadas. No entanto, após algumas tentativas, não tivemos sucesso em conseguir respostas às mensagens que foram enviadas a gestores da instituição responsáveis pela coordenação do PET e pelas políticas de assistência estudantil. Os detalhes das perguntas seguem abaixo:

A pesquisa que estou conduzindo revelou que o Programa de Educação Tutorial (PET-Inclusão) desempenha um papel importante na permanência dos estudantes cotistas, não apenas por oferecer uma bolsa de R\$ 700, mas também pelo desenvolvimento acadêmico que

proporciona. Com mais de uma década de vigência da Lei de Cotas, recentemente renovada, a presença de estudantes cotistas na universidade se consolidou como uma realidade.

Dentro desse contexto, a pesquisa destaca que programas de ensino, pesquisa e extensão, como PIBIC, PIBID e PET, são fundamentais na formação e permanência desses alunos na universidade. O PET-Inclusão, em especial, adotou uma política de ação afirmativa que busca expandir os princípios da Lei de Cotas, reservando 50% das vagas do grupo para estudantes que ingressaram na UFRRJ por meio de cotas.

- Com base nessas observações, gostaria de saber qual é a visão institucional sobre essa prática e se existem discussões sobre a possibilidade de expandir essa reserva de vagas para outros grupos e programas dentro da Universidade. Como a instituição enxerga essas questões?*

Tenho acompanhado e pesquisado o grupo PET-Inclusão e observei algumas questões importantes. Sabemos que esse grupo reúne alunos que enfrentam dificuldades para se manter na Universidade. O que me chama a atenção é que o PET-Inclusão se originou do programa Conexões de Saberes, que era voltado para estudantes em situação de vulnerabilidade e com dificuldade em permanecer na universidade, e depois foi incorporado ao PET. Essa transição traz consigo uma história complexa, pois o PET, de modo geral, sempre foi destinado aos alunos com desempenho acadêmico de excelência. Essa mudança no perfil do grupo pode criar desafios para os alunos que já enfrentam dificuldades, o que acaba gerando uma situação problemática. A forma como esses alunos são integrados ao PET, que tem uma dinâmica diferente do Conexões de Saberes, é algo que me preocupa e que gostaria de explorar mais a fundo na pesquisa.

A problemática que identifico na condução da pesquisa está relacionada aos desligamentos de alunos do PET-Inclusão. Essa questão não é nova para mim, pois já fiz parte do programa, mas agora, como mestrando em Educação pela UFRJ, consigo compreendê-la de forma mais aprofundada. O que nos preocupa é que muitos alunos são desligados do programa ao reprovar em duas disciplinas, por uma exigência institucional. Busco compreender como essa política afeta o engajamento e a permanência dos alunos, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades acadêmicas.

- Gostaria de entender como a universidade justifica essa prática, e qual é o seu posicionamento oficial em relação ao impacto que esse desligamento tem sobre o estudante?*

Essa ausência de resposta tornou-se uma limitação significativa em nosso trabalho, pois a perspectiva institucional era um passo importante para uma compreensão mais abrangente sobre a temática. Embora outras fontes e dados tenham sido utilizados para compensar essa lacuna, a falta de uma posição oficial criou uma barreira para a obtenção de um panorama completo e representativo sobre o estudo abordado. Por outro lado, confirmou alguns aspectos teóricos apontados, principalmente em relação as discussões bourdieusianas.

Como recomendações para futuras pesquisas, sugerimos que os estudos futuros deem especial atenção aos dados quantitativos. Essa metodologia pode oferecer uma visão mais precisa dos impactos da reserva de vagas nos programas de ensino, pesquisa e extensão. Apesar dos nossos esforços, enfrentamos dificuldades em encontrar referenciais que abordassem a temática, não conseguimos localizar nenhuma pesquisa que discutisse diretamente essa questão, o que revela uma lacuna significativa na literatura acadêmica. É fundamental que as pesquisas avancem, tanto em abordagens qualitativas quanto quantitativas, para explorar e compreender melhor os impactos da reserva de vagas nesses programas, especialmente no que diz respeito à permanência estudantil de alunos cotistas.

É importante sinalizar também sobre a necessidade de pesquisas de monitoramento dos recursos que serão implementados no decorrer dos próximos anos com a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pela Lei nº 14.914/2024. Teoricamente, a PNAES visa democratizar a educação pública, reduzir desigualdades sociais e regionais e minimizar taxas de evasão por meio de uma integração entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2024). Essa abordagem, em sintonia com nosso objetivo de pesquisa, mostra que unir políticas que buscam reduzir as desigualdades pode ser a resposta para os desafios que muitos enfrentam ao tentar permanecer no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. A. A. **A promessa e a ameaça – o funcionamento da violência como ferramenta política na baixada fluminense.** GEOgraphia, v. 22, n. 48, 2 set. 2020.

ALVES, José Claudio Souza. **Baixada Fluminense: a violência na construção do poder.** 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. doi:10.11606/T.8.1998.tde-20122022-110956. Acesso em: 2024-08-19.

ANDRÉ, M. (1983). **Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos.** Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6208205.pdf>. Ace Acesso em: 07 de ago. 2023.

ANDRÉ, M. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95 – 103, jun./dez, 2023.

BARROS, Clóvis F. **Conhecimento+, aula 3 - Legitimidade.** YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B8SCny11PCA>. Acesso em: 08 de ago. 2023.

BARTELMÉBS, R. C. **A observação na pesquisa em educação: planejamento e execução.** FURG, 2013. Disponível em: http://www.sabercom.furg.br/bitstream/1/1454/1/Texto_observacao.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia** (organizado por Renato Ortriz). São Paulo: Àtica, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Reprodução Social e Reprodução Cultural.** In: BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 295-336.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice.** Cambridge, cup (trad. de Esquisse d'une théorie de la pratique. Précédé de trois études d'ethnologie kabyle. Geneva, Droz) 1977.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998a.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura.** In: Nogueira, M. A; Catani, A. (Orgs.). Pierre Bourdieu: escritos de educação: Vozes, 1998b.

BOURDIEU, Pierre . **A dominação Masculina.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL, Ministério da Educação. **Comitê Gestor do Fies garante melhor governança do programa.** 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/fies?start=180>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

BRASIL, **Tribunal de Contas da União. N° 011.884/2016-9**, Rel. Min. Ana Arraes. Os dados informados constam da notícia publicada no site do TCU. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/risco-de-insustentabilidade-do-fies-leva-tcu-a-ouvir-ex-ministros-da-educacao.htm>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

BRASIL. **Decreto N° 14.343**. Rio de Janeiro, 7 de set. de 1920, 99° da Independência e 32° da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. Acesso em 07 de ago. 2023.

BRASIL. **Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 79, p. 7, 25 abr. 2007. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=7&data=25/04/2007>. Acesso em: 12 de jul. 2023.

BRASIL. **Lei n° 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso em: 07 de ago. 2023.

BRASIL. **Lei n° 11.096, de 13 de janeiro 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei n. 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. [Conversão da MP v n° 213, de 2004. Mensagem de veto]. Diário Oficial da União. Brasília (DF), 14 jan. 2005. [2005a]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/570545#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Universidade%20para,2004%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias>. Acesso em: 12 de jul. 2023.

BRASIL. **Lei n° 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Diário Oficial da União, Brasília, ano 149, n. 169, seção 1, p. 1-2, 30 ago. 2012. Disponível em: Acesso em: 07 de ago. 2023.

BRASIL. **Lei n° 9.394/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Portaria Normativa n° 2, de 26 de janeiro de 2010**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Diário Oficial da União, Brasília, ano 147, n. 18, seção 1, 27 de janeiro de 2010. Disponível em: . Acesso em: 07 de ago. 2023.

BRASIL. (PNAES) **Lei n° 14.914, de 3 de julho de 2024**. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm>. Acesso em: 14 de ago. 2024.

BRASIL. **Lei de Cotas Atualizada**. Disponível em:<<https://www.gov.br/mec/pt-br/lei-de-cotas-cartilha.pdf>>. Acesso em: 14 de ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 12.120, de 30 de julho de 2024.** Disponível em:<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.120-de-30-de-julho-de-2024-575067668>>. Acesso em: 14 de ago. 2024.

BRASIL. **MEC e Inep divulgam resultados do Censo Escolar 2023.** Disponível em:<<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>>. Acesso em: 14 de ago. 2024.

BRASIL. **Os Microdados do Enem 2023.** Disponível em:<<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enem>>. Acesso em: 14 de ago. 2024.

BRASIL. **Kit Press Enem 2023.** Disponível em:< chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2023/presskit/enem_2023.pdf>. Acesso em: 14 de ago. 2024.

CARDOSO, Susana; PANATIERI, Raissa F. **CONEXÕES DE SABERES + ESCOLA ABERTA: UMA GRANDE AÇÃO AFIRMATIVA.** Salão de Extensão (09.: 2008: Porto Alegre, RS). Caderno de resumos. Porto Alegre: UFRGS/PROEXT, 2008. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/186606>>. Acesso em: 12 de ago. 2024.

CATANI, A. M. et al. **Vocabulário Bourdieu.** 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CESAR, A. M. R. V. C.; ANTUNES, M. T. P. **A Utilização do Método do Estudo de Caso em Pesquisas da Área de Contabilidade.** In: XXXII ENANPAD, 2008, Rio de Janeiro. Anais do XXXII ENANPAD, 2008.

CONSOLI, M. A. et al. **Uma Discussão Sobre a Utilização do Estudo de Casos como Método de Pesquisa em Ciências Gerenciais.** In: XXXII ENANPAD, 2008, Rio de Janeiro. Anais... do XXXII ENANPAD, 2008.

CUNHA, L. A. C. R. **A expansão do ensino superior: causas e consequências.** Revista Debate e Crítica, n. 5, p. 27-58, 1975.

CUNHA, Luiz A. **A universidade temporã.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa Qualitativa: Reflexões Sobre O Trabalho De Campo.** Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 de ago. 2023.

DURHAM, E. **O ensino superior no Brasil: público e privado.** São Paulo: USP, 2003. (Documento de Trabalho, n. 3/03). Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt0303.pdf>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

EISENHARDT, K. M. (1989). **Building theories from case study research**. Academy of management Review. Stanford University. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/258557>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

FÁVERO, M. L. A. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGGSBxWJCmLSPfp8r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786599036477>. Acesso em: 07 ago. 2023.

FONTELLAS, Mauro J.; SIMÕES, Marilda G.; FARIAS, Samantha H.; FONTELLAS, Renata G. S. **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**. Belén, Pará, 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-588477>. Acesso em: 07 ago. 2023.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. Global, 2004.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. **Revisão Sistemática Da Literatura: Conceituação, Produção E Publicação**. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: 10.21728/logcion.2019v6n1.p57-73. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 9 ago. 2023.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas S.A, 2007. GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP: Atlas, 1999.

GOMES, Nilma L.; SILVA, Paulo V. B. da.; BRITO, José E. de. **Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios**. *SciELO – Scientific Electronic Library Online, Educação & Sociedade*, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?lang=pt#>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

GOMES, R. **Análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HERINGER, Rosana. **Ações afirmativas e permanência estudantil na educação superior: aproximações, interfaces, implicações**. Capítulo do um livro *Educação superior e os desafios da permanência estudantil em tempos de crise*. Editora CVR, Curitiba-PR, p. 115-136, 2022a.

Disponível em: <<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/36991-crv>>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

HERINGER, Rosana. **Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico**. Revista Brasileira de Orientação Profissional, v. 19, p. 7-17, 2018.

HERINGER, Rosana. **Políticas de acesso e permanência na Universidade do Texas, Austin (EUA): elementos para reflexão sobre o caso brasileiro**. EDUCAR EM REVISTA v. 38, p. 78962, 2022b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/tLX6nNnBfpqk4ZmZCcJMZmv/#>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

HERINGER, Rosana. **Um Balanço de 10 Anos de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil**. Periódicos UFS, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/3184/2786>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise. **10 Anos da Lei de Cotas – conquistas e perspectivas**. LEPES/FE-UFRJ e Ação Educativa, 2022. Disponível em: https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro_Lei_de_Cotas.pdf. Acesso em: 07 de ago. 2023.

HONORATO, G., VARGAS, H. M.; HERINGER, R. (2014). **Assistência estudantil e permanência na universidade pública: Refletindo sobre os casos da UFRJ e UFF**. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambu - MG. Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS.

IBGE. **PNAD 2014: nível de escolarização dos pais influencia rendimento dos filhos**. Agência IBGE Notícias, Editoria: Estatísticas Econômicas, Estatísticas Sociais, 2016. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9472-pnad-2014-nivel-de-escolarizacao-dos-pais-influencia-rendimento-dos-filhos>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

INEP. **Resultados do Censo da Educação Superior 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2002.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 2001.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATTOS, Hellen Cristina Xavier da Silva; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. **A universidade no horizonte de estudantes oriundos de escola pública: um estudo qualitativo sobre a permanência.** Horizontes, São Paulo, v. 40, n. 1, p.25, 2022 Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1309/628>. Acesso em: 02 jul. 2022.

MEC. **Conexão de Saberes e Escola Aberta fazem parceria.** Por Ionice Lorenzoni, 22 de junho de 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=6545> :>. Acesso em: 12 de ago. 2024.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education.** San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** Revista Educação. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 07 ago. 2023.

NETO, Otávio Cruz. **O trabalho de campo como descoberta e criação.** In: MINAYO, 2004.

NEVES, Clarissa E. B.; MARTINS, Carlos B. (2016), **Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente.** In: DWYER, Tom; ZEN, Eduardo Luiz; WELLER, Wivian; SHUGUANG, Jiu; KAIYUAN, Guo (org.). Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira. 1. ed. Brasília: IPEA; Pequim: Social Science Academic Press/ SSAP, v. 1. pp. 95-124. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 08 de ago. 2023.

NEVES, Clarissa. E. B. A estrutura do ensino superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil.** Brasília: Capes, 2002. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1109.pdf>. Acesso em 08 de ago. 2023.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa - Características, Usos e Possibilidades.** Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, v. 1, nº 3, 2º sem./1996. Disponível em: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES_Pesquisa_Qualitativa.pdf>. Acesso em: 08 de ago. 2023.

NOGUEIRA, Cláudio. M. M., & NOGUEIRA, Maria. A. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições.** Educação & Sociedade, 23(78), 15–35, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXY5y7mFRqRjX7m/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **Conexão de Saberes.** Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/conexoes-de-saberes/>>. Acesso em 19 de ago. 2024.

O GLOBO. **Número de novos cotistas nas universidades federais tem a maior queda em dez anos, aponta Inep.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/10/23/numero-de-novos-cotistas->

nas-universidades-federais-tem-a-maior-queda-em-dez-anos-aponta-inep.ghml>. Acesso em: 14 de ago. 2024.

OLIVEN, A. C. **Histórico da educação superior no Brasil**. In: SOARES, M. S. A. (Org.). A educação superior no Brasil. Porto Alegre: Unesco, 2002.

O POVO. **Governo congela verba do Pé-de-Meia três dias após Lula anunciar no Ceará expansão do programa**. Disponível em:<<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2024/08/06/governo-congela-verba-do-pe-de-meia-tres-dias-apos-lula-anunciar-no-ceara-expansao-do-programa.html>>. Acesso em: 14 de ago. 2024.

QUEIROZ, Danielle et al. **Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde**. Revista Enfermagem UERJ, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2020779/mod_resource/content/1/Observa%C3%A7%C3%A3o%20Participante.pdf. Acesso em: 07 de ago. 2023.

RANIERI, N. B. S. **Educação superior, direito e Estado na Lei de Diretrizes e Bases**. São Paulo: Edusp, 2000.

REIS, Dyane B.; SANTOS, José R. **Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros Estudo de caso da UFRB**. E-book intitulado: 10 Anos da Lei de Cotas – conquistas e perspectivas. LEPES/FE-UFRJ e Ação Educativa, 2022. Disponível em: https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro_Lei_de_Cotas.pdf. Acesso em: 06 de ago. 2024.

RISTOFF, Dilvo. **Democratização do campus: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação**. Cadernos do GEA, Rio de Janeiro: FLACSO, GEA, UERJ, v. 9, p. 9-62, 2016. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2017/03/Caderno_GEA_N9_Democratiza%C3%A7%C3%A3o-docampus.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

RODRIGUES, Tatiane C.; SANTOS, Fernanda V. S.; CRUZ, Ana C. J. **Da desigualdade à democratização do acesso à Universidade: políticas públicas e educacionais no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64898/33479>. Acesso em: 08 de ago. 2023.

SALLUM JR., B.; GOULART, J. O. **O Estado Brasileiro Contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula**. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 60, p. 115-135, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987316246001>.

SEMESP, Instituto. **14ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2024**. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-14/>>. Acesso em 10 jun. 2024.

SEMESP, Instituto. **13ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2023**. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-13/>>. Acesso em 10 jun. 2024.

SENKEVICS, A. S.; MELLO, U. M. **O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?** Cadernos de Pesquisa, v. 49, n. 172, p. 184–208, jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145980>. Acesso em: 07 ago. 2023.

SILVA, Aurélio F. da. **O reuni entre a expansão e a reestruturação: uma abordagem da dimensão acadêmico-curricular.** Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29012015-153607/publico/AURELIO_FERREIRA_DA_SILVA_rev.pdf. Acesso em: 07 de ago. 2023.

SOUZA, J. G. **Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares.** Revista de Educação, Campinas, nº 1, 2012.

STAKE, R. E. **Investigación con estudio de casos.** Madrid: Morata, 1999.

SZYMANSKI, H. (org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva.** Brasília, DF: Plano Editora, 2002.

TEIXEIRA, Enise B. **A Análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais.** Editora Unijuí, ano 1, nº 2, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/84/41>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

UFRRJ. **Relatórios de Gestão da UFRRJ.** Disponível em: <<https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/>>. Acesso em: 05 de jul. de 2024.

UFRRJ. **Edital/2023 do Programa de Educação Tutorial (PET), para o grupo Conexões de Saberes por uma Formação Integradora e Cidadã.** Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgicelcfindmkaj/https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/04/Edital-14-PROGRAD-2023.pdf>>. Acesso em: 05 de jul. de 2024.

UFRRJ. **Edital/2019 do Programa de Educação Tutorial (PET), para o grupo Inclusão e Oportunidades na Vida Acadêmica de Alunos de Origem Popular.** Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgicelcfindmkaj/https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/06/edital-pet-inclusao-24-2019.pdf>>. Acesso em: 05 de jul. de 2024.

UFRRJ. **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Bolsas e Auxílios).** Disponível em: ><https://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-assuntos-estudantis/bolsas/><. Acesso em: 05 de jul. de 2024.

UFRRJ. **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Programas).** Disponível em: ><https://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-assuntos-estudantis/programas/><. Acesso em: 05 de jul. de 2024.

UFT. **Edital Conexões de Saberes 2007.** Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/JFxb7axfSqaemWJJaNKr8YA/content/edital_conexoes_saberes_1589.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2024.

UNICEF. **Há 32 milhões de crianças e adolescentes na pobreza no Brasil.** Oficial de Comunicação UNICEF Brasil, 14 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ha-32-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-na-pobreza-no-brasil-alerta-unicef>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante.** William Foote WHYTE. Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005. 390 páginas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 63: 153-155.

VARGAS, Hustana; ZUCCARELLI, Carolina; WALTENBERG, Fábio. **Educação superior e os desafios da permanência estudantil em tempos de crise.** Editora CVR, Curitiba-PR, 2021. DOI: 10.24824/978652512469.8. Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/36991-crv>. Acesso em: 08 de ago. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

ZUCCARELLI, C.; HONORATO, G. **A revisão da Lei de Cotas na educação superior: dados para o debate.** Revista Educação e Políticas em Debate, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 999–1017, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n3a2022-65070. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/65070>. Acesso em: 11 jun. 2024.

ANEXOS

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A RESERVA DE VAGAS NOS PROGRAMAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:
UMA ESTRATÉGIA PARA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Pesquisador: WILLIAN ALVES DE LAETHE

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 74729623.2.0000.5582

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.567.160

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa focaliza a evolução histórica e as políticas de democratização do ensino superior no contexto brasileiro, com ênfase na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Ressalta-se a criação tardia das instituições de ensino superior no Brasil e a implementação de medidas como cotas e programas de assistência estudantil, destinados a promover a inclusão de estudantes de baixa renda. Contudo, reconhece a persistência de desafios concernentes à garantia da equidade de oportunidades e à retenção desses estudantes nas instituições de ensino superior. O trabalho tem como proposta analisar as políticas de permanência e assistência estudantil, além das políticas de ação afirmativa na UFRRJ, com um enfoque particular nos estudantes cotistas. O escopo da pesquisa abarca a identificação das adversidades enfrentadas por esses estudantes, a análise das dinâmicas de poder no âmbito acadêmico. No que tange ao arcabouço teórico, destaca-se a influência das teorias de Pierre Bourdieu, principalmente no que concerne à análise das desigualdades sociais e nas relações de dominância no contexto universitário. A metodologia adotada consistirá em uma abordagem qualitativa, empregando o método de Estudo de Caso e Pesquisa de Campo, empregando técnicas como entrevistas e observação participante. A motivação subjacente a esta pesquisa se embasa na preocupação com as desigualdades presentes na educação básica brasileira, associada à constatação de que, não obstante as políticas de cotas, as oportunidades e a permanência dos

Endereço: Av Pasteur, 250-Prata Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 6.567.160

estudantes cotistas nas instituições de ensino superior continuam a apresentar desafios substanciais. Desse modo, tecer discussões acerca da reserva de vagas nos programas de ensino, pesquisa e extensão, é um caminho importante para conceber soluções que aprimorem as perspectivas de êxito acadêmico e profissional dos estudantes cotistas.

Objetivo da Pesquisa:

Identificar e verificar se a reserva de vagas nos programas de ensino, pesquisa e extensão contribui para o desenvolvimento acadêmico e a permanência dos estudantes cotistas na UFRJ.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

-Enquanto uma pesquisa nas Ciências Humanas, envolve risco mínimo, principalmente relacionado a possíveis constrangimentos que possam ocorrer durante a interação entre pesquisadores e outros participantes.

-Os riscos são descritos da seguinte maneira nas informações inseridas na Plataforma e no RCLE:

"É importante salientar que todas as pesquisas envolvem riscos, ainda que mínimos, como prevê a Resolução 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde. Em nosso compromisso com a integridade da pesquisa e o respeito aos participantes, asseguramos um rigoroso sigilo em relação às respostas fornecidas. Todas as informações coletadas serão tratadas com a mais estrita confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins científicos. Para garantir o acesso às informações de forma ética e sensível, criamos um ambiente que prioriza a privacidade durante a coleta de dados. Nossa abordagem é profundamente humanizada, focando na escuta atenta e no acolhimento do participante. Buscamos obter apenas as informações estritamente necessárias para a pesquisa, respeitando os limites estabelecidos pelo próprio indivíduo. Além disso, é importante destacar que os participantes têm o direito de interromper o processo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo à pesquisa ou a si próprios. Queremos enfatizar que essa decisão é completamente livre, e não haverá consequências negativas associadas a ela. Nossa prioridade é conduzir uma pesquisa ética e respeitosa, contribuindo para o avanço do conhecimento científico, sempre mantendo a confidencialidade, a privacidade e o bem-estar dos participantes como princípios fundamentais em todo o processo. Riscos de origem psicológica: 1. Possibilidade de constrangimento ao responder as perguntas da entrevista; 2. Desconforto; 3. Medo; 4. Vergonha; 5. Estresse; 6. Cansaço ao responder às perguntas; e Riscos de origem física: não se aplica."

-Os benefícios são indicados da seguinte maneira nas informações inseridas na Plataforma e no RCLE:

"A pesquisa em questão possui o potencial de gerar uma série de benefícios significativos tanto

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

Continuação do Parecer: 6.567.160

para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral:1. Compreensão aprofundada das políticas de inclusão: A pesquisa oferece uma análise detalhada das políticas de cotas e de assistência estudantil, fornecendo insights valiosos sobre sua eficácia, bem como identificando possíveis lacunas e áreas de melhoria.2. Identificação de desafios específicos: Ao examinar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes cotistas, a pesquisa pode ajudar a identificar problemas específicos que podem ser abordados de maneira mais direcionada pelas autoridades acadêmicas e pelo governo.3. Promoção da equidade: Ao destacar as vozes e experiências dos estudantes cotistas, a pesquisa contribui para a promoção da equidade no ensino superior, ajudando a reduzir as disparidades sociais e econômicas no acesso à educação de qualidade.4. Melhoria das políticas públicas: Os resultados da pesquisa podem servir como base para aprimorar as políticas públicas de inclusão e assistência estudantil, garantindo que sejam mais eficazes na promoção da igualdade de oportunidades.5. Estímulo ao debate acadêmico: A pesquisa pode estimular um debate acadêmico mais aprofundado sobre as questões de inclusão e igualdade no ensino superior brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento de teorias e práticas mais informadas nesse campo.6. Influência nas práticas universitárias: Ao analisar as dinâmicas de poder dentro das universidades, a pesquisa pode encorajar as instituições de ensino a adotar políticas e práticas mais inclusivas, criando um ambiente mais acolhedor e equitativo para todos os estudantes.7. Empoderamento dos estudantes cotistas: Ao destacar suas experiências e desafios, a pesquisa pode empoderar os estudantes cotistas, fazendo com que se sintam ouvidos e valorizados, o que por sua vez pode aumentar sua autoconfiança e senso de pertencimento à comunidade universitária.8. Melhoria da qualidade da pesquisa científica: A pesquisa pode enriquecer o campo da sociologia e da educação com novos dados e perspectivas, contribuindo para o desenvolvimento de teorias mais robustas e informadas sobre desigualdades sociais e educacionais. A pesquisa proposta tem o potencial de impactar positivamente a política educacional, as práticas universitárias e a qualidade da educação superior no Brasil, ao mesmo tempo em que fortalece o debate acadêmico sobre igualdade de oportunidades no ensino superior.*

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

-A pesquisa objetiva desdobramentos interessantes para sua área de conhecimento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

-Os termos de apresentação obrigatória se encontram adequados ao previsto na Resolução 510 de

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA CEP: 22.290-240
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 6.567.160

2016.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2209580.pdf	30/10/2023 09:35:30		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE.pdf	30/10/2023 09:34:58	WILLIAN ALVES DE LAETHE	Aceito
Folha de Rosto	PB.pdf	18/09/2023 09:38:47	WILLIAN ALVES DE LAETHE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	18/09/2023 09:37:22	WILLIAN ALVES DE LAETHE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 09 de Dezembro de 2023

Assinado por:
FERNANDA MARIA DA COSTA VIEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A RESERVA DE VAGAS NOS PROGRAMAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: UMA ESTRATÉGIA PARA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Pesquisador: WILLIAN ALVES DE LAETHE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 74729623.2.3001.0311

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.907.570

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa focaliza a evolução histórica e as políticas de democratização do ensino superior no contexto brasileiro, com ênfase na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Ressalta-se a criação tardia das instituições de ensino superior no Brasil e a implementação de medidas como cotas e programas de assistência estudantil, destinados a promover a inclusão de estudantes de baixa renda.

Contudo, reconhece a persistência de desafios concernentes à garantia da equidade de oportunidades e à retenção desses estudantes nas instituições de ensino superior. O trabalho tem como proposta analisar as políticas de permanência e assistência estudantil, além das políticas de ação afirmativa na UFRRJ, com um enfoque particular nos estudantes cotistas. O escopo da pesquisa abarca a identificação das adversidades enfrentadas por esses estudantes, a análise das dinâmicas de poder no âmbito acadêmico. No que tange ao arcabouço teórico, destaca-se a influência das teorias de Pierre Bourdieu, principalmente no que concerne à análise das desigualdades sociais e nas relações de dominância no contexto universitário. A metodologia adotada consistirá em uma abordagem qualitativa, empregando o método de Estudo de Caso e Pesquisa de Campo, empregando técnicas como entrevistas e observação participante. A motivação subjacente a esta pesquisa se embasa na preocupação com as desigualdades presentes na educação básica brasileira, associada à constatação de que, não

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar

Bairro: ZONA RURAL

CEP: 23.897-000

UF: RJ

Município: SEROPEDICA

Telefone: (21)2681-4749

E-mail: eticacep@ufrj.br

Continuação do Parecer: 6.907.570

obstante as políticas de cotas, as oportunidades e a permanência dos estudantes cotistas nas instituições de ensino superior continuam a apresentar desafios substanciais. Desse modo, tecer discussões acerca da reserva de vagas nos programas de ensino, pesquisa e extensão, é um caminho importante para conceber soluções que aprimorem as perspectivas de êxito acadêmico e profissional dos estudantes cotistas.

CPF/Documento: 145.721.887-93 Nome: WILLIAN ALVES DE LAETHE

A análise dos dados da pesquisa será utilizada a análise de conteúdo, definida por Bardin (1977), como um conjunto de técnicas que ajuda o pesquisador a organizar o material pesquisado, desenvolver sua descrição e, conseguinte, a compreensão e inferência sobre os resultados. Existem métodos diferenciados para a abordagem da análise do conteúdo.

Desfecho primário:

Isso incluirá sugestões para o fortalecimento das políticas de assistência estudantil, melhorias nos programas de inclusão e diversidade, bem como a implementação de medidas que promovam um ambiente mais igualitário e inclusivo nas universidades. O desfecho primário busca, assim, contribuir de forma concreta para a promoção da igualdade de oportunidades no ensino superior brasileiro.

Aos critérios de seleção dos estudantes será intermediado pelos coordenadores dos programas citados. Ademais, pretendemos ouvir também os coordenadores e tutores desses programas que tanto contribuem para vida acadêmica dos estudantes da UFRRJ. Como Instrumento de Coleta de Dados, utilizaremos:-Observação Participante;- Entrevistas. Como Instrumento de Análise de Dados, utilizaremos:- Análise de Conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

Identificar e verificar se a reserva de vagas nos programas de ensino, pesquisa e extensão contribui para o desenvolvimento acadêmico e a permanência dos estudantes cotistas na UFRRJ.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O(A) proponente descreve:

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
Bairro: ZONA RURAL **CEP:** 23.897-000
UF: RJ **Município:** SEROPEDICA
Telefone: (21)2681-4749 **E-mail:** eticacep@ufrrj.br

Continuação do Parecer: 6.907.570

-Enquanto uma pesquisa nas Ciências Humanas, envolve risco mínimo, principalmente relacionado a possíveis constrangimentos que possam ocorrer durante a interação entre pesquisadores e outros participantes.

-Os riscos são descritos da seguinte maneira nas informações inseridas na Plataforma e no RCLE:

¿É importante salientar que todas as pesquisas envolvem riscos, ainda que mínimos, como prevê a Resolução 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde. Em nosso compromisso com a integridade da pesquisa e o respeito aos participantes, asseguramos um rigoroso sigilo em relação às respostas fornecidas. Todas as informações coletadas serão tratadas com a mais estrita confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins científicos. Para garantir o acesso às informações de forma ética e sensível, criamos um ambiente que prioriza a privacidade durante a coleta de dados. Nossa abordagem é profundamente humanizada, focando na escuta atenta e no acolhimento do participante. Buscamos obter apenas as informações estritamente necessárias para a pesquisa, respeitando os limites estabelecidos pelo próprio indivíduo. Além disso, é importante destacar que os participantes têm o direito de interromper o processo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo à pesquisa ou a si próprios. Queremos enfatizar que essa decisão é completamente livre, e não haverá consequências negativas associadas a ela. Nossa prioridade é conduzir uma pesquisa ética e respeitosa, contribuindo para o avanço do conhecimento científico, sempre mantendo a confidencialidade, a privacidade e o bem-estar dos participantes como princípios fundamentais em todo o processo. Riscos de origem psicológica: 1. Possibilidade de constrangimento ao responder as perguntas da entrevista; 2. Desconforto; 3. Medo; 4. Vergonha; 5. Estresse; 6. Cansaço ao responder às perguntas; e Riscos de origem física: não se aplica. ¿-Os benefícios são indicados da seguinte maneira nas informações inseridas na Plataforma e no RCLE:

¿A pesquisa em questão possui o potencial de gerar uma série de benefícios significativos tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral: 1. Compreensão aprofundada das políticas de inclusão: A pesquisa oferece uma análise detalhada das políticas de cotas e de assistência estudantil, fornecendo insights valiosos sobre sua eficácia, bem como identificando possíveis lacunas e áreas de melhoria. 2. Identificação de desafios específicos: Ao examinar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes cotistas, a pesquisa pode ajudar a identificar problemas específicos que podem ser abordados de maneira mais direcionada pelas autoridades acadêmicas e pelo governo. 3. Promoção da equidade: Ao destacar as vozes e

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
Bairro: ZONA RURAL CEP: 23.897-000
UF: RJ Município: SEROPEDICA
Telefone: (21)2681-4749 E-mail: eticacep@ufrrj.br

Continuação do Parecer: 6.907.570

experiências dos estudantes cotistas, a pesquisa contribui para a promoção da equidade no ensino superior, ajudando a reduzir as disparidades sociais e econômicas no acesso à educação de qualidade.4. Melhoria das políticas públicas: Os resultados da pesquisa podem servir como base para aprimorar as políticas públicas de inclusão e assistência estudantil, garantindo que sejam mais eficazes na promoção da igualdade de oportunidades.5. Estímulo ao debate acadêmico: A pesquisa pode estimular um debate acadêmico mais aprofundado sobre as questões de inclusão e igualdade no ensino superior brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento de teorias e práticas mais informadas nesse campo.6. Influência nas práticas universitárias: Ao analisar as dinâmicas de poder dentro das universidades, a pesquisa pode encorajar as instituições de ensino a adotar políticas e práticas mais inclusivas, criando um ambiente mais acolhedor e equitativo para todos os estudantes.7. Empoderamento dos estudantes cotistas: Ao destacar suas experiências e desafios, a pesquisa pode empoderar os estudantes cotistas, fazendo com que se sintam ouvidos e valorizados, o que por sua vez pode aumentar sua autoconfiança e senso de pertencimento à comunidade universitária.8. Melhoria da qualidade da pesquisa científica: A pesquisa pode enriquecer o campo da sociologia e da educação com novos dados e perspectivas, contribuindo para o desenvolvimento de teorias mais robustas e informadas sobre desigualdades sociais e educacionais. A pesquisa proposta tem o potencial de impactar positivamente a política educacional, as práticas universitárias e a qualidade da educação superior no Brasil, ao mesmo tempo em que fortalece o debate acadêmico sobre igualdade de oportunidades no ensino superior.¿

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Em caso de documentação aprovada:

O protocolo de pesquisa apresentado possui os elementos necessários à apreciação ética.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos apresentados no protocolo de pesquisa pelo(a) proponente não possuem pendência, segundo as normas vigentes.

Recomendações:

Recomenda-se que o pesquisador acompanhe a tramitação do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil com regularidade, atentando-se às diferentes fases do processo e seus prazos:

a) quando da pendência, o pesquisador terá até 30 dias para responder às demandas e relatoria;

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
Bairro: ZONA RURAL CEP: 23.897-000
UF: RJ Município: SEROPEDICA
Telefone: (21)2681-4749 E-mail: eticacep@ufrj.br

Continuação do Parecer: 6.907.570

- b) quando da aprovação, o pesquisador deverá submeter relatórios parciais a cada semestre;
- c) quando da necessidade de emendas ou notificações no projeto, consultar a Norma Operacional 001/2013 - Procedimentos para Submissão e Tramitação de Projetos.
- d) quando da finalização do projeto, submeter relatório final.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A adequação à RESOLUÇÃO Nº 466 de 12 de dezembro de 2012, foi plenamente atendida pelo(a) pesquisador(a).

A adequação à RESOLUÇÃO Nº 510 de 24 de maio de 2016, foi plenamente atendida pelo(a) pesquisador(a).

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2262391.pdf	03/06/2024 11:23:35		Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_Institucional_UFRJ.pdf	03/06/2024 11:22:39	WILLIAN ALVES DE LAETHE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_UFRRJ.pdf	03/06/2024 11:21:11	WILLIAN ALVES DE LAETHE	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	03/06/2024 11:18:51	WILLIAN ALVES DE LAETHE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE.pdf	30/10/2023 09:34:58	WILLIAN ALVES DE LAETHE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE.pdf	30/10/2023 09:34:58	WILLIAN ALVES DE LAETHE	Postado
Projeto Detalhado	Projeto.pdf	18/09/2023	WILLIAN ALVES DE	Aceito

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
 Bairro: ZONA RURAL CEP: 23.897-000
 UF: RJ Município: SEROPEDICA
 Telefone: (21)2681-4749 E-mail: eticacep@ufrj.br

UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)



Continuação do Parecer: 6.907.570

/ Brochura Investigador	Projeto.pdf	09:37:22	LAETHE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	18/09/2023 09:37:22	WILLIAN ALVES DE LAETHE	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SEROPEDICA, 25 de Junho de 2024

Assinado por:
Valeria Nascimento Lebeis Pires
(Coordenador(a))

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
Bairro: ZONA RURAL CEP: 23.897-000
UF: RJ Município: SEROPEDICA
Telefone: (21)2681-4749 E-mail: eticacep@ufrj.br